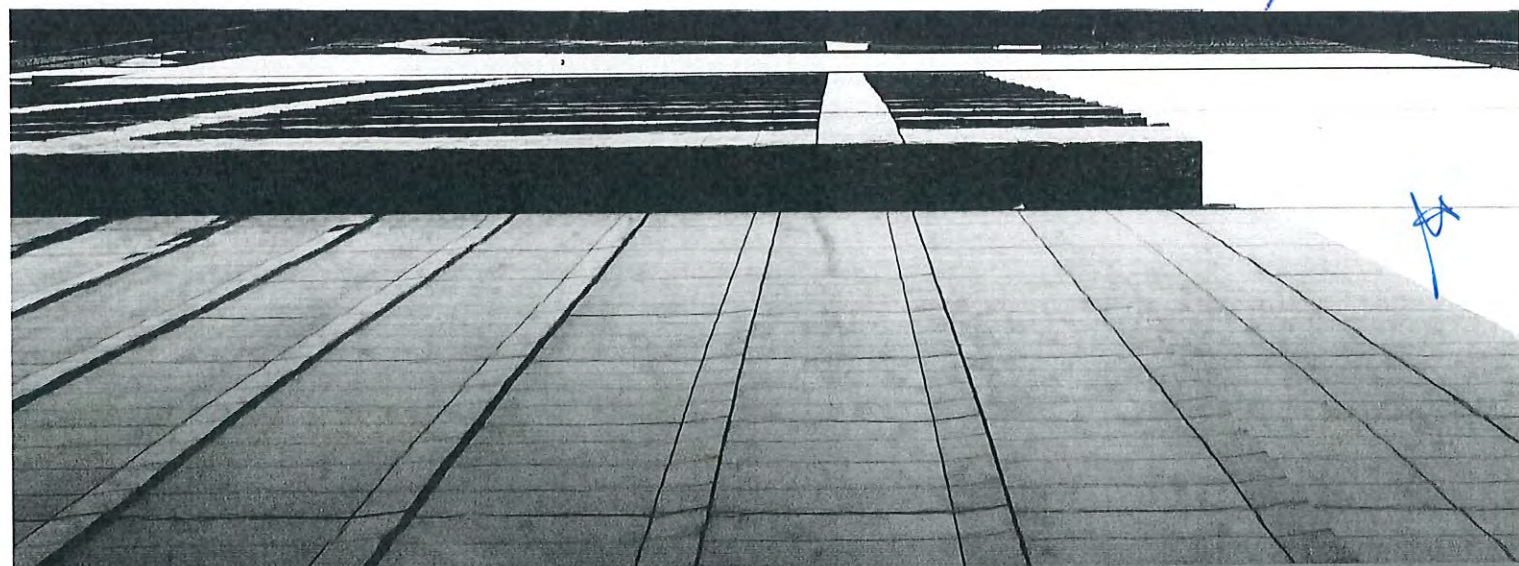
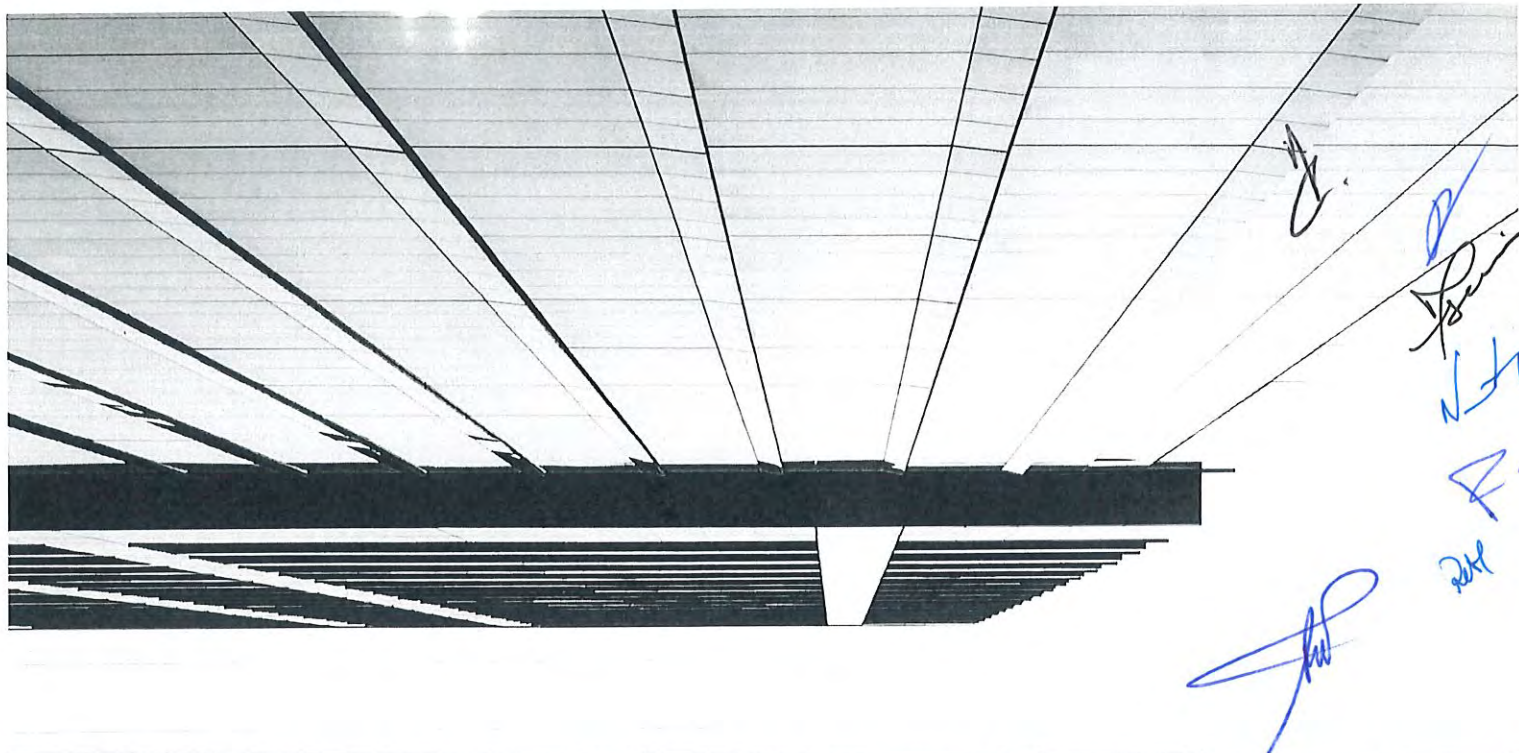




Prestação de contas

2025

CONSOLIDADA

Vizela
CÂMARA MUNICIPAL

www.cm-vizela.pt

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Demonstrações consolidadas	
2.1 Balanço consolidado	2
2.2 Demonstração de Resultados por natureza consolidado	3
2.3 Demonstração das alterações no património líquido consolidado	4
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado	6
2.5 Demonstração consolidada de desempenho orçamental	8
2.6 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	14
3. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	16
4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	56
5. Relação Nominal dos Responsáveis	57
6. Certificação Legal de Contas e Relatório e parecer do órgão de fiscalização	58
7. Relatório e Contas da Vimágua, EIM, SA	



1. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, o Município de Vizela apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2025, reportadas a 31 de dezembro.

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2025, elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna insuficiente a simples prestação de contas individualizada, pois esta não permite obter uma visão global da situação financeira do *grupo municipal*, dificultando, por um lado, a tomada de decisão dos gestores municipais e por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, o objetivo da consolidação de contas é de elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma entidade única se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do *grupo municipal*.

No trabalho que se apresenta é definido o perímetro de consolidação e um enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro elencando os motivos de tal exclusão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras e orçamentais individuais da entidade consolidante que já se apresentaram pelo MEP – método de equivalência patrimonial, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 BALANÇO CONSOLIDADO DE 01/01/2025 A 31/12/2025

BALANÇO CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente		75 856 393,72 €	71 427 240,42 €
Ativos fixos tangíveis	5	70 767 363,14 €	66 437 993,70 €
Propriedades de Investimento		130 714,28 €	131 549,96 €
Ativos intangíveis	3	1 081 556,75 €	1 045 665,90 €
Participações financeiras	18	3 863 725,74 €	3 803 082,59 €
Devedores empréstimos bonificados e subs reembolsáveis	23	8 948,27 €	8 948,27 €
Diferimentos		4 085,54 €	
Ativo corrente		11 792 778,44 €	11 116 965,44 €
Inventários	10	71 794,46 €	95 250,11 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	966 098,92 €	656 340,98 €
Clientes, contribuintes e utentes	9 e 23	2 633 243,94 €	2 662 361,62 €
Outras contas a receber	23	3 410 876,53 €	3 618 935,50 €
Diferimentos	23	76 944,58 €	94 939,29 €
Caixa e depósitos	1	4 633 820,01 €	3 989 137,94 €
Total Ativo		87 649 172,16 €	82 544 205,86 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		75 836 758,37 €	72 298 373,23 €
Património/Capital	23	25 948 923,24 €	25 829 718,36 €
Reservas	23	12 151 306,26 €	12 151 306,26 €
Resultados transitados	23	-1 428 608,20 €	-1 148 888,85 €
Ajustamentos em ativos financeiros	23	1 029 394,40 €	1 029 394,40 €
Outras variações no património líquido	23	37 601 723,59 €	34 792 576,95 €
Resultado líquido do período		534 019,08 €	-355 733,89 €
Total Património Líquido		75 836 758,37 €	72 298 373,23 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		8 819 697,17 €	7 246 160,94 €
Provisões	15	1 029 145,49 €	1 035 324,89 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	6 725 967,97 €	5 679 063,86 €
Fornecedores de Investimentos		273 479,71 €	
Outras contas a pagar	23	791 104,00 €	531 772,19 €
Passivo corrente		2 992 716,62 €	2 999 671,69 €
Credores por transf. e subs não reembolsáveis		28 150,17 €	8 197,73 €
Fornecedores		410 411,96 €	396 873,71 €
Estado e outros entes públicos		84 826,17 €	130 752,96 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	745 075,18 €	974 397,52 €
Fornecedores de investimentos		13 890,76 €	118 365,43 €
Outras contas a pagar		1 428 538,02 €	1 366 678,81 €
Diferimentos		281 824,36 €	4 405,53 €
Total Passivo		11 812 413,79 €	10 245 832,63 €
Total Património Líquido e Passivo		87 649 172,16 €	82 544 205,86 €

**2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO DE
01/01/2025 A 31/12/2025**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		7 766 021,74 €	6 410 529,06 €
Vendas		67,65 €	0,00 €
Prestações de serviços e concessões		1 510 463,76 €	1 649 958,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		11 973 271,41 €	10 896 126,01 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		60 643,15 €	914,67 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-153 131,43 €	-217 102,61 €
Fornecimentos e serviços externos		-5 662 752,26 €	-5 920 136,09 €
Gastos com pessoal		-7 629 307,06 €	-6 798 020,09 €
Transferências e subsídios concedidos		-4 490 558,40 €	-3 505 737,99 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		315 990,02 €	-196 189,25 €
Provisões (aumentos/reduções)		6 179,40 €	47 325,89 €
Outros rendimentos		1 628 784,96 €	1 571 996,86 €
Outros gastos		-839 347,80 €	-444 670,90 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 486 325,14 €	3 494 993,89 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 660 679,16 €	-3 507 672,21 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		825 645,98 €	-12 678,32 €
Juros e gastos similares suportados		-291 626,90 €	-343 055,57 €
Resultado antes de impostos		534 019,08 €	-355 733,89 €
Resultado líquido do período		534 019,08 €	-355 733,89 €

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2025 A 31/12/2025

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		25 829 718,36 €				12 151 305,26 €	-1 148 888,85 €	1 029 394,40 €		34 792 576,95 €	-355 733,89 €	72 298 373,23 €	72 298 373,23 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23	119 204,88 €					76 014,54 €			2 708 680,96 €		2 903 900,38 €	2 903 900,38 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital							76 014,54 €			2 708 680,96 €		2 784 695,50 €	2 784 695,50 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		119 204,88 €										119 204,88 €	119 204,88 €
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											534 019,08 €	534 019,08 €	534 019,08 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido período		
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)										534 019,08 €	3 437 919,46 €		3 437 919,46 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							-355 733,89 €			100 465,68 €	100 465,68 €		100 465,68 €
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações							-355 733,89 €			100 465,68 €	100 465,68 €		100 465,68 €
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1) + (2) + (3) + (5)		25 948 923,24 €				12 151 306,26 €	-1 428 608,20 €	1 029 394,40 €		37 601 723,59 €	534 019,08 €	75 836 758,37 €	75 836 758,37 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE 01/01/2025 A 31/12/2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 837 268,67 €	1 825 399,67 €
Recebimentos de contribuintes		6 546 528,38 €	4 865 776,62 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		11 762 896,43 €	10 914 237,77 €
Recebimentos de utentes		1 489 244,25 €	1 178 398,28 €
Pagamentos a fornecedores		-5 747 178,34 €	-6 122 592,07 €
Pagamentos ao pessoal		-7 580 784,21 €	-6 721 735,06 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-4 479 854,95 €	-3 495 411,50 €
Caixa gerada pelas operações		3 828 120,23 €	2 444 073,71 €
Outros recebimentos/pagamentos		-143 603,59 €	-148 700,32 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 684 516,64 €	2 295 373,39 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-7 739 527,33 €	-1 923 653,16 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-4 000,00 €	-17 912,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		90 740,00 €	71 000,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		17 081,60 €	17 081,60 €
Recebimentos - Transferências de capital		4 056 856,53 €	3 567 878,73 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3 578 849,20 €	1 714 394,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 080 548,17 €	71 000,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 262 966,40 €	-992 503,75 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-278 567,14 €	-411 399,04 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		539 014,63 €	-1 332 902,79 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		644 682,07 €	2 676 865,27 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 633 820,01 €	3 989 137,94 €
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos da gerência			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 989 137,94 €	1 312 272,67 €

SGA De execução orçamental		3 385 241,25 €	708 109,84 €
SGA De operações de tesouraria		603 896,69 €	604 162,83 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 633 820,01 €	3 989 137,94 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 633 820,01 €	3 989 137,94 €
SGS De execução orçamental		3 690 789,17 €	3 385 241,25 €
SGS De operações de tesouraria		943 030,84 €	603 896,69 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 01/01/2025 A 31/12/2025

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
Classificação		Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2024
Rubrica	Orgânica Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
		Saldo de gerência anterior	1 680 749,33 €	0,00 €	1 633 491,92 €	71 000,00 €	603 896,69 €	3 989 137,94 €	1 312 272,67 €
		Operações orçamentais [1]	1 680 749,33 €	0,00 €	1 633 491,92 €	71 000,00 €	0,00 €	3 385 241,25 €	708 109,84 €
		Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	603 896,69 €	603 896,69 €	604 162,83 €
		Receita corrente	21 576 518,02 €	0,00 €	118 111,33 €	0,00 €	0,00 €	21 694 629,35 €	18 824 378,79 €
R1		Receita fiscal	6 210 692,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 210 692,94 €	4 665 751,86 €
R11		Impostos diretos	6 210 692,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 210 692,94 €	4 665 751,86 €
R12		Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2		Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3		Taxas, multas e outras penalidades	1 825 079,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 825 079,69 €	1 378 423,04 €
R4		Rendimentos de propriedade	17 081,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 081,60 €	17 081,60 €
R5		Transferências e subsídios correntes	11 644 785,10 €	0,00 €	118 111,33 €	0,00 €	0,00 €	11 762 896,43 €	10 914 237,77 €
R51		Transferências correntes	11 644 785,10 €	0,00 €	118 111,33 €	0,00 €	0,00 €	11 762 896,43 €	10 914 237,77 €
R511		Administrações Públicas	11 644 785,10 €	0,00 €	118 111,33 €	0,00 €	0,00 €	11 762 896,43 €	10 914 237,77 €
R5111		Administração Central - Estado Português	11 534 007,56 €	0,00 €	118 111,33 €	0,00 €	0,00 €	11 652 118,89 €	10 870 089,10 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)					2024
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL
R5112			Administração Central - Outras entidades	110 777,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	110 777,54 €
R5113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5115			Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R512			Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R513			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R52			Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6			Venda de bens e serviços	1 837 268,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 837 268,67 €
R7			Outras receitas correntes	41 610,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41 610,02 €
			Receita de capital	1 785 569,23 €	0,00 €	2 362 027,30 €	0,00 €	0,00 €	4 147 596,53 €
R8			Venda de bens de investimento	90 740,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 740,00 €
R9			Transferências e subsídios de capital	1 694 829,23 €	0,00 €	2 362 027,30 €	0,00 €	0,00 €	4 056 856,53 €
R91			Transferências de capital	1 694 829,23 €	0,00 €	2 362 027,30 €	0,00 €	0,00 €	4 056 856,53 €
R911			Administrações Públicas	1 694 829,23 €	0,00 €	2 362 027,30 €	0,00 €	0,00 €	4 056 856,53 €
R9111			Administração Central - Estado Português	1 614 311,00 €	0,00 €	1 427 003,15 €	0,00 €	0,00 €	3 041 314,15 €
R9112			Administração Central - Outras entidades	80 518,23 €	0,00 €	935 024,15 €	0,00 €	0,00 €	1 015 542,38 €
R9113			Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9114			Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Prestação de Contas Consolidada 2025

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL										
Classificação			Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)					TOTAL	2024
Rubrica	Orgânica	Económica		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
R9115			Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R912			Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R913			Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R92			Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10			Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	193 658,96 €
R11			Reposições não abatidas aos pagamentos	12 756,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 756,93 €	9 293,23 €
			Receita efetiva [2]	23 374 844,18 €	0,00 €	2 480 138,63 €	0,00 €	0,00 €	25 854 982,81 €	22 666 209,71 €
			Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 080 548,17 €	0,00 €	2 080 548,17 €	71 000,00 €
R12			Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13			Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 080 548,17 €	0,00 €	2 080 548,17 €	71 000,00 €
			Soma [4] = [1] + [2] + [3]	25 055 593,51 €	0,00 €	4 113 630,55 €	2 151 548,17 €	0,00 €	31 320 772,23 €	23 445 319,55 €
			Operações de tesouraria [B]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	471 096,36 €	471 096,36 €	148 736,15 €
			Despesa corrente	16 236 577,24 €	0,00 €	132 067,76 €	0,00 €	0,00 €	16 368 645,00 €	16 105 693,84 €
D1			Despesas com o pessoal	7 873 564,44 €	0,00 €	16 469,61 €	0,00 €	0,00 €	7 890 034,05 €	7 196 102,91 €
D11			Remunerações Certas e Permanentes	6 267 265,79 €	0,00 €	16 469,61 €	0,00 €	0,00 €	6 283 735,40 €	5 764 726,61 €
D12			Abonos Variáveis ou Eventuais	119 612,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	119 612,68 €	100 623,44 €
D13			Segurança social	1 486 685,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 486 685,97 €	1 330 752,86 €
D2			Aquisição de bens e serviços	5 322 330,35 €	0,00 €	115 598,15 €	0,00 €	0,00 €	5 437 928,50 €	5 648 224,22 €
D3			Juros e outros encargos	270 003,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	270 003,71 €	402 828,17 €

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Classificação		Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)					TOTAL	2024
			R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
D4		Transferências e subsídios correntes	2 225 010,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 225 010,62 €	2 475 096,45 €
D41		Transferências correntes	2 193 923,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 193 923,59 €	2 438 911,27 €
D411		Administrações Públicas	672 452,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	672 452,34 €	784 005,61 €
D4111		Administração Central - Estado Portugêses	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4112		Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4113		Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4114		Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4115		Administração Local	672 452,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	672 452,34 €	784 005,61 €
D412		Entidades do Setor Não Lucrativo	1 218 764,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 218 764,32 €	1 352 020,74 €
D413		Famílias	302 706,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	302 706,93 €	302 884,92 €
D414		Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D42		Subsídios Correntes	31 087,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31 087,03 €	36 185,18 €
D5		Outras despesas correntes	545 668,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	545 668,12 €	383 442,09 €
		Despesa de capital	4 221 650,87 €	0,00 €	3 625 172,62 €	2 151 548,17 €	0,00 €	9 998 371,66 €	2 961 880,71 €
D6		Aquisição de bens de capital	1 966 806,54 €	0,00 €	3 625 172,62 €	2 151 548,17 €	0,00 €	7 743 527,33 €	1 941 565,66 €
D7		Transferências e subsídios de capital	2 254 844,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 254 844,33 €	1 020 315,05 €
D71		Transferências de capital	2 254 844,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 254 844,33 €	1 020 315,05 €
D711		Administrações Públicas	838 182,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	838 182,97 €	274 917,08 €

Prestação de Contas Consolidada 2025

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Classificação		Recebimentos / Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)					TOTAL	2024
			R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
D7111		Administração Central - Estado Portugues	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7112		Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7113		Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7114		Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7115		Administração Local	838 182,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	838 182,97 €	274 917,08 €
D712		Entidades do Setor não Lucrativo	1 416 661,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 416 661,36 €	745 397,97 €
D713		Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D714		Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D72		Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8		Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		Despesa efetiva [5]	20 458 228,11 €	0,00 €	3 757 240,38 €	2 151 548,17 €	0,00 €	26 367 016,66 €	19 067 574,55 €
		Despesa não efetiva [6]	1 262 966,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 262 966,40 €	992 503,75 €
D9		Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10		Despesa com passivos financeiros	1 262 966,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 262 966,40 €	992 503,75 €
		Soma [7] = [5] + [6]	21 721 194,51 €	0,00 €	3 757 240,38 €	2 151 548,17 €	0,00 €	27 629 983,06 €	20 060 078,30 €
		Operações de tesouraria [C]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	131 962,21 €	131 962,21 €	149 002,29 €
		Saldo para a gerência seguinte	3 334 399,00 €	0,00 €	356 390,17 €	0,00 €	943 030,84 €	4 633 820,01 €	3 989 137,94 €
		Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	3 334 399,00 €	0,00 €	356 390,17 €	0,00 €	0,00 €	3 690 789,17 €	3 385 241,25 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2.6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

A Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações tem como objetivo apresentar de forma consolidada a posição financeira da entidade num determinado momento, abrangendo os valores a receber e as obrigações por pagar.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
	Receita corrente	2 022 809,46 €	1 850 912,32 €		Despesa corrente	289 061,64 €	315 679,20 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1	Despesas com o pessoal	72 668,23 €	73 896,35 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	66 123,35 €	67 772,10 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	828,16 €	737,75 €
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	5 717,42 €	5 386,50 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	244 843,05 €	208 546,52 €	D2	Aquisição de bens e serviços	177 247,26 €	220 055,79 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 305 008,68 €	1 148 841,93 €	D3	Juros e outros encargos	8 445,56 €	8 445,56 €
R5	Transferências e subsídios correntes	146 116,75 €	87,75 €	D4	Transferências e subsídios correntes	30 152,68 €	12 882,29 €
R5.1	Transferências correntes	146 116,75 €	87,75 €	D4.1	Transferências correntes	28 150,17 €	8 197,73 €
R5.1.1	Administrações Públicas	146 029,00 €	0,00 €	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	146 029,00 €	0,00 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	28 150,17 €	7 840,49 €
R5.1.3	Outras	87,75 €	87,75 €	D4.1.3	Famílias	0,00 €	357,24 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	326 841,08 €	493 436,12 €	D4.2	Subsídios Correntes	2 002,51 €	4 684,56 €

[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2025	31/12/2024
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	0,00 €	D5	Outras despesas correntes	547,21 €	399,21 €
	Receita de capital	0,00 €	0,00 €		Despesa de capital	8 787,46 €	101 318,15 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	8 787,46 €	101 318,15 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	2 022 809,46 €	1 850 912,32 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €		Despesa efetiva [4]	297 849,10 €	416 997,35 €
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €		Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Receita Total [3] = [1] + [2]	2 022 809,46 €	1 850 912,32 €		Despesa Total [6] = [4] + [5]	297 849,10 €	416 997,35 €

[Handwritten signatures and initials]

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico e informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Caracterização da entidade consolidante

Nome: Município de Vizela

Morada: Praça do Município, n.º 522 4815-013 Vizela

NIF: 505 985 217

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2025:

Presidente: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

Vereadores: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas

Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa

António Nuno da Cunha Faria

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Manuel Azevedo Ferreira

Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

Composição do Órgão Deliberativo a 31/12/2025:

Presidente: António Fernando Pereira Carvalho

Secretários: Primeiro Secretário: André Filipe Oliveira de Castro

Segundo Secretário: Márcia Patrícia Carneiro Costa

Órgão de Fiscalização: Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de contabilidade: SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Estado das contas do Exercício 2025: Apreciadas em Assembleia Municipal

Tipo de Entidade: Município

N.º médio de trabalhadores: 340

1.2. Definição do perímetro de consolidação financeira

O perímetro de consolidação financeira, de acordo com a NCP 22, inclui apenas uma entidade.

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Motivos da inclusão	Método de consolidação
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	505 993 082	Rua Rei do Pegu n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião 4810-025 Guimarães	10%	50 000,00 €	Trata-se de uma entidade enquadrada no n.º 6 do art.º 75º do RFALEI	Equivalência Patrimonial

Considerando que a única entidade passível de consolidação não aplica o SNC-AP e, por conseguinte, não aplica a NCP 26, nos mapas relativos à consolidação orçamental consideram apenas os dados relativos ao Município de Vizela.

1.2.1. Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Composição dos órgãos sociais:

- **A Assembleia Geral** a 31/12/2025 tem a seguinte composição:

Presidente: Ricardo Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vogal: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela

- **O Conselho de Administração** é composto pelos seguintes membros, cujo mandato é coincidente com o dos Órgão autárquicos:

Presidente: Daniel Rodrigues, designado sob proposta do Município de Guimarães

1.º Vogal: Anabela Oliveira, designada sob proposta do Município de Vizela

2.º Vogal: Rui Machado, designado sob proposta do Município de Guimarães

- **Fiscal Único:** Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda., representada por António de Jesus Pereira

Sistema aplicável de contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2025

Estado das contas do Exercício 2025: Aprovadas

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

N.º médio de trabalhadores: 225

1.3 Caracterização das Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2025	
Entidades Societárias							
Águas do Norte, SA	Sociedade Anónima	513 606 084	1 169 655,00 €	03/12/2003	1,05%	1 169 655,00 €	
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	Cooperativa de Responsabilidade Limitada	506 592 545	5 000,00 €	26/09/2007	2,00%	5 000,00 €	Entidade em processo de extinção
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513 319 182	351 099,00 €	01/06/2015	0,08%	351 099,00 €	
Entidades Não Societárias							
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associação de Municípios	502 622 482		01/09/1998			Em 2025 foi pago à AMAVE o valor de 9.176,98 € referente a custos de funcionamento e comparticipações
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associação de Municípios	508 887 780		14/04/2009			Em 2025 foi pago à CIM do Ave o valor de 38.931,09 € referente a custos de funcionamento e comparticipações em projetos.
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	501 627 413		01/09/1998			Em 2025 foi pago à ANMP o valor de 6.315,46 € referente à quota anual
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Entidade Regional	508 905 435		11/12/2009			Em 2025 foi pago à Porto e Norte o valor de 1.500,00 € referente à quota anual.
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Outras	513 864 202		22/02/2022			Em 2025 foi pago à ANAM o valor de 1.425,00 € referente à quota anual

1.4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

1.4.1 Métodos de consolidação utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações.

O Município de Vizela utiliza o método de equivalência patrimonial, tal como definido na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada. Este método consiste no reconhecimento pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

A aplicação do método de equivalência patrimonial já se encontra refletido nas demonstrações financeiras individuais, pelo que não existe qualquer alteração aos mapas já apresentados nos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2025.

Existem três participações **excluídas** do perímetro de consolidação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI, são:

- Participação nas Águas do Norte SA, na qual o Município detém 1,053%, ou seja 1.169.655,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico;
- Participação na TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL, na qual o Município detém 2%, ou seja 5.000,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico.
- Participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal no qual o Município detém 0,08% do capital, ou seja 351.099,00 €. Está registada pelo método do custo histórico.

1.5 Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2025 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do Município apresentava a seguinte distribuição:

Conta	31-12-2025	
Caixa		2 741,40 €
Depósitos à ordem		3 688 047,77 €
Depósitos bancários à ordem	3 688 047,77 €	
Outros depósitos		943 030,84 €
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	943 030,84 €	
TOTAL		4 633 820,01 €

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas em conformidade com o estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.1. Bases de mensuração

Ativos intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido das depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. Os ativos, apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Ativos fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam. Quando se trate de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT) ou quando não seja possível, pelo valor de avaliação por entidade certificada para o mesmo, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens. Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado. Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Os investimentos em curso constituem

ativos que se encontram na fase de construção, sendo mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

Propriedades de investimento

Uma propriedade de investimento é reconhecida como ativo, quando fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e o custo ou justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade. No ano de 2025 não foram reconhecidas quaisquer propriedades de investimento, para além das já reconhecidas em 2023, nomeadamente, os bens do domínio privado do espaço denominado “Parque de Jogos de Vizela”, previstos no Contrato de Concessão da exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023, que se encontram reconhecidos e mensurados pelo custo histórico, deduzidos das depreciações acumuladas.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas em que o município exerce influência significativa, estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCP 23.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento. Acresce referir, que a depreciação/amortização se inicia quando o bem fica disponível para uso.

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva,

deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Município se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado. Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são constituídas para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação. As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia. O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço). Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos

(quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável. O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Subsídios e transferências obtidos

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber. Os subsídios e transferências obtidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização. Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento. Os subsídios e transferências obtidas a título de adiantamento são contabilizados como rendimentos a reconhecer.

2.2. Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. O Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

O Município registou os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que, tendo em conta o histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, se acredita serem razoáveis.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são:

- Perdas por imparidade – a determinação de uma eventual perda por imparidade, pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município;
- Provisões – o Município analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para pagamentos das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos;

- Impostos a receber – a estimativa de impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do Portal das Finanças em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama.

As estimativas e pressupostos são baseados na melhor informação disponível à data de relato, podendo, contudo, os resultados efetivos diferir dessas estimativas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Município de Vizela são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.

2.6. Principais fontes de incertezas das estimativas

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Durante o presente período não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Quadro 2 – Reexpressão retrospectiva

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Em 2025, não foram detetados erros materiais de períodos anteriores.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar.

O detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis é a seguinte:

AI - QUANTIA ESCRITURADA										
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
	Ativos Intangíveis	1 045 665,90 €	47 706,34 €					-11 815,49 €		1 081 556,75 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI2	Goodwill									
AI3	Projetos de desenvolvimento									
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	14 023,45 €	9 840,00 €					-7 715,45 €		16 148,00 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	1 021 892,47 €						-3 600,00 €		1 018 292,47 €
AI6	Outros	9 749,98 €						-500,04 €		9 249,94 €
AI7	Ativos intangíveis em curso		37 866,34 €							37 866,34 €
TOTAL		1 045 665,90 €	47 706,34 €					-11 815,49 €		1 081 556,75 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES										
Rubrica	Designação	Adições								
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
	Ativos Intangíveis		47 706,34 €							47 706,34 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
AI2	Goodwill									
AI3	Projetos de desenvolvimento									
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		9 840,00 €							9 840,00 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual									
AI6	Outros									
AI7	Ativos intangíveis em curso		37 866,34 €							37 866,34 €
	TOTAL		47 706,34 €							47 706,34 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão que o Município de Vizela tinha a 31 de dezembro de 2025, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição de eletricidade em baixa tensão	20 Anos	Renda trimestral a pagar ao município	-	-	-
Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	Dreammedia Portugal, S.A.	Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	10 Anos	138.875,00 € (a pagar ao município)	-	-	-
Construção e exploração de bar de praia fluvial	Turvizela- Empreendimentos Turísticos, Lda.	Terreno	25 anos	Construção e exploração de "Bar de Praia Fluvial"	-	-	-
Exploração do Parque de Jogos de Vizela	L & M – Sociedade de Catering, Lda.	Terrenos e Edifício	20 anos	Construção e Manutenção de Equipamentos			

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Diminuições	Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	22 627 458,80 €	4 819 326,19 €	-19 376,84 €				-1 470 195,22 €		-11 678,25 €	25 945 534,68 €
Terrenos e recursos naturais	3 181 878,92 €	138 920,56 €								3 320 799,48 €
Edifícios e outras construções	6 798 670,82 €		172 781,64 €				-364 300,79 €		-11 678,25 €	6 595 473,42 €
Infraestruturas	12 293 803,84 €		4 430 362,53 €				-1 105 894,43 €			15 618 271,94 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	321 454,85 €	18 548,07 €								340 002,92 €
Outros										

AFT - QUANTIA ESCRITURADA										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Diminuições	Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		
Bens de domínio público em curso	31 650,37 €	4 661 857,56 €	-4 622 521,01 €							70 986,92 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	43 810 534,90 €	3 182 832,64 €	19 814,58 €				-2 177 832,77 €		-13 520,89 €	44 821 828,46 €
Terrenos e recursos naturais	9 486 691,84 €	350 847,50 €							-13 086,15 €	9 824 453,19 €

Prestação de Contas Consolidada 2025

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

AFT - QUANTIA ESCRITURADA

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Edifícios e outras construções	31 445 517,68 €	1 025 542,50 €	686 094,97 €				-1 540 350,19 €		31 616 804,96 €
Equipamento básico	1 129 710,55 €	166 843,88 €	19 814,58 €				-220 225,41 €	- 378,45 €	1 095 765,15 €
Equipamento de transporte	612 941,87 €	116 017,90 €					-150 895,00 €		578 064,77 €
Equipamento administrativo	124 889,29 €	294 153,82 €					-63 749,08 €		355 294,03 €
Equipamentos biológicos									
Outros	833 242,56 €	72 438,95 €	7 134,19 €				-202 613,09 €	-56,29 €	710 146,32 €
Ativos fixos tangíveis em curso	177 541,11 €	1 156 988,09 €	-693 229,16 €						641 300,04 €
TOTAL	66 437 993,70 €	8 002 158,83 €	437,74 €				-3 648 027,99 €	-25 199,14 €	70 767 363,14 €

Prestação de Contas Consolidada 2025

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES										
Ativos Fixos Tangíveis	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural		4 725 405,63 €								93 920,56 €
Terrenos e recursos naturais		45 000,00 €								93 920,56 €
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural		18 548,07 €								18 548,07 €
Outros										
Bens de domínio público em curso		4 661 857,56 €								4 661 857,56 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis		3 057 082,64 €								125 750,00 €
Terrenos e recursos naturais		340 250,00 €								10 597,50 €
Edifícios e outras construções		933 750,00 €								31 792,50 €
Equipamento básico		83 483,88 €								83 360,00 €
Equipamento de transporte		116 017,90 €								116 017,90 €
Equipamento administrativo		294 153,82 €								294 153,82 €
Outros		72 438,95 €								72 438,95 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 156 988,09 €								1 156 988,09 €
TOTAL		7 782 488,27 €								219 670,56 €
										8 002 158,83 €







AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES					
Ativos Fijos Tangíveis	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural					-11 678,25 €
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					-11 678,25 €
Infraestruturas					
Patrimônio histórico, artístico e cultural					
Outros					
Bens de domínio público em curso					
Ativos fixos em concessão					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Infraestruturas					
Patrimônio histórico, artístico e cultural					
Ativos fixos em concessão em curso					
Outros ativos fixos tangíveis					-13 520,89 €
Terrenos e recursos naturais					-13 086,15 €
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico					-378,45 €
Equipamento de transporte					
Equipamento administrativo					
Equipamentos biológicos					
Outros					-56,29 €
Ativos fixos tangíveis em curso					
TOTAL					-25 199,14 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nota 6 – Locações

O Município de Vizela, em 2025, não detém qualquer contrato de locação.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Vizela:

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores				Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total				
Banco Santander Totta, S.A.	16/05/2005	04/08/2005	20 Anos	532 240,00 €	532 240,00 €	2,344%	0,000%	502 670,96 €	99 829,65 €	602 500,61 €	29 569,04 €	783,36 €	30 352,40 €	- €	29 569,04 €	- €	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21/10/2005	06/12/2005	20 Anos	266 776,00 €	266 776,00 €	2,437%	0,000%	251 955,11 €	45 488,26 €	297 443,37 €	14 820,89 €	349,26 €	15 170,15 €	- €	14 820,89 €	- €	
Novo Banco, S.A.	12/07/2006	07/09/2006	20 Anos	673 511,00 €	623 761,00 €	3,592%	2,190%	554 454,22 €	94 954,26 €	649 408,48 €	34 653,39 €	1 860,97 €	36 514,36 €	- €	69 306,78 €	34 653,39 €	
Banco Comercial Português, S.A.	06/11/2006	18/01/2007	20 Anos	223 110,00 €	198 110,00 €	3,973%	2,135%	170 594,86 €	27 082,19 €	197 677,05 €	11 005,12 €	835,09 €	11 841,21 €	- €	27 515,14 €	16 509,02 €	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	30/05/2008	24/07/2008	20 Anos	2 445 000,00 €	1 530 091,60 €	5,235%	2,547%	1 232 573,79 €	195 141,58 €	1 427 715,37 €	85 005,09 €	8 489,03 €	93 494,12 €	- €	297 517,81 €	212 512,72 €	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	25/07/2017	30/11/2017	15 Anos	4 610 950,85 €	4 610 950,85 €	1,700%	3,831%	2 017 290,98 €	649 709,44 €	2 667 000,42 €	288 184,43 €	106 365,12 €	384 549,55 €	- €	2 593 659,87 €	2 305 475,44 €	
Banco BPI, S.A.	22/08/2017	30/11/2017	15 Anos	4 889 049,15 €	4 889 049,15 €	1,600%	3,710%	2 138 958,93 €	657 555,61 €	2 796 515,54 €	305 565,58 €	107 914,04 €	413 476,62 €	- €	2 750 090,22 €	2 444 524,64 €	
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	27/08/2019	11/10/2019	15 Anos	34 152,06 €	34 152,06 €	0,000%	2,319%	5 789,08 €	1 839,29 €	7 628,37 €	5 182,43 €	898,54 €	6 800,97 €	- €	28 362,98 €	23 180,35 €	
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/11/2019	14/05/2020	15 Anos	192 831,69 €	192 831,69 €	0,134%	2,394%	31 694,90 €	13 001,38 €	44 696,28 €	13 461,76 €	4 289,23 €	17 751,01 €	- €	161 136,79 €	147 675,01 €	
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	02/03/2020	22/04/2020	15 Anos	98 878,54 €	32 955,51 €	0,085%	2,370%	9 227,12 €	1 992,08 €	11 219,20 €	1 966,38 €	666,32 €	2 634,90 €	- €	23 732,39 €	21 764,01 €	
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/06/2020	26/10/2020	15 Anos	51 447,90 €	34 296,60 €	0,000%	2,394%	4 274,01 €	2 431,92 €	6 705,93 €	2 377,52 €	799,98 €	3 177,50 €	- €	30 024,59 €	27 647,07 €	
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	26/10/2020	28/01/2021	15 Anos	260 814,00 €	260 814,00 €	0,000%	2,370%	15 479,76 €	18 626,34 €	34 106,10 €	159 781,11 €	5 085,24 €	164 866,35 €	- €	245 334,24 €	85 553,13 €	
Banco BPI, S.A.	06/11/2020	24/02/2021	20 Anos	1 390 000,00 €	1 390 000,00 €	0,940%	0,000%	1 076 609,36 €	70 183,77 €	1 148 793,13 €	311 390,64 €	12 081,80 €	323 472,44 €	- €	311 390,64 €	- €	
Banco BPI, S.A.	11/07/2022	27/09/2022	20 Anos	1 800 000,00 €	71 000,00 €	2,593%	2,899%	- €	1 279,44 €	1 279,44 €	- €	2 580,78 €	2 580,78 €	- €	71 000,00 €	71 000,00 €	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	16/05/2024	16/08/2024	20 Anos	3 163 000,00 €	2 080 548,17 €	4,184%	2,595%	- €	- €	- €	- €	17 001,44 €	17 001,44 €	- €	- €	2 080 548,17 €	

Nota 8 – Propriedades de investimento

Em 2025, não foram reconhecidas quaisquer propriedades de investimento, para além dos bens, já reconhecidos em 2023, do denominado “Parque de Jogos de Vizela”, conforme Contrato de Concessão da exploração do espaço, outorgado no dia 12 de junho de 2023. Estes encontram-se reconhecidos e mensurados pelo custo histórico, deduzidas das depreciações acumuladas.

PI - QUANTIA ESCRITURADA (MODELO DO CUSTO)													
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do Período	Rendimentos do Período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	131 549,96 €			-835,68 €					130 714,28 €			
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e Recursos Naturais	100 700,00 €								100 700,00 €			
PI3	Edifícios e outras Construções	30 849,96 €			-835,68 €					30 014,28 €			
PI4	Outras propriedades de Investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
TOTAL		131 549,96 €			-835,68 €					130 714,28 €			

PI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES (MODELO DO CUSTO)										
Rubrica	Designação	Adições								
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
	Propriedades de Investimento									Total
PI1	Bens de domínio público									
PI2	Terrenos e Recursos Naturais									
PI3	Edifícios e outras Construções									
PI4	Outras propriedades de Investimento									
PI5	Propriedades de Investimento em curso									
	TOTAL									

PI - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES (MODELO DO CUSTO)						
Rubrica	Designação	Diminuições				Total
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	Propriedades de Investimento					
PI1	Bens de domínio público					
PI2	Terrenos e Recursos Naturais					
PI3	Edifícios e outras Construções					
PI4	Outras propriedades de Investimento					
PI5	Propriedades de Investimento em curso					
TOTAL						

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
38
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município de Vizela tem registada a seguinte imparidade no ano 2025:

- Clientes, contribuintes e utentes pelo valor de 812.621,50 € que os serviços do Município apuraram constituir risco de incobrabilidade, sendo o valor maior referente a dívidas de impostos diretos, conforme comunicação da AT.

As imparidades foram calculadas de acordo com os créditos de cobrança duvidosa ou incobráveis vencidos em 2025, cujo risco de incobrabilidade é justificado pelos processos em execução fiscal instaurados. Foram também consideradas dívidas de clientes, contribuintes e utentes sem processos de execução fiscal instaurado, mas que já tenham ultrapassado o prazo de 90 dias da data de vencimento da fatura.

As imparidades foram reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Documentos vencidos há mais de 6 meses e até 12 meses – 25%;
- Documentos vencidos há mais de 12 meses até 18 meses – 50%;
- Documentos vencidos há mais de 18 meses e até 24 meses – 75%;
- Documentos vencidos há mais de 24 meses – 100%;
- Excluídos os clientes classificados como entidades públicas.

Em 2025 existiram dois grandes valores de reversão de imparidade, sendo 151.158,30 € relativos à cobrança de guias de rendas e 176.482,09€ de impostos diretos.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	3 445 865,44 €	812 621,50 €	2 633 243,94 €		
T OTAL		3 445 865,44 €	812 621,50 €	2 633 243,94 €		

	Saldo a 1 de janeiro de 2025	Reforço da Imparidade	Reversão da Imparidade	Saldo a 31 de dezembro de 2025
Perdas por imparidades acumuladas	1 128 611,52 €	11 650,37 €	327 640,39 €	812 621,50 €

Nota 10 - Inventários

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	1 686,45 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	70 108,01 €	0,00 €	70 108,01 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
T O T A L	71 794,46 €	0,00 €	71 794,46 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)
Mercadorias	1 686,45 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 686,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	93 563,66 €	129 675,78 €	153 131,43 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70 108,01 €
Total	95 250,11 €	129 675,78 €	153 131,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	71 794,46 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

No quadro infra apresentamos o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 510 463,76 €
Venda de bens	67,65 €
Juros	-
Royalties	-
Dividendos ou distribuições similares	-
Outros	380 459,49 €
Total	1 890 990,90 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos sem contraprestação reconhecidos no exercício de 2025 totalizam 21.048.261,77 € em resultados e 2.809.146,64 € em património líquido, conforme detalhado no Quadro 14.1.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 547 465,15 €				
Impostos indiretos	2 318 597,63 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	1 756 230,98 €		167 805,44 €	172 361,46 €	
Multas e outras penalidades	143 727,98 €		40 741,48 €	72 481,59 €	
Transferências sem condição	5 520 108,00 €	1 038 254,00 €	87,75 €	146 116,75 €	
Transferências com condição	6 453 163,41 €	1 670 426,96 €			
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		100 465,68 €			
Outros	1 308 968,62 €				
TOTAL	21 048 261,77 €	2 809 146,64 €	208 634,37 €	390 959,80 €	

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação. As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação, e atendendo à sua avaliação de risco (nulo, baixo, médio ou elevado). Para efeitos de provisões, foram considerados os processos judiciais com desfecho desfavorável para a Câmara Municipal, com risco baixo, médio e elevado, o qual contém o seguinte:

N.º Processo	Tipo de Ação	Objeto	Valor provável
1056/18.5BEBRG	Ação Administrativa	Pedido de pagamento de juros de mora	92 452,95 €
1057/18.3BEBRG	Ação administrativa	Pedido de pagamento de juros de mora.	141 456,11 €
811/14.0BEBRG	Ação administrativa	Pedido de pagamento de indemnização.	165 404,50 €
1132/20.4BEBRG	Ação administrativa	Reconhecimento de créditos laborais.	114 941,43 €
559/21BEBRG	Ação administrativa	Pagamento de danos patrimoniais	129 404,37 €
1879/21.8BEBRG	Ação administrativa	Pagamento de danos patrimoniais e não patrimoniais	11 951,15 €
809/21.1BEBRG	Ação administrativa	Exercício do direito de sub-rogação	2 012,55 €
1721/23,5BEPRT	Ação administrativa	Pedido de revisão extraordinária de preços	30 000,01 €
1378/23,3BEBRG	Ação administrativa	Pedido de indemnização e de realização de obras de reparação	6 625,90 €
1238/25.3BEPRT	Ação administrativa	Contrato de empreitada de obra pública	155 759,77 €
VALOR 2025			1 029 145,49 €

Quadro 15.1 – Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuiç ões (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 035 324,89 €						6 179,40 €		6 179,40 €	1 029 145,49 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 035 324,89 €						6 179,40 €		6 179,40 €	1 029 145,49 €

Quadro 15.2 – Passivos contingentes

Os passivos contingentes são obrigações possíveis que não são reconhecidas porque carecem de confirmação se irão conduzir a um exfluxo de recursos, não estando esta confirmação totalmente dentro do controlo do Município.

No quadro seguinte, estão elencados os diversos litígios e contingências (de risco possível) em que o desfecho dos mesmos se prevê que não afetará de forma material a posição financeira do Município.

N.º Processo	Tipo de Ação	Objeto
29/17.0BEBRG	Ação administrativa	Pedido de anulação de atos administrativos
1907/18.4BEBRG	Ação administrativa	Anulação e revogação de deliberação do contrato de prestação de serviços
540/25.9T9GMR	Contraordenação	Contraordenação ruído
306/23.0BEBRG	Ação administrativa	Impugnação de decisão
1453/24.7BEBRG	Procedimento cautelar	Suspensão da eficácia de ato administrativo
1496/24.0BEBRG	Ação administrativa	Impugnação de ato administrativo

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada inicial
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Caixa e seus equivalentes:	3 989 137,94 €									4 633 820,01 €
Caixa	3 827,30 €								1 085,90 €	2 741,40 €
Depósitos bancários	3 381 413,95 €				306 633,82 €					3 688 047,77 €
Outros depósitos	603 896,69 €				339 134,15 €					943 030,84 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:										
Ativo Não Corrente										
Participações financeiras - custo	3 803 082,59 €									3 863 725,74 €
Investimentos em entidades controladas (41.1)										
Vimágua - Empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	2 277 328,59 €				60 643,15 €					2 337 971,74 €
Outros ativos financeiros	1 525 754,00 €									1 525 754,00 €
Outras contas a receber	8 948,27 €									8 948,27 €
Ativo Corrente										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	656 340,98 €				309 757,94 €					966 098,92 €
Clientes, contribuintes e utentes	2 662 361,62 €			327 640,39 €				11 650,37 €	345 107,70 €	2 633 243,94 €
Outras contas a receber	3 618 935,50 €								208 068,97 €	3 410 876,53 €
TOTAL	14 738 806,90 €			327 640,39 €	1 016 169,06 €			11 650,37 €	554 252,57 €	

Prestação de Contas Consolidada 2025

[Handwritten signatures and initials]

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Passivos não corrente								
Financiamentos obtidos								
Empréstimos bancários de m/l p não excecionados (25.1.1.2)	5 377 193,69 €			2 080 548,17 €			1 016 933,09 €	6 440 808,77 €
Empréstimos bancários de m/l p excecionados (25.1.1.2)								
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados (20.4.2.2)	301 870,17 €			4 725,62 €			21 436,59 €	285 159,20 €
Fornecedores de Investimentos				273 479,71 €				273 479,71 €
Outras contas a pagar	531 772,19 €			259 331,81 €				791 104,00 €
Passivos corrente								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	8 197,73 €			19 952,44 €				28 150,17 €
Fornecedores	396 873,71 €			13 538,25 €				410 411,96 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								
Financiamentos obtidos								
Empréstimos bancários de m/l p não excecionados (25.1.1.2)	787 676,70 €			1 016 933,09 €			1 080 195,18 €	724 414,61 €
Empréstimos bancários de m/l p excecionados (25.1.1.2)								

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final	
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor		Outras
Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados (20.4.2.1)	186 720,82 €			21 436,59 €			187 496,84 €	20 660,57 €
Fornecedores de investimentos	118 365,43 €						104 474,67 €	13 890,76 €
Estado e outros entes públicos	130 752,96 €						45 926,79 €	84 826,17 €
Outras contas a pagar	1 366 678,81 €			61 859,21 €				1 428 538,02 €
TOTAL	9 206 102,21 €			3 751 804,39 €			2 456 463,16 €	10 501 443,94 €

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,8%	351 099,00 €									351 099,00 €
Águas do Norte, SA	1,06%	1 169 655,00 €									1 169 655,00 €
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	2,00%	5 000,00 €									5 000,00 €
TOTAL		1 525 754,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 525 754,00 €

[Handwritten signatures and initials]

Nota 19 – Benefícios dos empregados

19.1 – Benefícios definidos

Todo o pessoal ao serviço do Município, foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O Município de Vizela não possui qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões. Por último, apresenta-se a composição e quantias reconhecidas como gastos do período, relativas à rubrica de gastos com pessoal.

Un.: euro

Designação	2024	2025	Variação 25-24	%
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	259 495,26	255 153,42	- 4 341,84	-1,67%
Remunerações do pessoal	5 188 576,87	5 871 457,31	682 880,44	13,16%
Indemnizações	2 979,54	3 152,64	173,10	5,81%
Encargos sobre remunerações	1 228 968,55	1 366 111,89	137 143,34	11,16%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	49 289,15	79 863,10	30 573,95	62,03%
Outros gastos com o pessoal	16 212,51	-	- 16 212,51	-
Outros encargos sociais	52 498,21	53 568,70	1 070,49	2,04%
TOTAL	6 798 020,09	7 629 307,06	831 286,97	12,23%

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros infra apresentamos a listagem das entidades controladas pela Câmara Municipal de Vizela assim como as transações existentes entre as partes relacionadas:

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2025, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final (*)
		Direto	Indireto	
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Rua do Rei Pegú, nºo 172 4810-025 Guimarães	10%		10%

Nota: A existência de influência significativa por parte do Município, deve-se à representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas (valor faturado pela entidade relacionada no ano corrente)

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total transações		
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	259 128,09	74,13%	38 836,84	
		Subsídios à exploração	33 089,54	9,47%	2 002,51	
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	9 176,98	2,63%	-	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	38 931,09	11,14%		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associada	Quota Anual + Inscrição em congresso	6 315,46	1,81%	-	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Associada	Quota Anual	1 500,00	0,43%	-	
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Associada	Quota Anual	1 425,00	0,41%		
Totais			349 566,16 €	100,00%	40 839,35 €	

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método da equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Quadro 20.3 – Remuneração de pessoas chave da gestão

Em 2025, as remunerações de pessoas chave na gestão, ou seja, as remunerações pelos serviços prestados à entidade na sua qualidade de membros do órgão de gestão, eram as seguintes:

Ano 2025

Cargo	Órgão de gestão	Número de pessoas	Remuneração mensal ilíquida
Presidente	Executivo	1	3 848,00 €
Vereadores – tempo inteiro	Executivo	3	3 078,40 €/vereador
Vereadores – tempo inteiro - 50% remuneração	Executivo	1	1 539,20€
Vereadores- meio tempo	Executivo	1	1 539,20€
Vereadores	Executivo	1	76,96 €/senha de presença

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem a participação no capital social da Vimágua, não sendo por isso efetuados movimentos extra-contabilísticos.

Assim, já se encontram refletidos os movimentos abaixo na Prestação de Contas individual já apresentada.

Lançamento n.º	Descrição	Conta a débito	Valor a débito	Conta a crédito	Valor a crédito
1	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	60 643,15 €	78.5.1 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - aplicação do MEP	60 643,15 €

	Vimágua	CMV 10%	Total 2025	Total 2024	MEP 2025
			(a)	(b)	(a)-(b)
Capital	500 000,00 €	50 000,00 €			
Outros instrumentos de capital próprio	12 240 000,00 €	1 224 000,00 €			
Reservas legais	147 701,16 €	14 770,13 €	1 063 971,74 €	1 003 328,59 €	60 643,15 €
Resultados Transitados	5 417 944,15 €	541 794,41 €			
Outras Variações de Capitais Próprios	4 090 576,40 €	409 057,64 €			
Resultados Líquido	983 495,69 €	98 349,57 €			
Total Capital Próprio	23 379 717,40 €	2 337 971,74 €			

Considerando que o MEP já se encontra refletido nas contas individuais do município, as contas consolidadas correspondem às contas individuais.

Pela aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial não se contabiliza o endividamento consolidado de médio e longo prazo, informa-se, contudo, que a VIMÁGUA possui:

- **Endividamento líquido** a 31/12/2025, calculado nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro no valor de 17.746.085,23 €.
- **Empréstimos de longo prazo** (capital em dívida) no valor de 2.829.868,49 €.

A VIMÁGUA, informa que: "cumpre as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo o Resultado Líquido do exercício de 2025, cujas contas foram aprovadas em Assembleia-Geral a 24 de março de 2026, positivo, cumprindo-se desta forma o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 50/2012."

Assim sendo, as responsabilidades financeiras da VIMÁGUA não relevam para o cálculo da dívida total do Município, prevista no artigo 52.º do RFALEI.

No quadro seguinte apresenta-se o limite da dívida e o valor da dívida total de 2025.

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Divida Total Ano N	Margem/Excesso			
	Anos			Média			Valor absoluto	%		
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1							
	(2)	(3)	(4)						(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)
(1)										
Município	16 485 579,17 €	17 554 927,69 €	18 824 378,79 €	17 621 628,55 €	26 432 442,83 €	7 985 427,71 €	-18 447 015,12 €		-69,79%	
Serviços Municipalizados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Serviços Intermunicipalizados						0,00 €				
Entidades intermunicipais:										
Área Metropolitana						0,00 €				
Comunidade Intermunicipal						438 539,03 €	438 539,03 €			
Entidades associativas municipais:										
Associações de Freguesias						0,00 €				
Associações de Municípios						0,00 €				
Empresas locais						0,00 €				
Empresas participadas						0,00 €				
Cooperativas						0,00 €				
Fundações						0,00 €				
Entidades de outra natureza						0,00 €				
TOTAL	16 485 579,17 €	17 554 927,69 €	18 824 378,79 €	17 621 628,55 €	26 432 442,83 €	8 423 966,74 €	-18 008 479,09 €		-68,13%	

Prestação de Contas Consolidada 2025

53

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método de equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Das relações comerciais existentes entre o Município e a Vimágua, EIM, SA, resultam os seguintes saldos e fluxos financeiros:

Município de Vizela / Vimágua										
Tipo de fluxos	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (2+3) - (4+5)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = (7+8) - (9+10)
Relações Comerciais:	43 075,37 €	296 787,13 €	47 644,87 €	251 378,28 €	40 839,35 €	1 267 703,10 €	1 027 078,23 €		855 256,81 €	1 439 524,52 €
Serviços prestados de água/saneamento	40 393,32 €	263 697,59 €	44 962,82 €	220 291,25 €	38 836,84 €					
Contrapartidas						1 144 571,53 €	156 166,65 €			1 300 738,18 €
Rendas							8 440,21 €		7 722,44 €	717,77 €
Receita de tarifas de lixo						123 131,57 €	862 471,37 €		847 534,87 €	138 068,57 €
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros - Participação da Tarifa Social de Água	2 682,05 €	33 089,54 €	2 682,05 €	31 087,03 €	2 002,51 €					
Total	43 075,37 €	296 787,13 €	47 644,87 €	251 378,28 €	40 839,35 €	1 267 703,10 €	1 027 078,23 €		855 256,81 €	1 439 524,52 €

As relações comerciais entre o Município e a VIMÁGUA E.I.M. S.A traduzem-se no seguinte:

- Faturação da VIMÁGUA E.I.M., S.A. proveniente dos serviços prestados de água/saneamento;
- Encargos de cobrança /receita das tarifas de resíduos urbanos que se traduz na faturação da VIMÁGUA E.I.M. S.A do serviço de cobrança das tarifas de lixo incluída na fatura dos consumos de água/saneamento aos munícipes de Vizela e na entrega da receita das tarifas de lixo, faturadas aos clientes por parte da VIMÁGUA E.I.M. S.A juntamente com a faturação mensal, ao Município de Vizela;
- Encargos relativos à comparticipação no desconto efetuado pela Vimágua aos clientes finais no território do município no âmbito da Tarifa Social de água;
- Faturação do Município de Vizela à VIMÁGUA E.I.M. S.A do valor das contrapartidas pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que é proprietário o Município de Vizela, utilizado pela VIMÁGUA E.I.M. S.A no desenvolvimento da sua atividade, conforme definido no ponto 13 do Contrato de Gestão da empresa.

Utilização pela VIMÁGUA E.I.M. S.A das infraestruturas de água e saneamento

De seguida apresenta-se um quadro do valor das contrapartidas, (sem o IVA) devidas pela VIMÁGUA E.I.M. S.A. ao Município pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, calculado nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A:

Ano da contrapartida	Valor proveito	Por receber
2016	173 621,27 €	146 139,56 €
2017	180 016,11 €	180 016,11 €
2018	168 185,20 €	168 185,20 €
2019	52 349,00 €	52 349,00 €
2020	93 945,00 €	93 945,00 €
2021	91 272,14 €	91 272,14 €
2022	117 704,05 €	117 704,05 €
2023	80 934,90 €	80 934,90 €
2024	126 964,76 €	126 964,76 €
2025	129 937,33 €	129 937,33 €
Total	1 214 929,76 €	1 187 448,05 €

O valor da contrapartida é calculado segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

Acontecimentos após a data de relato

Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2025

O presente relatório de gestão é apresentado de acordo com o n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município de Vizela exerce influência significativa sobre a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Tal influência ao nível das contas reflete-se na atualização do valor da participação financeira do Município na empresa VIMÁGUA, E.I.M. S.A., em função dos capitais próprios e do resultado líquido do ano de 2025, tal como demonstrado no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

No exercício de 2025, foi já considerado o método da equivalência patrimonial, o que determina que as demonstrações financeiras consolidadas coincidam com as demonstrações já apresentadas na Prestação de Contas individual.

A participação do Município na VIMÁGUA, E.I.M. S.A. enquadra-se na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente, na alínea b) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 75º - RFALEI.

A VIMÁGUA, E.I.M. S.A. foi criada pela iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela e iniciou a sua atividade em 20 de fevereiro de 2002.

A participação na VIMÁGUA E.I.M. S.A. justifica-se pela transferência da gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município de Vizela numa ótica de parceria que está consubstanciada num Contrato de Gestão assinado entre as partes a 2 de abril do ano 2008 e respetivo aditamento a 26 de julho de 2012.

As contrapartidas que o Município recebe e as obrigações em que incorre estão suportadas em acordos estabelecidos entre as duas entidades, tendo o Município uma participação de 10% no valor de 50.000,00€ no capital social da VIMÁGUA E.I.M. S.A. de 500.000,00 €.

Em termos de gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A., o Município é representado por um vogal no Conselho de Administração e um vogal na Assembleia Geral que participam na orientação e discussão dos assuntos de interesse coletivo não só para o Município de Vizela, mas também para o Município de Guimarães.

5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DE 01-01-2025 a 31-12-2025

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu	Presidente	01-01 a 31-12-2025	Rua Quinta do Poço Quente, n.º 302, União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) 4815-765 Vizela
Maria Agostinha Ribeiro de Freitas	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2025	Rua da Saudade n.º 2031, S. João 4815-413 Vizela
Arnaldo José Abreu Guimarães Sousa	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2025	Rua Padim, n.º 1348 - S. Miguel - 4815-495 Vizela
Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2025	Rua Dr. Pereira Caldas, nr.205, 1Dt, S. Miguel, 4815-516 Vizela
António Nuno Cunha Faria	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2025	Calçada do Casal da Bouça, nr.120, S. João, 4815-399 - Vizela
Rui Manuel Azevedo Ferreira	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2025	Rua Combatentes do Ultramar, nr.284, Moreira de Cónegos, 4815-011 - Guimarães
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador sem pelouros	01-01 a 31-12-2025	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela
Maria José Novais Toriz da Silva Ramos	Vereador sem pelouros	a)	Travessa Casal da Bouça, n.º 112 - S. João - 4815-712 Vizela

a) Substituiu o vereador Jorge Alexandre Mendes Pedrosa nas reuniões de câmara nos dias 28/01/2025, 11/02/2025 e 29/06/2025.

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

[Handwritten signatures in blue ink]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE VIZELA, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 87 649 172,16 euros e um total de património líquido de 75 836 758,37 euros, incluindo um resultado líquido de 534 019,08 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE VIZELA em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Enfase

A Certificação Legal das Contas relativa às demonstrações financeiras consolidadas da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por nós emitida, em 10 de abril de 2025, incluía uma reserva relacionada com a plenitude do cadastro de imóveis, cujo conteúdo e fundamentos deixaram de se verificar, em virtude da implementação, pelo Município, conforme referido na nota 5, de medidas corretivas que permitiram, na presente data, a emissão de uma opinião sem reservas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trilão de Moraes & Associados, SROC, l.d.a. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do MUNICÍPIO de VIZELA que compreendem a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

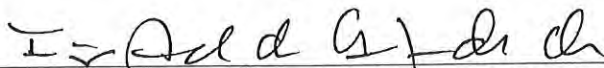
O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de maio de 2026


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale
(ROC N.º 1615 e registado na CMVM com o n.º 20161225)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DE VIZELA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e as respetivas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas Consolidada, que emitimos somos parecer que as contas Consolidadas do MUNICÍPIO DO VIZELA referentes ao exercício de 2025, se apresentam elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Porto, 15 de maio de 2026



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Tiago André de Castro Lopes do Vale
(ROC N.º 1615 e registado na CMVM com o n.º 20161225)

7. RELATÓRIO E CONTAS DA VIMÁGUA, EIM, SA

[Handwritten signatures in blue ink]

vimagua

Os serviços da Vimágua estão disponíveis à distância de um clique em www.vimagua.pt.
O atendimento presencial poderá ser agendado através do nosso site, www.vimagua.pt e do telefone 253 439 560.

Exmo(s) Senhor(es)
Presidente da Câmara Municipal de Vizela
Praça do Município, nº 522
São Miguel (Caldas de Vizela)
4815-013 VIZELA

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência
DAF/ PFData
25-03-2026

N.º 6289/2026

Proc.º 6610/2026 EXT

ASSUNTO: Relatório e Contas 2025

Exmo. Senhor Presidente,

Cumpre-me remeter a V. Exa., para conhecimento do órgão executivo desse Município, e em cumprimento do disposto nos Estatutos da Vimágua e no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025.

O referido documento foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 24 de março, sendo remetido acompanhado da respetiva Certificação Legal das Contas, do Relatório e Parecer do Fiscal Único e da Ata da referida reunião.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

Daniel Rodrigues



vimágua

RELATÓRIO

DE GESTÃO E CONTAS

2025

Vimágua – Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.



ÍNDICE

4	Mensagem do Conselho de Administração	41	Governança, Ética e Gestão de Risco
6	Vimágua em Síntese	44	Desempenho Económico e Financeiro
11	Novo Ciclo Estratégico Vimágua 2025-2029	54	Riscos, Resiliência e Futuro
15	Mapa Estratégico Vimágua 2025 - 2029	56	Perspetivas Futuras
16	Desempenho Operacional Integrado	57	Considerações Finais
20	Sustentabilidade Ambiental, Social e Governança	58	Proposta de Aplicação de Resultados
24	Inovação, Digitalização e Modernização	59	Demonstrações Financeiras
26	Investimento e Gestão de Ativos	66	Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
32	Clientes, Comunidade e Valor Público	91	Parecer do Fiscal Único
37	Pessoas, Cultura e Liderança	92	Certificação Legal de Contas



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 encerrou com um Resultado Líquido positivo de 983.496 mil euros e um EBITDA de 5,9 milhões de euros, valores que refletem a solidez operacional da Vimágua.

A Vimágua está já a caminho dos seus 25 anos e foi responsável pela execução de investimento total em infraestruturação coletiva na ordem dos 120,3 Milhões de Euros.

Os territórios de Guimarães e Vizela têm, atualmente, taxas de cobertura de rede acima do valor médio nacional, 99% em água e 94% em saneamento.

É este o ponto de partida desta Administração que iniciou funções em novembro de 2025 e que tem como principal objetivo dotar a Vimágua de uma filosofia organizacional voltada para o cumprimento de objetivos, para a otimização de resultados, para a inovação e para uma cultura de grupo.

A Vimágua é um conjunto de pessoas que têm de estar alinhadas com os objetivos de gestão, orientadas por princípios de melhoria contínua e de comprometimento com os resultados.

Neste novo mandato, com o horizonte de 2025-2029, o nosso foco estará na criação de valor social, ambiental e económico para Guimarães e Vizela.

Vivemos um contexto exigente. As alterações climáticas colocam desafios concretos à segurança hídrica. A volatilidade dos custos energéticos pressiona a estrutura financeira. O enquadramento regulatório da ERSAR reforça as exigências de eficiência, qualidade e transparência. A responsabilidade perante os Municípios acionistas impõe sustentabilidade financeira e previsibilidade.

Ao assumir funções, esta nova Administração fê-lo com a consciência de que o serviço de águas exige hoje mais do que gestão corrente.

Exige visão, planeamento estruturado, capacidade de decisão e um compromisso absoluto com a execução dos planos estratégicos.

Organizamos a ação da empresa em torno de uma Missão assente em seis pilares estratégicos: Excelência Operacional, Sustentabilidade Financeira, Sustentabilidade Ambiental e Ação Climática, Inovação e Digitalização, Pessoas e Cultura Organizacional e Proximidade aos Utilizadores e à Comunidade.

Este modelo não é apenas conceptual. É programático. Estrutura decisões, orienta investimentos e estabelece prioridades mensuráveis, para cada área de serviço, assente numa seleção de indicadores, que permitirão aquilatar o sucesso das estratégias implementadas e tomar as melhores decisões.

Neste âmbito, será assumido um forte investimento em tecnologias de informação e na transição digital da empresa, enquanto alavanca fundamental para a melhoria do desempenho operacional e da qualidade da decisão. A digitalização dos sistemas, a integração de informação e a utilização de dados em tempo real permitirão evoluir para um modelo de gestão mais eficiente, preditivo e orientado por evidência, alinhado com o Pilar da Inovação e Digitalização definido no plano estratégico.

Acreditamos que o investimento deve ser entendido como gestão do ciclo de vida dos ativos e não apenas como despesa anual. Que a sustentabilidade financeira é condição essencial para garantir justiça tarifária e continuidade do serviço. Que a eficiência operacional e energética são problemas estruturais a resolver com planeamento e disciplina, e não apenas a mitigar circunstancialmente.



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A fixação com os municípios do novo modelo de Contrato de Gestão Delegada terá já como orientação estes princípios, vindo a pugnar pela revisão da Contrapartida devida aos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo em vista assegurar um maior alinhamento com o valor económico dos ativos.

Assim, entendemos que é necessário rever a metodologia de cálculo da Contrapartida, tendo já iniciado trabalhos nesse sentido, que virá a ser aplicada com efeitos retroativos, pondo termo à diversidade de posições já assumidas sobre este tema.

Um outro dossier importante é a negociação com a Águas do Norte S.A., tendente à fixação da metodologia de faturação do tratamento do saneamento, que contamos fechar a breve trecho, garantindo previsibilidade nesta componente de custo, com elevado impacto na atividade da Vimágua.

Neste contexto, a empresa continua a defender, em articulação com os Municípios e outras entidades gestoras, a necessidade de evolução para um modelo de faturação mais equilibrado e ajustado à realidade dos sistemas de drenagem urbana.

Pelo exposto, deixamos já aqui inscrito o nosso compromisso em baixar preços, que resulta da nossa maturada análise aos diferentes indicadores económicos e financeiros, e acontecerá como uma consequência direta da introdução do modelo de gestão que preconizamos.

Procuraremos reforçar, igualmente, a proximidade da governação, a ética, a gestão de risco e a resiliência. A transparência, o Rigor e o Planeamento Estratégico são os princípios que nos regulam e fundamentos para a confiança dos acionistas, da Entidade Reguladora, dos trabalhadores e dos utilizadores.

Aceitamos este desafio para marcar a diferença, empenhando todo o nosso saber e sentido de serviço público. Estamos absolutamente convictos de que faremos da Vimágua uma referência no setor das águas em Portugal.

Um bem-haja a todos, pela incansável colaboração que nos têm dedicado, assegurando aos acionistas, aos órgãos sociais, aos trabalhadores, à entidade reguladora, aos sindicatos, aos parceiros de negócio, aos fornecedores e as todas as partes interessadas o total comprometimento da Administração da Vimágua.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel André de Sousa Rodrigues

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito
Machado



VIMÁGUA EM SÍNTESE

A Vimágua assegura a gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nos Municípios de Guimarães e Vizela, garantindo diariamente um serviço público essencial à qualidade de vida das populações, à atividade económica e à sustentabilidade ambiental do território.

O ano de 2025 constitui a *baseline* operacional e financeira para o novo ciclo. Dado que a atual Administração iniciou funções no final de novembro, os indicadores de desempenho aqui relatados, incluindo os níveis de reabilitação de condutas e os indicadores relativos a avarias, refletem o modelo de gestão anterior. Estes dados servem como o ponto de partida objetivo para as ações corretivas estruturadas no novo plano 2025-2029

O presente capítulo apresenta uma visão sintética do desempenho da Vimágua em 2025, com foco nos principais indicadores operacionais, ambientais e económico-financeiros, evidenciando a capacidade da empresa em manter a qualidade e continuidade do serviço público. Estes resultados estabelecem a base para a análise mais detalhada da evolução recente (2023-2025) que será apresentada nos capítulos seguintes.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	REF	UNIDADE	2025	RESULTADO DO 2025	2026	2027	2028	2029
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA									
OE1 - Adequação do Serviço ao utilizador	OE1.1 - Acessibilidade física do serviço AA (AA01b)	ERSAR	%	≥ 98,5	99	≥ 99	≥ 99	≥ 99	≥ 99
	OE1.2 - Acessibilidade económica do serviço AA (AA02b)	ERSAR	€	< 0,50	0,31	< 0,50	< 0,50	< 0,50	< 0,50
	OE1.3 - Ocorrência de falhas no abastecimento (AA03b)	ERSAR	n°/(1000ra)	< 15	0,03	< 15	< 15	< 15	< 15
	OE1.4 - Água Segura (AA04b)	ERSAR	%	≥ 99	100	≥ 99	≥ 99	≥ 99	≥ 99
	OE1.5 - Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (AA05b)	ERSAR	%	≥ 90	87	≥ 90	≥ 90	≥ 90	≥ 90



VIMÁGUA EM SÍNTESE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	REF. ^a	UNIDADE	2025	RESULTADO 2025	2026	2027	2028	2029
------------------------	-----------	-------------------	---------	------	----------------	------	------	------	------

SISTEMA DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA

OE2 - Sustentabilidade da prestação do serviço	OE2.2 - Adesão ao Serviço AA (AA07b)	ERSAR	%	≥ 85,5	85,05	≥ 87	≥ 88,5	≥ 90	≥ 91,5
	OE2.3 - Água não faturada (AA08b)	ERSAR	%	≤ 33	25,4	≤ 32	< 30	< 28	< 27
	OE2.4 - Reabilitação de condutas (AA09b)	ERSAR	%/ano	≥ 0,4	0,14	≥ 0,5	≥ 0,5	≥ 0,5	≥ 0,5
	OE2.5 - Ocorrência de avarias em condutas (AA10b)	ERSAR	n°/(100 km)	≤ 30	69,95	≤ 30	≤ 30	≤ 30	≤ 30
OE3 - Sustentabilidade ambiental	OE3.1 - Eficiência energética de instalações elevatórias (AA16b)	ERSAR	kWh/(m ³ .l.0)	≤ 0,47	0,47	≤ 0,47	≤ 0,47	≤ 0,46	≤ 0,46
	OE3.2 - Produção própria de energia AA (AA18b)	ERSAR	%	5,0%	4,6%	5,0%	16,0%	17,0%	18,0%

SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

OE1 - Adequação do Serviço ao utilizador	OE1.5 - Acessibilidade física do serviço através de redes fixas e meios móveis (AR02b)	ERSAR	%	≥ 94	94	≥ 94	≥ 95	≥ 95	≥ 95,5
	OE1.6 - Acessibilidade económica do serviço AR (AR03b)	ERSAR	%	< 0,50	0,33	< 0,50	< 0,50	< 0,50	< 0,50
	OE1.7 - Ocorrência de inundações (AR04b)	ERSAR	n°/1000ra	< 2	3,12	< 2	< 2	< 1	< 1
	OE1.8 - Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (AR05b)	ERSAR	%	≥ 90	94	≥ 90	≥ 90	≥ 90	≥ 90
OE2 - Sustentabilidade da prestação de serviço	OE2.7 - Adesão ao serviço AR (AR08b)	ERSAR	%	≥ 86	86,08	≥ 87,3	≥ 88,6	≥ 90	≥ 91,5
	OE2.8 - Reabilitação de coletores (AR09b)	ERSAR	%/ano	≥ 0,1	0,04	≥ 0,1	≥ 0,1	≥ 0,1	≥ 0,1
	OE2.9 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (AR10b)	ERSAR	n°/100 km	≤ 2	0,64	≤ 2	≤ 2	≤ 1	≤ 1



VIMÁGUA EM SÍNTESE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	REF.º	UNIDADE	2025	RESULTADO 2025	2026	2027	2028	2029
COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS									
OE2 - Sustentabilidade de da prestação do serviço	OE2.1 - Resultado líquido (-)	SNC	€	> 0	983 496	> 0	> 0	> 0	> 0
	OE2.2 - Peso das vendas e prestações de serviços nos gastos totais incorridos (-)	SNC	%	> 50	95,95	> 50	> 50	> 50	> 50
	OE2.3 - Peso dos subsídios a exploração na totalidade de Prestações de serviços e outros rendimentos (-)	SNC	%	< 50	0,00	< 50	< 50	< 50	< 50
	OE2.4 - EBITDA (-)	SNC	€	> 0	5 938 179	> 0	> 0	> 0	> 0

DESEMPENHO OPERACIONAL

O sistema de abastecimento de água apresentou níveis elevados de cobertura e qualidade do serviço, com destaque para a continuidade do abastecimento e água segura (100% em 2025). A redução da água não faturada (25,4%) demonstra ganhos estruturais em eficiência operacional e sustentabilidade económica, face a valores de um passado recente.

A melhoria da cobertura e adesão, no que ao sistema de drenagem de águas residuais concerne, reflete o investimento contínuo na expansão das infraestruturas. A implementação de um programa rigoroso de gestão preventiva, incluindo de inspeção e reabilitação de coletores, reforçará a resiliência operacional.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O desempenho de 2025 mostra progresso na eficiência energética das infraestruturas elevatórias e na produção própria de energia, fundamentais para a redução da pegada carbónica e dependência energética da operação.

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO- FINANCEIRA

Resultados líquidos positivos e EBITDA compatível com as metas demonstram solidez financeira, garantindo capacidade de investimento, equilíbrio tarifário e continuidade do serviço.



VIMÁGUA EM SÍNTESE

DESAFIOS IDENTIFICADOS

Alguns indicadores estruturais (como reabilitação de condutas e ocorrências de avarias) ficaram abaixo da meta, refletindo limitações herdadas. A Administração está a definir ações concretas no plano 2026-2029 para melhorar progressivamente estes indicadores.

PERSPETIVA ESTRATÉGICA 2025-2029

Partindo de uma base operacional sólida, a Vimágua inicia um novo ciclo de planeamento estratégico, centrado na eficiência operacional, sustentabilidade financeira, inovação tecnológica, proximidade ao cliente e resiliência ambiental. Este enquadramento estabelece a base para os capítulos seguintes do relatório, que detalharão o desempenho, investimento realizado e prioridades estratégicas para o período 2025-2029.

CONTEXTO ESTRATÉGICO E DESAFIOS DO SETOR

A atividade desenvolvida pela Vimágua insere-se num setor essencial à qualidade de vida das populações, à proteção dos recursos hídricos e ao desenvolvimento sustentável do território.

A gestão dos serviços de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais enfrenta atualmente um conjunto de desafios estruturais que condicionam a evolução do setor e reforçam a necessidade de uma gestão cada vez mais exigente, planeada e orientada para o longo prazo.

Entre esses desafios destacam-se as pressões decorrentes das alterações climáticas, o aumento da relevância da eficiência energética, o enquadramento regulatório aplicável às entidades gestoras, a evolução das necessidades dos municípios e das populações e as exigências de sustentabilidade económica e financeira associadas à natureza intensiva em investimento infraestrutural.

É, neste contexto, que a Vimágua desenvolve a sua atividade e define as suas prioridades estratégicas, procurando assegurar simultaneamente a qualidade do serviço prestado, a sustentabilidade da operação e a capacidade de resposta aos desafios futuros.

PRESSÕES CLIMÁTICAS E SEGURANÇA HÍDRICA

As alterações climáticas constituem um dos principais desafios para o setor da água, refletindo-se na crescente irregularidade dos regimes de precipitação, na maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos e na pressão crescente sobre os recursos hídricos disponíveis.

Este contexto reforça a necessidade de uma gestão cada vez mais eficiente e resiliente dos sistemas de abastecimento de água, nomeadamente, através da redução de perdas nas redes, da otimização da gestão das infraestruturas e da proteção das origens de água.

A garantia da segurança hídrica assume, assim, uma importância estratégica para assegurar a continuidade e a fiabilidade do serviço público.



A gestão eficiente dos recursos hídricos e a redução de perdas nas redes constituem fatores determinantes para reforçar a resiliência dos sistemas de abastecimento face às alterações climáticas.

CUSTOS ENERGÉTICOS E DESCARBONIZAÇÃO

Os sistemas de abastecimento e saneamento são infraestruturas intensivas em consumo energético, nomeadamente nas operações de captação, elevação, tratamento e transporte de água e águas residuais.

Nos últimos anos, a volatilidade dos mercados energéticos e o aumento generalizado dos custos de energia reforçaram a importância da eficiência energética como fator de sustentabilidade operacional e financeira das entidades gestoras.

Paralelamente, as políticas públicas nacionais e europeias têm vindo a reforçar os objetivos de descarbonização da economia, incentivando as empresas do setor a desenvolver iniciativas orientadas para:

- a melhoria da eficiência energética das infraestruturas;
- a otimização dos sistemas de bombagem e tratamento;
- o aumento da produção própria de energia a partir de fontes renováveis.

A gestão energética, com a melhoria da eficiência energética e o reforço da produção própria de energia, assume assim um papel cada vez mais relevante na estratégia da Vimágua, contribuindo simultaneamente para a redução de custos operacionais e para a diminuição da pegada ambiental do serviço.

REGULAÇÃO ERSAR

A atividade das entidades gestoras do setor da água desenvolve-se num quadro regulatório exigente, orientado para a promoção da qualidade do serviço, da transparência e da sustentabilidade económica da gestão.

Em Portugal, este enquadramento é assegurado pela ERSAR, entidade responsável pela regulação dos serviços de águas e resíduos, que acompanha o desempenho das entidades gestoras através de um conjunto de indicadores técnicos, operacionais e económico-financeiros.

Este modelo regulatório tem contribuído para promover uma cultura de melhoria contínua do desempenho e de reforço da responsabilidade perante os utilizadores e os municípios.

A avaliação sistemática do desempenho e a transparência na prestação de contas constituem elementos fundamentais para a confiança no serviço público.

URBANIZAÇÃO E EXIGÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

Os serviços de abastecimento de água e de saneamento são infraestruturas essenciais ao desenvolvimento urbano e ao funcionamento das atividades económicas.

A evolução das áreas urbanas, a expansão de novas zonas habitacionais e industriais e a necessidade de reabilitação de infraestruturas existentes colocam exigências crescentes ao planeamento e à gestão dos sistemas.

Neste contexto, a Vimágua é chamada a assegurar elevados níveis de qualidade e continuidade do serviço, respondendo simultaneamente às necessidades dos municípios e das populações.

O planeamento integrado das infraestruturas e o investimento na renovação das redes são essenciais para garantir a qualidade e a fiabilidade do serviço.

RISCO FINANCEIRO E INFLAÇÃO

O setor da água caracteriza-se por uma elevada intensidade de capital, exigindo investimentos contínuos na construção, manutenção e renovação de infraestruturas.



Nos últimos anos, o aumento generalizado dos preços da energia, dos materiais e dos serviços de construção, associado a um contexto inflacionista mais elevado, tem colocado desafios adicionais à sustentabilidade financeira das entidades gestoras.

Neste quadro, torna-se fundamental assegurar:

- uma gestão prudente dos recursos financeiros;
- uma adequada priorização do investimento;
- o equilíbrio entre sustentabilidade económica e acessibilidade tarifária.

A capacidade de manter níveis adequados de investimento, garantindo simultaneamente a estabilidade financeira da empresa, constitui um dos fatores críticos para a sustentabilidade do serviço a médio e longo prazo.

PENSAARP 2030 COMO QUADRO ESTRATÉGICO

O desenvolvimento do setor da água em Portugal encontra-se enquadrado pelo PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais, que estabelece as principais orientações estratégicas para o setor até 2030.

Este instrumento define objetivos orientados para:

- a melhoria da eficiência e sustentabilidade dos serviços;
- a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- a adaptação às alterações climáticas;
- o reforço da resiliência das infraestruturas;
- a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras.

O PENSAARP 2030 constitui, assim, um importante referencial para o planeamento e desenvolvimento das entidades gestoras do setor.

É neste contexto de transformação do setor que a Vimágua desenvolve a sua atividade.

Os desafios identificados exigem, na ótica da administração, uma abordagem de gestão assente em planeamento estratégico, eficiência operacional e sustentabilidade de longo prazo, garantindo simultaneamente a qualidade e a continuidade de um serviço público essencial.

Neste sentido, o presente relatório marca o início de um novo ciclo de orientação estratégica da empresa, orientado para:

- reforçar a eficiência e a resiliência dos sistemas;
- promover uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e energéticos;
- assegurar a sustentabilidade económica da operação;
- continuar a melhorar a qualidade do serviço prestado aos municípios e às populações.

NOVO CICLO ESTRATÉGICO VIMÁGUA 2025–2029

A evolução recente do setor da água e os desafios associados à gestão sustentável dos recursos hídricos reforçam a importância de uma abordagem estratégica clara e orientada para o longo prazo.

Neste contexto, a nova Administração da Vimágua definiu um enquadramento estratégico para o período 2025–2029, assente numa visão integrada da empresa e alinhado com os principais referenciais do setor, designadamente o PENSAARP 2030 e o enquadramento regulatório da ERSAR.

Este novo ciclo estratégico pretende reforçar a capacidade da empresa para responder aos desafios operacionais, ambientais e financeiros que caracterizam o setor da água, assegurando simultaneamente a qualidade e a continuidade de um serviço público essencial às populações dos municípios servidos.



NOVO CICLO ESTRATÉGICO VIMÁGUA 2025–2029

MISSÃO

Garantir serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento com elevados padrões de qualidade, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a saúde pública, a proteção ambiental e o desenvolvimento das comunidades servidas.

A Vimágua é uma empresa intermunicipal de capitais exclusivamente públicos, detida pelos Municípios de Guimarães e Vizela, exercendo a sua atividade em regime de monopólio natural, no âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrado com os municípios.

Enquanto prestadora de um serviço público essencial, a empresa orienta a sua atuação para a satisfação de necessidades coletivas fundamentais, assegurando:

- a qualidade e segurança do abastecimento de água;
- a adequada gestão do saneamento de águas residuais;
- a proteção dos recursos naturais;
- a criação de valor social, ambiental e económico.

A atuação da Vimágua assenta num conjunto de princípios estruturantes, refletidos no seu Código de Conduta e Ética, que orientam o relacionamento com trabalhadores, utilizadores, municípios, parceiros e restantes partes interessadas, designadamente:

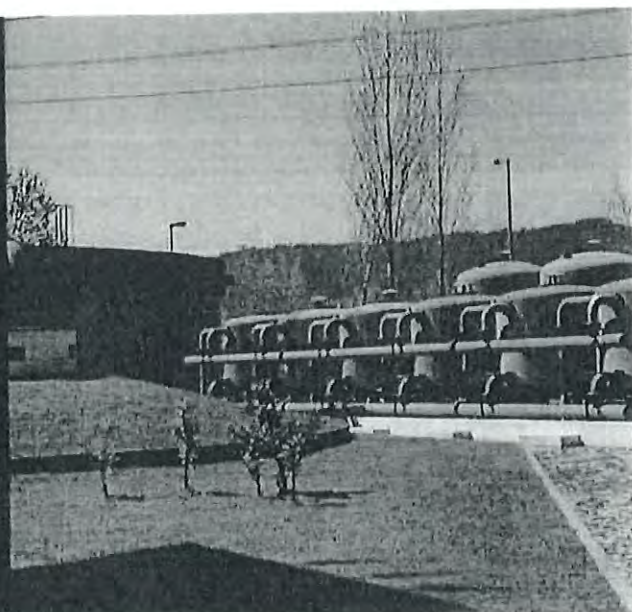
- respeito pela lei
- confiança e transparência
- responsabilidade social
- inovação
- sustentabilidade
- melhoria contínua
- orientação para o serviço público
- boa administração dos recursos públicos.

VISÃO 2029

Ser uma referência nacional na gestão eficiente e sustentável dos serviços de água e saneamento, reconhecida pela qualidade do serviço prestado, pela responsabilidade ambiental, pela inovação e pela proximidade às comunidades.

Esta visão reflete a ambição da empresa de evoluir para um modelo de gestão cada vez mais eficiente, resiliente e orientado para o futuro, contribuindo para:

- a preservação dos recursos hídricos;
- a descarbonização das operações;
- a digitalização dos serviços;
- o reforço da confiança dos utilizadores e das comunidades locais.



NOVO CICLO ESTRATÉGICO VIMÁGUA 2025–2029

PILAR 4 — INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Acelerar a transformação digital da empresa, utilizando tecnologia e dados para melhorar a eficiência da operação e a qualidade do serviço prestado.

Prioridades estratégicas:

- implementação de sistemas de medição inteligente;
- reforço da automação e da telemetria;
- desenvolvimento de sistemas de gestão inteligente das redes;
- utilização de dados para apoio à decisão operacional.

PILAR 5 — PESSOAS E CULTURA ORGANIZACIONAL

Valorizar os trabalhadores da empresa e promover uma cultura organizacional assente na competência, segurança e desenvolvimento profissional.

Prioridades estratégicas:

- capacitação e formação contínua;
- promoção da segurança e saúde no trabalho;
- valorização e retenção de talento;
- reforço da cultura de responsabilidade e serviço público.

PILAR 6 — PROXIMIDADE AO CLIENTE E À COMUNIDADE

Reforçar a relação de confiança com utilizadores, municípios e comunidades, promovendo um serviço público transparente, acessível e orientado para o cidadão.

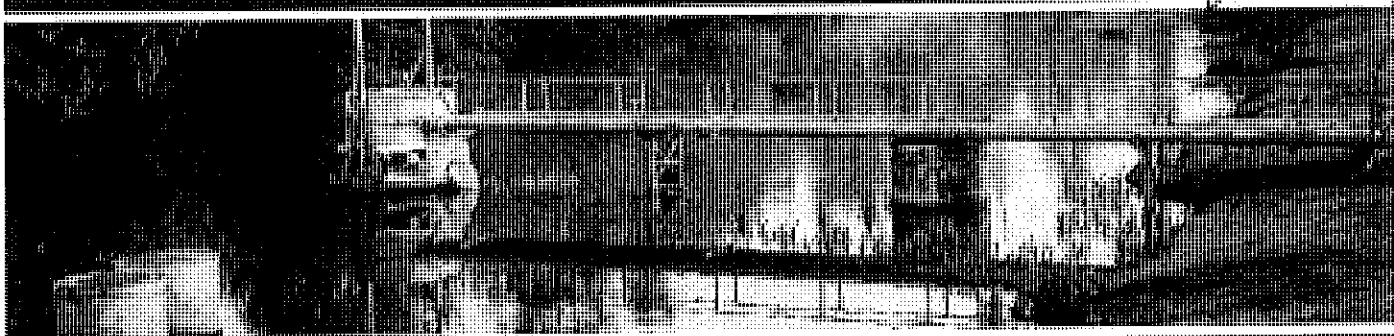
Prioridades estratégicas:

- melhoria da qualidade de atendimento;
- promoção da educação ambiental;
- reforço da comunicação com os utilizadores;
- garantia de mecanismos de inclusão e equidade tarifária;
- Implementação e Monitorização Estratégica.

A concretização deste Mapa Estratégico será acompanhada através de um conjunto de indicadores operacionais, económicos, ambientais e sociais, permitindo monitorizar o desempenho da empresa e assegurar o alinhamento com os objetivos estratégicos definidos para o período 2025–2029.



NOVO CICLO ESTRATÉGICO VIMÁGUA 2025–2029



PILARES ESTRATÉGICOS

Para concretizar esta visão, a nova administração definiu um Mapa Estratégico estruturado em seis pilares, alinhados com as orientações do PENSAARP 2030, com o quadro regulatório da ERSAR e com as prioridades estratégicas dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Este modelo traduz uma abordagem integrada que articula eficiência operacional, sustentabilidade financeira, transição ambiental, inovação tecnológica, valorização das pessoas e proximidade ao utilizador.

PILAR 1 — EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Reforçar a eficiência e a fiabilidade dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, garantindo elevados padrões de qualidade e continuidade do serviço.

Prioridades estratégicas:

- redução de perdas de água;
- melhoria da continuidade do serviço;
- garantia da qualidade da água distribuída;
- otimização da operação e manutenção das infraestruturas.

PILAR 2 — SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Assegurar a gestão equilibrada dos recursos económicos, garantindo a viabilidade financeira do serviço e a utilização eficiente do investimento público.

Prioridades estratégicas:

- eficiência económica e controlo de custos;
- equilíbrio entre CAPEX e OPEX;
- moderação tarifária;
- reforço da sustentabilidade financeira da empresa.

PILAR 3 — SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AÇÃO CLIMÁTICA

Promover a transição ambiental do setor da água, reduzindo o impacto das operações e contribuindo para a adaptação às alterações climáticas.

Prioridades estratégicas:

- melhoria da eficiência energética
- aumento da produção e utilização de energia renovável
- redução da pegada carbónica
- promoção de práticas de economia circular



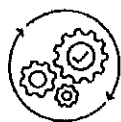
MAPA ESTRATEGICO

VIMÁGUA 2025 – 2029

Garantir serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento com elevados padrões de qualidade, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a saúde pública, a proteção ambiental e o desenvolvimento das comunidades servidas.

VISÃO 2025-2029

Ser uma referência nacional na gestão eficiente e sustentável dos serviços de água e saneamento.



Excelência Operacional

- Redução de perdas de água
- Continuidade e qualidade do serviço



Inovação e Digitalização

- Medição inteligente e
- Automação e sistemas inteligentes



Sustentabilidade Financeira

- Eficiência económica
- Inovação financeira



Pessoas e Cultura Organizacional

- Capacitação e segurança
- Valorização e retenção de talentos



Sustentabilidade Ambiental

- Eficiência energética
- Energia renovável e circular



PENSAARP 30



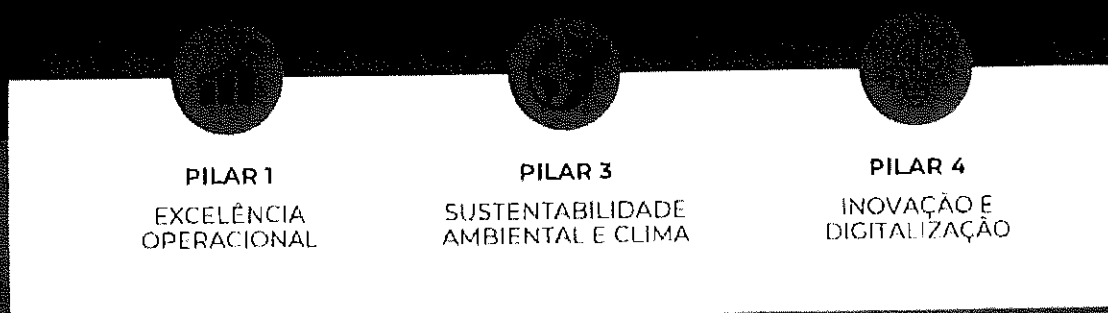
EFICIÊNCIA | RESPONSABILIDADE | INOVAÇÃO | PROXIMIDADE

Estratégia alinhada com o **PENSAARP 2030**, a regulação da ERSAR e os objetivos dos Municípios de **Guimarães e Vizela**.



DESEMPENHO OPERACIONAL INTEGRADO

Neste capítulo, o desempenho operacional está diretamente ligado a três dos seis pilares estratégicos:



O desempenho operacional da Vimágua traduz a execução concreta da sua atividade no ciclo urbano da água, assegurando a captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano, bem como a recolha e encaminhamento das águas residuais urbanas nos municípios de Guimarães e Vizela.

Este domínio constitui o núcleo da atividade da empresa, concentrando a principal componente dos seus rendimentos e custos operacionais, e refletindo diretamente a sua capacidade de gerar valor público.

A atuação operacional desenvolvida ao longo de 2025 evidencia uma base de funcionamento sólida, assente em elevados padrões de qualidade, segurança e continuidade do serviço, ao mesmo tempo que confirma a existência de desafios estruturais associados ao estado das infraestruturas e à eficiência global dos sistemas.

Neste contexto, o desempenho observado articula-se diretamente com os vetores de excelência operacional, sustentabilidade ambiental e modernização tecnológica, refletindo uma evolução progressiva do modelo de gestão, com maior foco na antecipação, na eficiência e na decisão suportada em dados.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA HÍDRICA

A Vimágua assegura a gestão integrada do sistema de abastecimento de água em alta e em baixa, abrangendo as atividades de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água aos utilizadores finais.

O sistema é suportado por um conjunto alargado de infraestruturas hidráulicas e eletromecânicas, incluindo reservatórios, estações elevatórias, hidropressores e uma extensa rede de condutas que assegura o abastecimento aos municípios de Guimarães e Vizela.



Em 2025, o volume total de água captada atingiu cerca de 10,5 milhões de m³, tendo o volume faturado ascendido a 7,84 milhões de m³, refletindo a estabilidade da procura e a evolução da base de clientes.

Com o indicador de água não faturada a atingir os 25,4%, a Vimágua estabilizou em 2025 os ganhos de eficiência alcançados nos anos mais recentes. Esta evolução constitui um ponto de partida para o novo ciclo estratégico, representando uma redução acumulada superior a 13 pontos percentuais face ao pico de 2017 (38,57%) e validando a eficácia do Plano de Gestão de Redução de Perdas.

Não obstante este progresso, a Administração reconhece que este indicador mantém uma margem de progressão relevante, assumindo como prioridade no Mapa Estratégico 2025-2029 a redução sustentada destes níveis, de forma a aproximá-los dos referenciais de qualidade e eficiência definidos pela ERSAR e registados pelas entidades gestoras de topo do setor.

QUALIDADE DA ÁGUA

A qualidade da água distribuída constitui uma prioridade absoluta da Vimágua, sendo garantida através de um sistema rigoroso de controlo que abrange todas as fases do processo, desde a captação até à entrega ao consumidor final.

O controlo da qualidade assenta em duas componentes fundamentais:

- Plano de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR;
- monitorização operacional permanente das infraestruturas e da rede.

A qualidade da água para consumo humano manteve-se em níveis de excelência, com 100% de conformidade com os parâmetros legais (AA04b - Água Segura).

Este desempenho, sustentado por um sistema de controlo e monitorização contínua, foi reconhecido, pelo sexto ano consecutivo, com o Selo de Qualidade Exemplar atribuído pela ERSAR.

CONTINUIDADE E FIABILIDADE DO SERVIÇO

A continuidade do serviço foi assegurada ao longo do exercício, apesar da crescente pressão sobre as infraestruturas.

O indicador de avarias em condutas (AA10b) situou-se em 69,95 ocorrências por 100 km/ano, valor superior aos referenciais de qualidade do setor. Em paralelo, a taxa de reabilitação de condutas (AA09b) fixou-se em 0,14%, evidenciando um nível de renovação inferior ao necessário para assegurar a sustentabilidade do sistema a longo prazo.

Este desfasamento traduz a existência de um passivo infraestrutural acumulado, cuja mitigação exigiu uma forte intensidade operacional ao longo do ano, traduzida em milhares de intervenções corretivas e preventivas, assegurando a continuidade do abastecimento.

Embora estas intervenções tenham garantido a fiabilidade imediata do sistema, evidenciam um modelo de gestão ainda com forte componente reativa, cuja evolução constitui uma das prioridades estratégicas da empresa.

A acessibilidade ao serviço mantém-se em níveis elevados, garantindo cobertura a 99% da população.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E ENERGÉTICA

A melhoria da eficiência operacional foi suportada pela implementação progressiva de soluções de monitorização e controlo, incluindo sistemas de telemetria, gestão de pressões e otimização do funcionamento das infraestruturas.



No domínio energético, a empresa manteve níveis adequados de eficiência nas instalações elevatórias (AA16b) e iniciou o reforço da produção própria de energia, que atingiu 4,6% (AA18b), impulsionada por projetos fotovoltaicos.

Estas iniciativas contribuem simultaneamente para a redução de custos operacionais e para a mitigação da pegada ambiental da atividade.

ÁGUAS RESIDUAIS

RECOLHA E ENCAMINHAMENTO

A gestão do sistema de saneamento incide na recolha e encaminhamento das águas residuais urbanas para o sistema multimunicipal de tratamento, desempenhando um papel determinante na proteção ambiental e na qualidade das massas de água.

O sistema de drenagem compreende uma extensa rede de coletores e diversas estações elevatórias que garantem o transporte eficiente das águas residuais até às infraestruturas de tratamento.

O indicador de acessibilidade física (AR02b) manteve-se em 94%, em linha com o referencial regulatório.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A operação da rede de drenagem assentou numa abordagem estruturada de manutenção preventiva e monitorização contínua das infraestruturas.

Durante o exercício, foram realizadas intervenções relevantes, incluindo a limpeza de coletores e a realização de inspeções vídeo (CCTV), permitindo identificar anomalias, prevenir obstruções e reforçar a fiabilidade do sistema.

O indicador de colapsos estruturais (AR10b) situou-se em 0,64 ocorrências por 100 km/ano, valor significativamente inferior ao limite de referência (≤ 2), evidenciando um desempenho estruturalmente robusto da rede.

Por outro lado, a taxa de reabilitação de coletores (AR09b) fixou-se em 0,04%, abaixo do referencial mínimo definido, refletindo a necessidade de reforçar o investimento na renovação das infraestruturas, de forma a assegurar a sustentabilidade do sistema a médio e longo prazo.

Este desfazamento entre desempenho operacional corrente e renovação estrutural constitui um dos principais desafios identificados neste domínio.

CONFORMIDADE AMBIENTAL

A correta gestão do sistema de drenagem contribui para a proteção das linhas de água e para a melhoria da qualidade ambiental do território.

Neste contexto, a empresa mantém uma monitorização permanente do funcionamento das estações elevatórias e da rede de drenagem, garantindo a rápida intervenção em caso de anomalias operacionais.

CONTROLO DE AFLUÊNCIAS INDEVIDAS

A presença de águas pluviais nas redes de saneamento continua a representar um dos principais constrangimentos à eficiência do sistema.

Com o objetivo de reduzir estas afluências indevidas, a Vimágua implementou um plano específico de monitorização e correção de ligações irregulares.

Estas intervenções contribuem diretamente para a redução da sobrecarga hidráulica das redes e das estações elevatórias, para a melhoria da eficiência do sistema e para a diminuição dos custos associados ao tratamento em alta.

O reforço da monitorização e da intervenção neste domínio assume-se, assim, como uma prioridade operacional e ambiental.



EVOLUÇÃO DO MODELO OPERACIONAL E PRIORIDADES FUTURAS

O desempenho operacional observado em 2025 evidencia uma base de funcionamento globalmente sólida, mas também a necessidade de evolução do modelo de gestão, em particular no que respeita à renovação de infraestruturas, à eficiência estrutural dos sistemas e à resposta aos desafios crescentes do setor.

Neste contexto, e no âmbito do ciclo estratégico 2025–2029, a Vimágua orienta a sua atuação para um conjunto integrado de prioridades que abrangem os sistemas de abastecimento de água e de águas residuais, com o objetivo de reforçar a eficiência, a resiliência e a sustentabilidade da operação.

Destacam-se, neste quadro, os seguintes vetores de atuação:

- redução sustentada da água não faturada, através do reforço das políticas de controlo de perdas, com vista à aproximação aos referenciais de excelência do setor;
- reforço da monitorização e gestão inteligente das redes, mediante a expansão de sistemas de telemetria, setorização e monitorização remota, promovendo uma gestão operacional suportada em dados;
- transição para um modelo estruturado de gestão de ativos, baseado em planeamento plurianual e alinhado com as melhores práticas internacionais, permitindo acelerar a renovação programada de condutas e coletores e corrigir o défice de reabilitação identificado;
- redução das afluências indevidas nos sistemas de saneamento, através de programas sistemáticos de identificação, monitorização e regularização de ligações irregulares;

- aumento da eficiência energética das infraestruturas, designadamente nos sistemas de bombagem e elevação, e reforço da produção de energia a partir de fontes renováveis, contribuindo para a descarbonização da atividade;
- melhoria contínua da qualidade do serviço ao utilizador, assegurando elevados níveis de acessibilidade, resposta e confiança no serviço prestado.

Estas orientações traduzem uma abordagem integrada do desempenho operacional, articulando eficiência hídrica, sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e qualidade do serviço, e visam assegurar a evolução progressiva dos sistemas para níveis de desempenho alinhados com as melhores práticas do setor.

Neste enquadramento, a empresa reforça a sua capacidade de resposta aos desafios associados às alterações climáticas, à pressão sobre os recursos hídricos e à necessidade de modernização contínua das infraestruturas, garantindo a prestação de um serviço público essencial com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade a longo prazo.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNAÇÃO

A sustentabilidade constitui hoje um princípio estruturante da gestão das utilities de água, integrando dimensões ambientais, sociais e de governação que asseguram a criação de valor público a longo prazo.

No caso da Vimágua, a sustentabilidade traduz-se na gestão responsável dos recursos hídricos, na prestação de serviços essenciais em condições socialmente equilibradas e na adoção de práticas de governação assentes na transparência, na ética e na gestão rigorosa dos riscos.

Neste contexto, o Novo Ciclo Estratégico 2025-2029 reforça a integração destas dimensões na gestão da empresa, assumindo a sustentabilidade como um vetor transversal da sua atuação.

Sustentabilidade Ambiental e Ação Climática

(PILAR 3 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AÇÃO CLIMÁTICA)

A proteção do capital natural e a adaptação às alterações climáticas deixaram de constituir desafios periféricos para assumirem um papel central na estratégia operacional da Vimágua.

Num contexto de crescente pressão sobre os recursos hídricos e energéticos, a empresa tem de reforçar as suas políticas de eficiência hídrica, eficiência energética e economia circular, contribuindo simultaneamente para a descarbonização da operação e para a proteção das massas de água do território.

Sustentabilidade Ambiental e Ação Climática

A gestão eficiente da água constitui a primeira linha de defesa face aos riscos associados à variabilidade climática e à irregularidade dos regimes de precipitação.

Neste domínio, a Vimágua tem vindo a desenvolver um conjunto de ações orientadas para a melhoria da eficiência da rede e para a redução das perdas de água.

Em 2025, a empresa consolidou a trajetória de redução do indicador de Água Não Faturada, face a valores recentes acima dos 30%, tendo atingido 25,4%, resultado do investimento na reabilitação de condutas, na gestão de pressões e na melhoria dos sistemas de monitorização e controlo da rede.

Paralelamente, a empresa manteve elevados padrões de qualidade da água distribuída, registando 100% de conformidade nos parâmetros legais de qualidade da água para consumo humano. Este desempenho permitiu à Vimágua obter, pelo sexto ano consecutivo, o Selo de Qualidade Exemplar da ERSAR, reforçando a confiança dos utilizadores no serviço público prestado.

Eficiência Energética e Descarbonização

A operação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento apresenta uma elevada intensidade energética, em particular nas atividades associadas à bombagem, elevação e tratamento de água.

Em 2025, os gastos com energia elétrica totalizaram 1,4 milhões de euros, refletindo o peso estrutural da componente energética na operação da empresa.



Perante este desafio, a Vimágua tem vindo a implementar um conjunto de medidas orientadas para a melhoria da eficiência energética das infraestruturas e para a redução da sua pegada carbónica.

Entre as principais linhas de atuação destacam-se:

- otimização dos sistemas de bombagem e elevação;
- melhoria da eficiência energética das instalações;
- desenvolvimento de projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis.

Neste âmbito, o plano estratégico da empresa prevê o reforço progressivo da produção própria de energia através de sistemas fotovoltaicos, contribuindo para reduzir a dependência energética externa e para diminuir as emissões de gases com efeito de estufa associadas à operação.

Economia Circular e Proteção das Massas de Água

A gestão do sistema de saneamento desempenha um papel determinante na proteção dos recursos hídricos e na preservação da qualidade ambiental do território.

Neste domínio, a Vimágua tem vindo a desenvolver ações orientadas para a melhoria da eficiência do sistema e para a prevenção de pressões indevidas sobre as infraestruturas de tratamento.

Em 2025 foram a empresa prosseguiu o seu programa de manutenção preventiva das redes, tendo sido realizada, ação fundamental para prevenir obstruções, reduzir o risco de descargas acidentais e garantir o funcionamento eficiente do sistema, a par da resolução das situações de ligações indevidas de águas pluviais à rede de saneamento, evitando que se sobrecarregue desnecessariamente o sistema de drenagem e tratamento.

Estas intervenções contribuem diretamente para a proteção das linhas de água locais e para a melhoria do desempenho ambiental global do sistema.

Sustentabilidade Social

Enquanto entidade responsável pela prestação de serviços públicos essenciais, a Vimágua assume igualmente um compromisso permanente com a dimensão social da sua atividade.

Este compromisso traduz-se em diversas áreas de atuação, designadamente:

- promoção da segurança e saúde no trabalho, assegurando condições adequadas para o desempenho das funções dos trabalhadores;
- desenvolvimento de iniciativas de educação e sensibilização ambiental, dirigidas à comunidade escolar e à população em geral;
- manutenção de tarifas socialmente equilibradas, garantindo o acesso universal aos serviços públicos de água e saneamento.

A empresa mantém, igualmente, mecanismos de apoio a consumidores em situação de maior vulnerabilidade económica, em articulação com os municípios de Guimarães e Vizela, assegurando que o acesso a serviços essenciais o que se mantém compatível com princípios de equidade e justiça social.

Governança, Ética e Transparência

A qualidade da governação constitui um elemento essencial para assegurar a confiança dos cidadãos, dos municípios acionistas e dos restantes stakeholders na gestão da Vimágua.

Num setor de elevada relevância social e fortemente dependente de infraestruturas críticas, a adoção de elevados padrões de integridade, transparência e responsabilidade institucional constitui a base da legitimidade da atuação da empresa e da confiança depositada na prestação do serviço público.

Neste contexto, a Vimágua orienta a sua atividade por princípios sólidos de boa governação, assegurando que a gestão da empresa é conduzida com rigor, responsabilidade e respeito pelo interesse público.



MODELO DE GOVERNAÇÃO E COMPROMISSO COM O INTERESSE PÚBLICO

O exercício de 2025 corresponde a um momento de renovação na estrutura de administração da empresa, com a tomada de posse de uma nova equipa de gestão no final do ano.

Esta evolução institucional constitui uma oportunidade para reforçar os princípios de rigor na gestão, planeamento estratégico e transparência na prestação de contas, consolidando a confiança dos acionistas, dos reguladores e da comunidade na atuação da empresa.

A Vimágua pauta a sua gestão pelos princípios da boa administração dos recursos públicos, garantindo que os resultados económicos obtidos são orientados para a sustentabilidade da prestação do serviço e para a criação de valor social no território.

Neste enquadramento, a empresa registou em 2025 um Resultado Líquido positivo de 983.496 euros Euros, que pretendemos elevar neste novo ciclo através de ganhos de eficiência na gestão dos recursos, sendo um indicador que evidencia a capacidade de assegurar simultaneamente equilíbrio económico-financeiro e continuidade do investimento nas infraestruturas e na qualidade do serviço prestado aos municípios de Guimarães e Vizela.

ÉTICA, INTEGRIDADE E CÓDIGO DE CONDUTA

O reforço da cultura ética constitui um elemento central do sistema de governação da de uma empresa pública.

Neste contexto, em 2025 foi aprovado um novo Código de Conduta e Ética, aplicável aos órgãos sociais, dirigentes e colaboradores da empresa, estabelecendo um referencial claro de comportamento assente nos princípios da integridade, da responsabilidade e do respeito pelo interesse público.

Inspirado nas melhores práticas internacionais de compliance no setor das utilities, este instrumento define orientações relativas a:

- gestão responsável de bens e recursos públicos;
- prevenção de conflitos de interesses;
- combate a práticas ilícitas e comportamentos incompatíveis com a ética institucional;
- respeito pelos direitos humanos e promoção da igualdade de oportunidades;
- relações transparentes e responsáveis com fornecedores e parceiros.

Este referencial constitui um elemento estruturante da cultura organizacional da empresa, contribuindo para assegurar elevados padrões de integridade em toda a cadeia de valor.

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E CUMPRIMENTO NORMATIVO

No âmbito do reforço do seu sistema de compliance, a Vimágua aprovou igualmente o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRICIC), em conformidade com o enquadramento legal aplicável às entidades públicas e empresas do setor empresarial local.

Este plano identifica e avalia os principais riscos associados à atividade da empresa, definindo medidas de prevenção e mitigação que reforçam os mecanismos de controlo interno e de monitorização da atividade.

A Administração assume uma política de tolerância zero relativamente a práticas de corrupção ou comportamentos ilícitos, promovendo uma cultura organizacional assente na integridade, na responsabilidade individual e no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E CUMPRIMENTO NORMATIVO

A gestão de risco constitui uma componente transversal da governação da Vimágua, abrangendo os principais domínios associados à atividade da empresa.





Este sistema integra a identificação e avaliação de riscos de natureza:

- operacional
- ambiental e climática
- tecnológica
- financeira

Foram e estão a ser reforçados os mecanismos de controlo interno e de monitorização da atividade, garantindo uma gestão prudente e orientada para a resiliência dos sistemas e para a proteção do património público.

Este enquadramento permite assegurar que os processos de decisão são suportados por informação fiável e orientados para a sustentabilidade de longo prazo da empresa.

CULTURA ORGANIZACIONAL E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A consolidação de uma cultura ética e responsável constitui um elemento essencial para a eficácia do sistema de governação.

Neste sentido, a implementação do novo Código de Conduta e do Plano de Prevenção de Riscos foi acompanhada por ações internas de sensibilização e formação dirigidas aos colaboradores, com o objetivo de reforçar a consciência individual e coletiva sobre os princípios de integridade e responsabilidade institucional.

Através destas iniciativas, a Vimágua procura assegurar que os princípios de ética, transparência e responsabilidade não constituem apenas orientações formais, mas sim valores efetivamente incorporados na cultura organizacional da empresa.



INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

A transformação tecnológica constitui hoje um fator determinante para a melhoria da eficiência operacional das utilities de água e saneamento.

Neste contexto, a Vimágua tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas orientadas para a modernização das suas infraestruturas e processos de gestão, promovendo a integração de tecnologias digitais, sistemas de monitorização remota e soluções de produção de energia renovável.

Estas iniciativas permitem reforçar a eficiência na gestão dos sistemas, melhorar a capacidade de resposta operacional e apoiar a tomada de decisão baseada em dados, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade ambiental e económica da empresa.

A aposta na inovação constitui assim um vetor estruturante da modernização do serviço público de água e saneamento nos municípios de Guimarães e Vizela.

Contadores Inteligentes e Gestão Inteligente do Consumo

A introdução de contadores inteligentes constitui uma das iniciativas mais relevantes no processo de modernização tecnológica dos sistemas de abastecimento de água.

Estes equipamentos permitem a recolha automática de dados de consumo, possibilitando uma leitura mais frequente e precisa, bem como uma monitorização mais eficaz do comportamento da rede e dos padrões de utilização da água.

A implementação progressiva desta tecnologia permitirá:

- melhorar a fiabilidade dos dados de consumo;
- detetar de forma mais rápida fugas ou consumos anómalos;
- reduzir custos associados a leituras presenciais;
- disponibilizar informação mais detalhada aos utilizadores.

No futuro, esta evolução permitirá também reforçar os mecanismos de gestão da procura e de utilização eficiente da água.

Monitorização Remota e Gestão Operacional da Rede

A digitalização da operação dos sistemas de abastecimento e saneamento constitui outro eixo central da estratégia de modernização da Vimágua.

Através da expansão dos sistemas de monitorização remota e telecontrolo, a empresa tem vindo a reforçar a capacidade de acompanhamento em tempo real do funcionamento das infraestruturas.

Estes sistemas permitem monitorizar parâmetros operacionais críticos, como:

- níveis de reservatórios;
- pressões na rede;
- caudais transportados;
- funcionamento de equipamentos eletromecânicos.

A utilização destas ferramentas contribui para melhorar a capacidade de deteção precoce de anomalias, reduzir tempos de resposta operacional e otimizar a gestão dos sistemas.



Transição Energética e Sistemas Fotovoltaicos

A integração de sistemas fotovoltaicos nas infraestruturas da empresa constitui uma das principais linhas de atuação na redução da pegada energética da operação.

A produção própria de energia renovável permite reduzir a dependência energética externa e contribuir para a diminuição das emissões associadas ao funcionamento dos sistemas de abastecimento e saneamento.

No âmbito do planeamento estratégico da empresa, está prevista a expansão progressiva da capacidade instalada de produção de energia fotovoltaica em instalações operacionais da Vimágua, nomeadamente em reservatórios, estações elevatórias e instalações de tratamento.

Esta iniciativa articula-se com os objetivos de eficiência energética e descarbonização da operação definidos para os próximos anos.

Em 2025 foi iniciada a instalação na ETA de Sta Eufémia de Prazins de um conjunto de painéis que permitirá aumentar significativamente a produção própria numa instalação consumidora intensiva de energia.

Transição Energética e Sistemas Fotovoltaicos

A digitalização da atividade da Vimágua assenta igualmente na valorização dos dados operacionais produzidos pelos sistemas.

A integração de informação proveniente de sensores, equipamentos de telemetria e sistemas de gestão permite construir uma base de conhecimento cada vez mais robusta sobre o funcionamento das infraestruturas.

Esta abordagem baseada em dados contribuirá para:

- melhorar a capacidade de planeamento e gestão de ativos;
- apoiar a tomada de decisão operacional;
- otimizar a manutenção preventiva das infraestruturas;
- aumentar a eficiência global do sistema.

A valorização da informação constitui assim um elemento central da transformação digital da empresa.

O processo de modernização tecnológica da Vimágua assenta numa evolução progressiva que tem vindo a consolidar-se ao longo dos últimos anos e que terá de ter um forte investimento a curto prazo para permitir concretizar os objetivos traçados pela Administração.

A incorporação de soluções digitais na gestão dos sistemas permitirá, de forma crescente, melhorar a eficiência da operação, reforçar a resiliência das infraestruturas e aumentar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

Para o período 2025-2029, a empresa pretende reforçar esta trajetória através de:

- expansão da telemetria e da monitorização remota das redes;
- desenvolvimento de sistemas de gestão inteligente da água;
- reforço da automação das infraestruturas;
- aumento da produção própria de energia renovável.

Estas iniciativas permitirão consolidar um modelo de gestão mais eficiente, sustentável e orientado para a inovação, contribuindo para preparar a Vimágua para os desafios tecnológicos e ambientais que se colocam ao setor da água.



INVESTIMENTO E GESTÃO DE ATIVOS

Desde o início da sua atividade, em 2002, até ao final de 2025, a Vimágua investiu mais de 120 milhões de euros na expansão, modernização e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nos municípios de Guimarães e Vizela.

Este esforço de investimento permitiu consolidar uma rede de infraestruturas, assegurando elevados níveis de cobertura do serviço prestado às populações de Guimarães e Vizela, bem como condições adequadas de operação e manutenção dos sistemas.

INVESTIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS

Apesar de o financiamento a fundo perdido ter representado apenas cerca de 21% do investimento acumulado, a empresa conseguiu manter uma política de investimento suportada essencialmente pela sua capacidade de autofinanciamento e por recurso equilibrado ao financiamento bancário, assegurando uma adequada sustentabilidade económica dos serviços.

No exercício em análise, o investimento realizado ascendeu a 5,94 milhões de euros, refletindo o esforço continuado da empresa na renovação e expansão das infraestruturas e nos sistemas de suporte à atividade.

RUBRICA INVESTIMENTO	2023 EXECUÇÃO	2024 EXECUÇÃO	2025 EXECUÇÃO
Captação e ETA de Prazins (0101)	25 467	504 938	22 543
Captação e ETA de Gondomar (0102)	12 550	4 293	
Outras Infraestruturas de Captação / Tratamento (0103)			54 623
Reservatórios e Estações Elevatórias AA (0104)	86 778	77 011	20 810
Outros Equipamentos AA (0105)		23 655	3 922
Condutas Adutoras em Alta (0106)		71 884	
Estações Elevatórias e outros Equipamentos AR (0107)	22 730		71 996
Execução de novas redes de AR (0201)	1 298 061	1 191 238	1 837 884
Execução de novas redes de AA (0202)	215 185	390 238	811 632
Substituição e Remodelações de Redes AR (0203)	109 939	348 297	292 492
Substituição e Remodelações de Redes AA (0204)	385 618	1 653 550	1 629 143
Execução de ramais de AA (0205)	332 209	381 027	383 920



INVESTIMENTO E GESTÃO DE ATIVOS

RUBRICA INVESTIMENTO	2023 EXECUÇÃO	2024 EXECUÇÃO	2025 EXECUÇÃO
Execução de ramais de AR (0206)	186 203	301 150	218 105
TOTAIS	2 674 741	4 947 282	5 347 070

OUTROS INVESTIMENTOS

RUBRICA INVESTIMENTO	2023 EXECUÇÃO	2024 EXECUÇÃO	2025 EXECUÇÃO
Projetos de infra-estruturas de água e saneamento (0301)	998	4 300	14 400
Outros estudos e projetos (0302)			
Terrenos (0303)	25 106	4 588	29 150
Máquinas e Viaturas (0304)		61 924	206 625
Equipamentos/Instrumentação para monitorização e controlo (0305)	76 023	116 620	102 514
Equipamentos e Ferramentas (exploração e produção) (0306)	17 158	24 418	15 411
Equipamento Informático e Software (0307)	32 537	4 560	9 025
Equipamento administrativo (0308)	4 883	630	3 997
Edifícios Sede e Armazém/Oficinas (0309)	20 431		25 133
Instalações e equipamentos para produção de energia (0312)	70 637	104 406	175 146
Outros investimentos (0399)		93	15 034
Totais	247 772	321 540	596 435

TOTAIS DO PLANO DE INVESTIMENTOS	2 922 514	5 268 822	5 943 505
---	------------------	------------------	------------------

Plano Plurianual de Investimentos e objetivo estratégico

Na sua conceção e estrutura, o Plano Plurianual de Investimentos da Vimágua encontra-se alinhado com os princípios e orientações do PENSAARP 2030 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais, que define o enquadramento estratégico nacional para o ciclo urbano da água.



Neste contexto, o plano de investimento da empresa é orientado por quatro objetivos estratégicos fundamentais:

1. Eficácia dos serviços

Garantir acessibilidade universal aos serviços, continuidade no abastecimento, qualidade da água, segurança operacional e maior resiliência dos sistemas face aos desafios climáticos.

2. Eficiência dos serviços

Promover a modernização tecnológica, a digitalização da operação, a eficiência hídrica e energética e a otimização da gestão dos ativos.

3. Sustentabilidade económica e financeira

Assegurar a viabilidade económica dos serviços, a capacidade de investimento e a manutenção de tarifas socialmente equilibradas.

4. Valorização ambiental

Promover a economia circular, a proteção dos recursos hídricos e a transparência na gestão de serviços públicos essenciais.

O investimento realizado pela Vimãgua tem um impacto direto na melhoria das condições de vida das populações servidas e no reforço da sustentabilidade ambiental do território.

As intervenções realizadas incidiram sobretudo em:

- expansão e reforço das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, garantindo maior cobertura e redundância dos sistemas;
- substituição de redes envelhecidas, reduzindo perdas de água e melhorando a eficiência operacional, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e da gestão dos recursos hídricos;
- melhoria da fiabilidade das infraestruturas críticas, como reservatórios, estações elevatórias e equipamentos de operação.

EXTENSÃO DE REDES EXECUTADAS	2023	2024	2025
Redes de água (ml)	3 100	5 200	4 500
Redes de Saneamento (ml)	4 760	6 540	9 300

EXTENSÃO DE REDES SUBSTITUIDAS/REMODELADAS	2023	2024	2025
Redes de água (ml)	1 826	13 468	9 240
Redes de Saneamento (ml)	-	2 338	1 590

A execução do Plano Plurianual de Investimentos constitui um instrumento essencial para garantir a evolução sustentada das infraestruturas da empresa.

O Plano Plurianual de Investimentos 2023–2037, elaborado no âmbito do projeto de contrato de gestão delegada e estruturado de acordo com os requisitos da entidade reguladora (ERSAR), estabelecia para o triénio 2023–2025 um volume de investimento superior a 22 milhões de euros.

A execução efetiva do triénio 2023–2025 situou-se em apenas 14 milhões de euros, muito abaixo dos 22 milhões previstos. Esta lacuna de investimento, herdada do ciclo anterior, justifica o empenho imediato desta Administração na revisão integral do PPI e do Contrato de Gestão Delegada, visando um modelo de execução mais previsível e resiliente para o período 2025–2029.



No ano de 2025 a taxa de execução do plano anual de investimentos atingiu cerca de 97% do valor previsto, refletindo um esforço significativo de concretização de investimentos, particularmente no último trimestre do ano.

Apesar das condicionantes associadas aos processos de contratação pública e à execução de obras de infraestruturas, a Administração assume o compromisso de consolidar um modelo de planeamento e execução do investimento mais robusto e previsível, orientado para a melhoria contínua dos serviços públicos e para o reforço da resiliência dos sistemas.

A gestão e modernização das infraestruturas críticas constitui uma prioridade estratégica para a Vimágua.

Estas infraestruturas incluem, entre outras:

- reservatórios de abastecimento;
- estações elevatórias;
- sistemas de controlo e telegestão;
- redes estruturantes de transporte de água e de drenagem.

O investimento realizado nestas infraestruturas tem como objetivo:

- reforçar a segurança e fiabilidade da operação;
- garantir a continuidade do serviço;
- aumentar a resiliência dos sistemas face a eventos extremos e alterações climáticas.

O financiamento de infraestruturas através de subsídios e comparticipações constitui um fator para a sustentabilidade financeira dos serviços de águas.

Na Vimágua, os subsídios ao investimento resultam essencialmente de:

- fundos comunitários a fundo perdido, associados a programas de apoio ao setor;
- comparticipações dos utilizadores para execução de ramais domiciliários.

Estes apoios são reconhecidos contabilisticamente ao longo da vida útil dos ativos financiados, sendo progressivamente imputados aos resultados do exercício, contribuindo para a sustentabilidade económica da empresa.

Apesar da sua importância, o peso destes apoios no investimento global da empresa tem sido relativamente reduzido, o que reforça a relevância da capacidade de autofinanciamento da Vimágua.

Gestão de Ativos

A gestão eficiente das infraestruturas constitui um dos pilares fundamentais da sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Neste contexto, a Vimágua iniciou um processo estruturado de desenvolvimento de um modelo integrado de gestão de ativos, com o objetivo de reforçar o conhecimento, o controlo e a otimização do desempenho das infraestruturas ao longo de todo o seu ciclo de vida.

A empresa encontra-se a desenvolver um modelo de gestão de ativos assente numa abordagem de ciclo de vida das infraestruturas, que visa suportar a tomada de decisão através do equilíbrio entre desempenho, risco e custo ao longo das diferentes fases de existência dos ativos.

Este modelo assenta numa visão integrada das várias fases do ciclo de vida dos ativos - planeamento, investimento, construção, operação, manutenção, reabilitação e substituição - permitindo articular o planeamento de investimentos com a gestão operacional e a monitorização do desempenho das infraestruturas.



Com o objetivo de consolidar esta abordagem, a Vimágua iniciou em 2023 um projeto estruturante de organização e harmonização da informação relativa aos seus ativos, desenvolvido com o apoio especializado externo.

Este projeto incluiu, entre outras componentes:

- definição de um modelo de dados estruturado para o cadastro de ativos, assegurando a uniformização dos critérios de registo e classificação do património da empresa;
- elaboração de um manual de procedimentos para a gestão dos ativos, estabelecendo regras e responsabilidades para as operações de incorporação, transferência, reparação e abate de ativos;
- desenvolvimento de procedimentos destinados a assegurar a reconciliação físico-contabilística dos ativos, garantindo a correspondência entre o cadastro técnico das infraestruturas e o registo contabilístico do património.

O modelo de dados desenvolvido constitui um instrumento estruturante para assegurar uma gestão integrada dos ativos, permitindo a sua correta classificação, valorização e monitorização ao longo do respetivo ciclo de vida.

Este modelo estabelece regras claras para:

- critérios de capitalização de ativos;
- estrutura de árvore de ativos e centros de custo;
- categorização e caracterização técnica das infraestruturas;
- integração com o sistema contabilístico da empresa.

Desta forma, a informação relativa aos ativos passará a ser registada de forma estruturada no sistema de gestão de imobilizado, garantindo uma base consistente para a gestão técnica e financeira das infraestruturas.

A implementação de uma gestão de ativos eficaz exige igualmente a integração dos diversos sistemas de informação utilizados na operação da empresa.

A análise efetuada à arquitetura de sistemas da Vimágua evidenciou a existência de múltiplas aplicações especializadas utilizadas em diferentes áreas da organização, designadamente gestão financeira, sistemas de informação geográfica, manutenção, telegestão, gestão de clientes e gestão de equipamentos.

Foi identificado como principal desafio a dispersão da informação relativa aos ativos por diferentes plataformas, sem mecanismos de integração estruturada, o que limita a capacidade de obter uma visão consolidada do património infraestrutural da empresa.

Neste contexto, foi identificado como prioridade o desenvolvimento de mecanismos de integração entre sistemas, designadamente através da criação de um código único de identificação de ativos, permitindo estabelecer ligações entre a informação técnica, operacional e financeira.

A implementação desta arquitetura permitirá evoluir para uma gestão de ativos baseada em dados, potenciando uma melhor capacidade de análise, monitorização de desempenho e apoio à tomada de decisão estratégica.

O desenvolvimento do modelo de gestão de ativos da Vimágua insere-se na estratégia de modernização organizacional visada pela Administração, orientada para a adoção das melhores práticas internacionais neste domínio, designadamente as previstas na norma ISO 55001.

A atual Administração da Vimágua, que iniciou funções no final de 2025, identificou a gestão integrada de ativos infraestruturais como uma das prioridades estratégicas para o próximo ciclo de desenvolvimento da empresa.

Neste contexto, será dado novo impulso ao projeto iniciado nos anos anteriores, com especial enfoque em:

- consolidação do cadastro técnico e patrimonial das infraestruturas;
- integração dos sistemas de informação e modernização da arquitetura tecnológica;

- desenvolvimento de ferramentas de análise e monitorização do desempenho dos ativos;
- reforço da articulação entre a gestão de ativos e o planeamento económico e financeiro da empresa.

Um dos objetivos centrais desta evolução será assegurar uma ligação estruturada entre a gestão de ativos e a futura implementação de sistemas de contabilidade de gestão, permitindo uma análise mais rigorosa dos custos associados às diferentes infraestruturas e atividades operacionais.

Esta abordagem permitirá melhorar significativamente a qualidade da informação de suporte à tomada de decisão, contribuindo para:

- maior eficiência na alocação de recursos;
- melhor priorização dos investimentos;
- reforço da sustentabilidade económica dos serviços.



CLIENTES, COMUNIDADE E VALOR PÚBLICO

A atividade da Vimágua desenvolve-se em torno de um princípio fundamental: assegurar a prestação de serviços públicos essenciais com elevados padrões de qualidade, proximidade e responsabilidade social.

Neste contexto, a relação com os clientes e com a comunidade constitui um eixo central da atuação da empresa. A gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento não se limita à operação de infraestruturas: envolve também a construção de uma relação de confiança com a população, baseada na qualidade do serviço prestado, na transparência da informação e na promoção do uso responsável dos recursos hídricos.

Ao longo de 2025, a Vimágua manteve o seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados, reforçando simultaneamente iniciativas de comunicação e sensibilização dirigidas à comunidade, contribuindo para valorizar o papel dos serviços públicos de água na saúde pública, na proteção ambiental e no desenvolvimento sustentável do território.

Proximidade ao Cliente e à Comunidade

PILAR 6

- Acessibilidade e qualidade do serviço
- Proximidade e apoio à comunidade
- Sensibilização e educação ambiental



PILAR 2

Sustentabilidade Financeira

- Moderação tarifária
- Apoio as famílias vulneráveis
- Gestão eficiente dos recursos públicos



Evolução de clientes

A base de clientes da Vimágua tem registado um crescimento consistente ao longo dos últimos anos, refletindo o investimento contínuo na expansão das redes públicas de abastecimento de água e saneamento, bem como as ações de fiscalização e sensibilização promovidas pela empresa.



TIPO DE CLIENTE	2023	2024	2025	VARIACAO 2025/2024	
Doméstico	66 329	67 561	68 473	912	1,35%
Não Doméstico	11 057	11 382	11 587	205	1,80%
TOTAL	77 386	78 943	80 060	1 117	1,41%

No final de 2025, a Vimãgua contava com 80.060 clientes, distribuídos da seguinte forma:

- 77.947 clientes de abastecimento de água
- 73.175 clientes de saneamento

Este valor representa um crescimento de 1,41% face ao ano anterior.

Nos últimos três anos, a empresa registou um aumento acumulado de 4.595 clientes, correspondente a um crescimento de 6%, o que equivale a um crescimento médio anual de 2%, observando-se, contudo, uma desaceleração gradual do ritmo de crescimento.

Desde o início da atividade da empresa, em 2002, o número total de clientes aumentou em 36.416, representando um crescimento acumulado de superior a 83%.

- Este crescimento sustentado resulta essencialmente de quatro fatores estruturais:
- expansão e reforço das redes públicas de água e saneamento;
- promoção da adesão aos sistemas públicos;
- ações de fiscalização e regularização de ligações;
- conversão progressiva de contratos exclusivos de saneamento em contratos únicos.

TIPO DE CONTRATOS	2023	2024	2025	VARIACAO 2025/2024	
Contratos saneamento	2 328	2 212	2 113	-99	-4,48%
Contratos água e saneamento	68 054	69 755	73 175	3 420	4,90%
Contratos água	7 004	6 976	4 772	-2 204	-31,59%
TOTAL	77 386	78 943	80 060	1 117	1,41%

Clientes de Abastecimento de Água

Em 31 de dezembro de 2025, a Vimãgua registava 77.947 clientes de abastecimento de água, representando um crescimento anual de 1,58%.

TIPO DE CLIENTE	2023	2024	2025	VARIACAO 2025/2024	
Doméstico	64 172	65 532	66 549	1 017	1,55%
Não Doméstico	10 886	11 199	11 398	199	1,78%
TOTAL	75 058	76 731	77 947	1 216	1,58%

Durante o ano foram registados 1.216 novos clientes, refletindo a expansão das redes públicas e a progressiva adesão da população ao sistema público de abastecimento.

O segmento doméstico continua a representar a maioria dos clientes, especialmente nas zonas de expansão urbana, mantendo-se igualmente uma evolução consistente no segmento não doméstico, associado à atividade económica do território.



Nos últimos três anos, o número de clientes de água aumentou em **4.930**, correspondente a um crescimento de **6,75%**.

Apesar desta evolução positiva, o ritmo de crescimento anual tem vindo a abrandar, refletindo o progressivo grau de maturidade do sistema. Considerando que a taxa de adesão ao serviço se situa atualmente em cerca de 85%, subsiste ainda um potencial significativo de crescimento através da integração de utilizadores que permanecem fora do sistema público.

TIPO DE CLIENTE	2023	2024	2025	VARIACAO 2025/2024	
Doméstico	61 957	63 263	64 307	1 044	1,65%
Não Doméstico	8 425	8 704	8 828	124	1,42%
TOTAL	70 382	71 967	73 135	1 168	1,62%

Em 2025, o número de clientes de saneamento atingiu **73.175**, mantendo a trajetória de crescimento consistente (+1,62%).

Durante o ano foram registados 1.168 novos clientes, refletindo a expansão das redes públicas e a progressiva adesão da população ao sistema público de saneamento.

Tal como na água, o segmento doméstico continua a representar a maioria dos clientes, especialmente nas zonas de expansão urbana, mantendo-se igualmente uma evolução consistente no segmento não doméstico, associado à atividade económica do território.

Nos últimos três anos, o número de clientes de saneamento aumentou em **4.678**, correspondente a um crescimento de **6,83%**.

À semelhança do que se observa no abastecimento de água, o ritmo de crescimento anual tem vindo a moderar-se à medida que o sistema atinge níveis mais elevados de cobertura. Ainda assim, considerando que a taxa de adesão ao serviço se situa atualmente em cerca de 86%, mantém-se um potencial relevante de crescimento através da integração de utilizadores ainda não ligados ao sistema público.

Neste contexto, a promoção da adesão ao serviço constitui um vetor relevante de atuação futura, contribuindo simultaneamente para reforçar a sustentabilidade económica do sistema e para garantir níveis mais elevados de proteção ambiental e saúde pública.

Clientes de Abastecimento de Água

A adesão ao sistema público de saneamento continua a evidenciar uma evolução positiva

O reforço da adesão ao saneamento constitui um objetivo particularmente relevante, não apenas do ponto de vista económico, mas também pela sua contribuição para a proteção dos recursos hídricos e para a melhoria da qualidade ambiental do território.

Qualidade do Atendimento e Relação com os Utilizadores

A melhoria da qualidade do relacionamento com os clientes constitui uma prioridade permanente para a Vimágua.

O atendimento aos utilizadores é assegurado através de uma abordagem multicanal, que inclui:

- atendimento presencial;
- atendimento telefónico;
- canais digitais;
- comunicação escrita.

Esta diversidade de canais permite garantir maior acessibilidade aos serviços da empresa e assegurar uma resposta mais eficaz às solicitações dos utilizadores.



No final de 2025 foram iniciadas iniciativas de reforço da orientação para o cliente e de melhoria dos processos internos de atendimento e gestão de pedidos, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e reduzir os tempos de resposta.

Digitalização dos Serviços e Modernização do Relacionamento com Clientes

A modernização dos canais de relacionamento com os utilizadores constitui uma das prioridades da Administração da Vimágua.

Neste âmbito, a empresa tem vindo a apostar na digitalização de diversos serviços, disponibilizando soluções que permitem aos utilizadores realizar, de forma simples e rápida, um conjunto alargado de operações associadas à gestão dos contratos e ao acompanhamento da prestação do serviço.

Entre as funcionalidades atualmente disponibilizadas destacam-se:

- consulta de faturas e histórico de consumos;
- comunicação de leituras;
- submissão de pedidos e esclarecimentos;
- acesso a informação sobre serviços, investimentos e interrupções programadas.

A disponibilização destes canais digitais permite reduzir deslocações aos serviços de atendimento presencial, facilitando o acesso à informação e contribuindo para uma gestão mais eficiente da relação com os clientes.

Paralelamente, a Vimágua continua a investir na melhoria dos sistemas internos de gestão do relacionamento com os utilizadores, promovendo uma maior integração entre os processos de atendimento, faturação e gestão de ocorrências.

Este processo de modernização permitirá, de forma progressiva, reforçar a qualidade do serviço prestado e melhorar os níveis de satisfação dos clientes, contribuindo para consolidar a confiança da comunidade nos serviços públicos de água e saneamento.

Reclamações

A análise das reclamações constitui um instrumento relevante para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Quadro – Reclamações e ocorrências registadas

As reclamações apresentadas pelos clientes são analisadas de forma sistemática, permitindo identificar oportunidades de melhoria nos processos operacionais e na comunicação com os utilizadores.

A maioria das ocorrências registadas encontra-se associada a matérias relacionadas com:

- faturação e consumos;
- pedidos de informação;
- intervenções na rede.

A Vimágua mantém um compromisso permanente de acompanhamento e resolução das situações reportadas pelos clientes, assegurando a resposta dentro dos prazos estabelecidos e promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados.

Comunicação

A comunicação com a comunidade constitui um instrumento fundamental para promover a transparência da atividade da empresa e sensibilizar a população para o uso responsável da água.

Ao longo de 2024, a Vimágua desenvolveu diversas iniciativas de comunicação institucional e de sensibilização ambiental dirigidas à população dos concelhos de Guimarães e Vizela.

Entre as principais iniciativas destacam-se:

- ações de sensibilização sobre o consumo responsável de água;
- divulgação de investimentos realizados nos sistemas de abastecimento e saneamento;
- participação em eventos promovidos por entidades locais;
- campanhas de promoção do consumo de água da rede pública.

A empresa manteve igualmente atualizados os conteúdos informativos relativos aos investimentos realizados com apoio de fundos comunitários, designadamente no âmbito do **POSEUR**, reforçando a transparência da gestão dos recursos públicos.

Projetos educativos

A educação ambiental constitui uma dimensão essencial da atuação da Vimágua enquanto entidade responsável pela gestão de serviços públicos essenciais.

Durante o ano de 2024 foram dinamizadas diversas iniciativas de sensibilização e educação dirigidas à comunidade escolar e à população em geral.

Quadro – Iniciativas educativas e de sensibilização

Entre as principais iniciativas destacam-se:

- visitas pedagógicas à **Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins**;
- realização das **Oficinas da Água**, destinadas à sensibilização para o ciclo urbano da água;
- ações de sensibilização em escolas e instituições locais;
- participação em eventos científicos e educativos.

Estas iniciativas permitiram promover o conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas públicos de água e saneamento e sensibilizar a população para a importância da proteção dos recursos hídricos.

Inclusão social

A atuação da Vimágua pauta-se igualmente por uma forte dimensão de responsabilidade social, procurando assegurar que o acesso aos serviços públicos de água e saneamento se mantém universal e socialmente justo.

Neste contexto, a empresa mantém, em articulação com os Municípios de Guimarães e Vizela, mecanismos que visam apoiar os consumidores em situação de maior vulnerabilidade económica, garantindo o acesso a serviços essenciais em condições socialmente equilibradas.

Paralelamente, a Vimágua procura promover uma relação próxima com a comunidade, participando em iniciativas locais e apoiando atividades que contribuem para a sensibilização ambiental e para o desenvolvimento sustentável do território. O que pretende reforçar fortemente neste novo ciclo.



PESSOAS, CULTURA E LIDERANÇA

A Administração da Vimágua reconhece que a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados assentam, de forma decisiva, nas suas pessoas. A gestão de recursos humanos assume, assim, um papel central na consolidação da capacidade operacional da empresa, na valorização do conhecimento técnico e na construção de uma cultura organizacional orientada para o serviço público, a responsabilidade e a melhoria contínua.

Neste contexto, a valorização das pessoas, a promoção de ambientes de trabalho seguros e o desenvolvimento de competências críticas constituem dimensões essenciais para assegurar não apenas a eficiência operacional, mas também a capacidade da empresa responder aos desafios ambientais, tecnológicos e sociais do setor.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2025, a Vimágua contava com 225 trabalhadores, refletindo um ligeiro crescimento face ao ano anterior e evidenciando a estabilidade estrutural da organização.

A estrutura de pessoal caracteriza-se por:

- uma forte componente operacional, com cerca de 57% dos trabalhadores em funções diretamente ligadas à exploração e manutenção dos sistemas;
- uma elevada taxa de trabalhadores recrutados pela Vimágua (81,78% foram recrutados pela Vimágua e os restantes 18,22% pertencem ao quadro do Município de Guimarães), assegurando continuidade e retenção de conhecimento crítico;
- uma distribuição etária equilibrada, com mais de metade dos trabalhadores com menos de 50 anos;
- um nível de qualificação progressivamente reforçado, com mais de 50% dos trabalhadores com ensino secundário ou superior.

Durante 2025 foram contratados 8 novos trabalhadores e registaram-se 7 saídas.

Este comportamento evidencia uma organização estável, com níveis reduzidos de rotatividade e com capacidade de preservar e desenvolver competências essenciais à gestão de infraestruturas críticas.

Paralelamente, foram concretizados processos de progressão profissional, abrangendo 64 trabalhadores, refletindo a valorização do desempenho e o reforço da motivação interna.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

A qualificação contínua constitui um vetor estruturante da política de gestão de pessoas, assumindo particular relevância num setor em rápida transformação, marcado pela crescente exigência técnica, pela digitalização dos sistemas e pela transição energética.

Em 2025, foram desenvolvidas:

- 27 ações de formação interna, que abrangeram 250 formandos e totalizaram 960 horas de capacitação;
- 22 ações externas, que abrangeram 86 formandos e contabilizaram 685 horas de capacitação;
- 3 trabalhadores-estudantes frequentaram 168 horas de formação académica;
- 8 trabalhadores contratados receberam 56 horas de formação de acolhimento.



Segue-se o quadro discriminativo de todas as ações de formação realizadas em 2025, abrangendo diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

AÇÕES DE FORMAÇÃO 2025

Formação de Acolhimento (8 ações)

Webinar RELACRE/ERSAR - Recomendação ERSAR n.º 01/2024

Orçamento do Estado 2025

Funcionamento do Camião-Cisterna

Como Elaborar um Auto de Notícia por Infração Contraordenacional

Revisão de Preços

II Encontro Internacional de Educação Ambiental

Formação de Renovação de CAM

Espaços Confinados - Limpeza Reservatórios

Webinar: Procedimento de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

Seminário sobre Políticas Públicas de Eficiência Energética

Compras Públicas Sustentáveis nos Contratos de Empreitada de Obra Pública

Webinar sobre o Regulamento da Qualidade do Serviço

Registar Contratos no Portal BASE (protocolo IMPIC)

Gestão Emocional e Autoconhecimento

Aprendizagem no Serviço de Recolha de Leituras (3 ações)

Integração no manuseamento de ferramentas informáticas para satisfação de necessidades relacionadas com a operação no centro de comando e resposta a solicitações e reclamações

Formação Avançada em Gestão Contratual de Empreitadas

Seminário: "Revolucionar a Segurança e Saúde no Trabalho: O Papel da IA e da Digitalização"

KIWA SMET'25 | Seminário de Máquinas e Equipamentos de Trabalho

Aprendizagem no Serviço de Recolha de Leituras

Divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Código de Conduta e Ética da Vimágua (10 ações)

Desfibrilhador Automático Externo - DAE 2025 (2 ações)

Materiais em Contacto com a Água - 2ª Edição

Formação Inicial no Programa de Gestão Documental - FutureDoc (2 ações)

Técnicas sobre Aterro de Valas em Áreas e sobre Reposição de Pavimento em Tapete Betuminoso e Calçada

Trabalhos em Altura



AÇÕES DE FORMAÇÃO 2025

Formação Básica - Máquinas de Costura

Sinalização Temporária de Obras

Formação Inicial U@cloud

Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento - ENEG 2025

Formação Sobre a Produção de Documentos no FutureDoc

Diagnóstico e Plano de Formação - Novas Orientações da ISO

Evento "IT LUNCH"

Este investimento contribui para reforçar a capacidade interna da empresa e preparar as equipas para a adoção de novas soluções tecnológicas e modelos de gestão mais orientados por dados.

SEGURANÇA, SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO

A promoção de condições de trabalho seguras e saudáveis constitui uma prioridade permanente, especialmente num contexto operacional exigente.

Em 2025 registaram-se:

- 10 acidentes de trabalho, menos 2 do que no ano anterior;
- 226 dias perdidos, traduzindo uma redução significativa da gravidade;
- um índice de frequência de 9,51, em níveis de excelência.

Foram ainda realizadas:

- cerca de 650 medições de gases em contextos críticos;
- acompanhamento de mais de 40 empreitadas, assegurando a coordenação de segurança;
- diversas ações de prevenção e controlo operacional.

CULTURA DE PREVENÇÃO

A atuação da empresa assenta numa abordagem preventiva e participativa, incluindo:

- atualização dos modelos de avaliação de risco;
- realização de visitas técnicas regulares ao terreno;
- reforço da formação em segurança;
- envolvimento ativo dos trabalhadores.

Os níveis de satisfação registados, superiores a 95%, evidenciam uma perceção positiva das condições de segurança.

SAÚDE E BEM-ESTAR

Foram igualmente promovidas iniciativas de saúde ocupacional e bem-estar, incluindo:

- 185 exames médicos;
- campanhas de vacinação e rastreio;
- melhoria das condições ergonómicas;
- programas de ginástica laboral.

Estas medidas contribuem para a redução do absentismo e para o reforço do bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores.

CULTURA ORGANIZACIONAL E LIDERANÇA

A cultura organizacional da Vimágua assenta em valores de responsabilidade, rigor técnico e orientação para o serviço público, constituindo um elemento estruturante da sua identidade.

Assim, iniciaram-se e reforçaram-se dinâmicas internas orientadas para:

- maior integração entre áreas operacionais e de suporte;



- melhoria dos processos internos;
- valorização do contributo individual e coletivo.

Pretende-se consolidar-se uma cultura organizacional progressivamente mais orientada para:

- resultados e desempenho;
- utilização de informação e indicadores na tomada de decisão;
- adaptação a novos desafios operacionais e tecnológicos.

A liderança assume um papel determinante neste processo, promovendo alinhamento estratégico, responsabilização e desenvolvimento das equipas.

ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO

A capacidade de atrair e reter talento constitui um fator crítico num setor cada vez mais exigente, marcado pela evolução tecnológica e pela necessidade de competências especializadas.

A abordagem da Vimágua assenta em: estabilidade e valorização profissional;

- investimento contínuo em formação;
- melhoria das condições de trabalho;
- reforço do papel da empresa enquanto entidade pública de referência.

Persistem, contudo, desafios relevantes, nomeadamente, a captação de perfis técnicos especializados, a renovação geracional em funções operacionais e a adaptação a novas competências associadas à digitalização e à eficiência energética.

Neste contexto, a empresa continuará a reforçar políticas de gestão de talento, alinhadas com a evolução do setor e com as necessidades futuras da organização.

O desempenho registado em 2025 evidencia uma organização estável, tecnicamente capacitada e comprometida com elevados padrões de segurança, qualificação e valorização das suas pessoas.

A consolidação de uma cultura organizacional orientada para a responsabilidade, a eficiência e a adaptação a novos desafios constitui um fator determinante para assegurar a qualidade do serviço público prestado e a sustentabilidade futura da atividade.

ESTRATEGIA DE SUSTENTABILIDADE

O NOSSO COMPROMISSO COM O FUTURO MAIS SUSTENTAVEL



Pessoas e Comunidade

Valorização das pessoas e envolvimento da comunidade



Planeta e Recursos

Proteção ambiental e gestão eficiente dos recursos



Inovação e Negócio

Soluções sustentáveis e inovação responsável



Ética e Transparência

Governança responsável e ética empresarial



Valorizamos as pessoas e promovemos o bem-estar da comunidade



Gerimos os recursos de forma eficiente e protegemos o meio ambiente



Desenvolvemos soluções inovadoras e sustentáveis para o crescimento do negócio



Atuamos com ética, transparência e responsabilidade



GOVERNAÇÃO, ÉTICA E GESTÃO DE RISCO

A qualidade da governação constitui um elemento essencial para assegurar a confiança dos cidadãos, dos municípios acionistas e dos demais stakeholders na gestão de serviços públicos essenciais. No setor da água, caracterizado pela relevância social da sua missão e pela natureza infraestrutural dos serviços prestados, a adoção de elevados padrões de integridade, transparência e responsabilidade assume particular importância.

A Vimágua orienta a sua atuação pelos princípios de boa governação, assegurando o cumprimento rigoroso das obrigações legais e regulatórias aplicáveis, bem como a adoção progressiva das melhores práticas internacionais no domínio da governança, gestão de risco e compliance. Este modelo integra mecanismos de controlo interno, gestão de riscos e cumprimento normativo que contribuem para garantir uma gestão responsável, transparente e orientada para o interesse público.

SISTEMA DE INTEGRIDADE DA VIMAGUA

Governança Responsável



Código de Conduta e Ética



Prevenção da Corrupção



Formação e Cultura Organizacional



Controlo Interno e Compliance

A consolidação de uma cultura organizacional assente na ética e na responsabilidade constitui igualmente um elemento central da estratégia da empresa, encontrando-se diretamente articulada com os pilares estratégicos definidos pela nova Administração, em particular no que respeita à excelência operacional, sustentabilidade financeira, sustentabilidade ambiental, inovação organizacional, valorização das pessoas e proximidade à comunidade.

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

No âmbito do reforço do seu sistema de governação, a Vimágua aprovou um novo Código de Conduta e Ética, aplicável aos membros dos órgãos sociais, dirigentes e colaboradores da empresa.

Este instrumento estabelece o quadro de princípios e regras de comportamento que devem orientar a atuação de todos os trabalhadores no exercício das suas funções, promovendo uma cultura organizacional assente na integridade, na responsabilidade e no serviço público.

Inspirado nas melhores práticas internacionais de *compliance* adotadas por empresas de *utilities*, o Código define orientações claras em matérias como:



- integridade e transparência na gestão pública;
- prevenção de conflitos de interesses;
- combate à corrupção e a práticas ilícitas;
- respeito pelos direitos das pessoas e pela igualdade de oportunidades;
- proteção da informação e utilização responsável de recursos;
- relações éticas com fornecedores, parceiros e entidades públicas.

Nos modelos mais avançados de governação empresarial, os códigos de conduta constituem um instrumento central para orientar decisões éticas e reforçar a cultura organizacional, sendo aplicáveis a todos os níveis da organização e frequentemente estendidos também a parceiros e fornecedores.

O Código de Conduta e Ética da Vimágua assume igualmente este objetivo, constituindo um referencial de comportamento que orienta a atuação diária da organização e contribui para reforçar a confiança dos cidadãos na gestão dos serviços públicos.

PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E CUMPRIMENTO NORMATIVO

Em cumprimento do quadro legal atualmente em vigor em Portugal no domínio da prevenção da corrupção, a Vimágua aprovou igualmente o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Este plano identifica e avalia os principais riscos associados à atividade da empresa, definindo medidas de mitigação destinadas a reforçar os mecanismos de controlo interno e a prevenir situações suscetíveis de afetar a integridade da organização.

A adoção de programas estruturados de *compliance* e prevenção da corrupção constitui hoje uma prática amplamente difundida nas empresas de *utilities* e nas organizações públicas, promovendo uma cultura de "tolerância zero" relativamente a comportamentos ilícitos ou contrários aos princípios éticos da organização.

O plano aprovado pela Vimágua reforça a transparência e a responsabilidade na gestão da empresa, contribuindo para assegurar elevados padrões de integridade institucional e alinhando a organização com as melhores práticas de governação no setor.

CULTURA ÉTICA E FORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

A efetividade de qualquer sistema de governação depende, em larga medida, da capacidade de incorporar os princípios éticos no funcionamento quotidiano da organização.

Neste sentido, a implementação do Código de Conduta e Ética e do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção foi acompanhada por um programa interno de formação e sensibilização, que envolveu todos os colaboradores da empresa.

Este processo teve como objetivo:

- reforçar o conhecimento das novas regras e princípios éticos aplicáveis à atividade da empresa;
- promover uma cultura organizacional assente na responsabilidade individual e coletiva;
- assegurar que todos os colaboradores compreendem o seu papel na prevenção de riscos e na promoção da integridade institucional.

Nas melhores práticas internacionais de *compliance* empresarial, a formação contínua em ética e integridade constitui um elemento essencial para garantir que os princípios definidos nos códigos de conduta se traduzem efetivamente em comportamentos organizacionais consistentes.

A participação generalizada dos trabalhadores da Vimágua neste processo reforça o compromisso da organização com a promoção de uma cultura de integridade e de responsabilidade no exercício das suas funções.

COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO

A nova Administração da Vimágua assume de forma clara o compromisso de promover uma cultura organizacional assente nos mais elevados padrões de integridade, transparência e responsabilidade.

Este compromisso traduz-se na adoção de mecanismos de governação que asseguram:

- rigor na gestão dos recursos públicos;
- transparência na tomada de decisão;
- responsabilidade perante os municípios acionistas e as comunidades servidas;
- cumprimento integral das obrigações legais e regulatórias.

Num setor em que a confiança pública constitui um ativo fundamental, a consolidação de uma cultura ética forte representa um fator determinante para garantir a sustentabilidade e a credibilidade das instituições.

Neste contexto, a governação responsável, o cumprimento rigoroso das normas éticas e o reforço contínuo dos mecanismos de controlo interno continuarão a constituir prioridades estratégicas da Vimágua, contribuindo para o desenvolvimento de uma organização cada vez mais transparente, responsável e orientada para o serviço público.

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the name "Rita" in blue.



DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

O presente capítulo sintetiza os resultados económicos e financeiros alcançados pela Vimágua durante o exercício de 2025, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

O desempenho económico e financeiro da Vimágua em 2025 evidencia a consistência do modelo de gestão e a capacidade de assegurar, de forma sustentada, a prestação de serviços públicos essenciais, num contexto exigente do ponto de vista operacional, energético e regulatório.

Os resultados apurados refletem a estabilidade estrutural da atividade e a robustez da base económico-financeira, constituindo o referencial de partida para a evolução do modelo de gestão nos próximos anos.

Estes resultados assumem particular relevância num contexto marcado por desafios estruturais do setor, nomeadamente o aumento dos custos operacionais, a pressão sobre os sistemas públicos de águas associada à variabilidade climática e a necessidade crescente de investimento em infraestruturas resilientes e sustentáveis.

Representando 2025 uma transição no modelo de governação da empresa, com a entrada em funções de uma nova Administração no final do mês de novembro, os resultados apresentados refletem ainda, em larga medida, a continuidade da gestão operacional e financeira desenvolvida ao longo do exercício, e constituem a baseline (ano zero) para o Mapa Estratégico 2025-2029, estabelecendo o referencial de solidez sobre o qual se projeta o novo ciclo de melhoria de desempenho.

DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

PILAR 1 Excelência Operacional

- Redução de perdas de água
- Melhoria da continuidade do serviço
- Garantia da qualidade da água
- Otimização da operação e manutenção das infraestruturas

PILAR 2 Sustentabilidade Financeira

- Eficiência económica e controlo de custos
- Equilíbrio entre CAPEX e OPEX
- Moderação tarifária
- Reforço da sustentabilidade financeira da empresa

PILAR 4 Inovação e Digitalização

- Modernização tecnológica
- Dados para decisão operacional

- Resultado económico e financeiro
- Investimento em infraestruturas
- Gestão de custos e eficiência
- Sustentabilidade financeira



A nova Administração definiu como prioridade o reforço da eficiência operacional, da sustentabilidade financeira e da monitorização do desempenho da empresa, através da criação progressiva de um painel estruturado de indicadores de desempenho (KPIs) alinhado com os pilares estratégicos definidos para o próximo ciclo de gestão.

A análise que se segue encontra-se diretamente articulada com os quadros apresentados neste capítulo e com as demonstrações financeiras constantes do Anexo.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS (2023-2025)

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO E POSIÇÃO FINANCEIRA					
	2023	2024	2025	VARIACÃO 2025/2024	
Vendas e prestações de serviços	21 474 965	23 177 028	23 769 383	592 355	2,56%
EBITDA	5 795 534	6 243 818	5 938 179	-305 639	-4,90%
Resultado antes do imposto	830 118	1 302 229	1 332 718	30 489	2,34%
Resultado líquido	395 452	804 741	983 496	178 755	22,21%
Endividamento bancário	6 581 163	4 750 087	2 829 868	-1 920 219	-40,42%
Endividamento líquido	-2 622 628	-5 165 258	-7 774 284	-2 609 026	50,51%
Endividamento operacional	20 740 665	24 131 788	28 470 414	4 338 626	17,98%
Endividamento operacional líquido	16 416 986	19 964 341	24 080 050	4 115 709	20,62%
Rendimentos operacionais	23 303 340	25 243 811	26 105 735	861 925	3,41%
Rácio de Endividamento Operacional	70%	79%	92%	0	16,63%
Endividamento Total	27 321 828	28 881 875	31 300 282	2 418 407	8,37%
Ativo total	59 457 950	60 771 343	63 403 934	2 632 591	4,33%
Capital próprio	22 764 139	22 773 286	23 379 717	606 431	2,66%
Passivo total	36 693 811	37 998 057	40 024 216	2 026 159	5,33%

A evolução dos principais indicadores económicos e financeiros da Vimágua no período 2023-2025 encontra-se sintetizada no quadro acima, permitindo uma leitura integrada do desempenho recente da empresa e da sua trajetória de consolidação.

O resultado líquido de 2025 atingiu 983.496 euros, representando um aumento de 178.755 euros em comparação com o ano anterior. Este desempenho confirma a sustentabilidade económica da empresa e a manutenção de resultados positivos ao longo dos últimos anos.

A análise do quadro evidencia um conjunto de tendências estruturais relevantes.

Em primeiro lugar, observa-se um crescimento sustentado da atividade, com as vendas e prestações de serviços a atingirem 23,77 milhões de euros em 2025, refletindo a expansão da base de clientes e a estabilidade da procura associada à natureza essencial dos serviços prestados.



Em segundo lugar, destaca-se a capacidade consistente de geração de resultados, evidenciada por níveis robustos de EBITDA e pelo crescimento do resultado líquido.

Por último, verifica-se um reforço da solidez financeira, com redução expressiva do endividamento bancário e melhoria da posição de endividamento líquido, a par do crescimento dos capitais próprios.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Rendimentos e Ganhos Operacionais					
Euros	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024	
Vendas e prestações de serviços	21 474 965	23 177 028	23 769 383	592 355	2,56%
Venda de água	6 743 235	7 429 253	7 633 525	204 272	-2,75%
Venda material	1 344	13 750	2 366	-11 384	-82,80%
Prestações de serviços - saneamento	10 895 858	11 594 201	11 955 272	361 072	3,11%
Prestações de serviços - água	3 685 618	3 964 051	4 000 509	36 458	0,92%
Outros serviços	148 910	175 773	177 711	1 938	1,10%
Trabalhos própria empresa	20 937	34 394	54 800	20 406	59,33%
Subsídios a exploração			8 000	8 000	-nd-
Reversão de Provisões e perdas por imparidade		177 136	590 570	413 433	233,40%
Outros rendimentos e ganhos	1 807 439	1 855 253	1 682 982	-172 270	-9,29%
Rendimentos e Ganhos Operacionais	23 303 340	25 243 811	26 105 735	861 925	3,41%

Os rendimentos operacionais totalizaram 26.105.735 euros, representando um crescimento consolidado face ao período homólogo (25,2 M€).

Esta composição confirma a natureza resiliente da atividade e a previsibilidade dos fluxos de receita, características estruturais do setor.

A estrutura de rendimentos mantém-se estável e assente em três componentes principais:

- Vendas e prestações de serviços de Água: Atingiram 19.588.798 euros, refletindo a estabilidade da procura. Estas rubricas continuam a ser o principal motor de rendimentos.
- Serviços de Saneamento: Atingiram 11.955.272 euros, impulsionada pela expansão contínua da rede e pelo aumento da base de clientes.
- Outros Rendimentos: Registou-se um montante de 1.682.982 euros, onde se destaca a imputação sistemática de subsídios ao investimento (890 mil€) e rendimentos de ramais (696 mil€), garantindo a sustentabilidade económica da infraestrutura no longo prazo.

Embora a faturação tenha crescido a um ritmo mais moderado em 2025, mantém-se a estabilidade estrutural da procura pelos serviços públicos de água e saneamento.



Atividade	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024	
Abastecimento de água	10 409 178	11 365 492	11 620 343	254 852	2,24%
Tarifa Variável	6 743 235	7 429 253	7 635 891	206 638	2,78%
Tarifa Fixa	3 665 943	3 936 238	3 984 452	48 214	1,22%
Saneamento de Águas residuais	10 159 128	11 057 068	11 504 023	446 955	4,04%
Tarifa Variável	7 082 608	7 777 503	8 151 377	373 874	4,81%
Tarifa Fixa	2 465 309	2 648 806	2 727 576	88 769	3,35%
Contrato autónomo	611 211	630 759	615 071	-15 688	-2,49%
TOTAL	20 568 306	22 422 559	23 124 366	701 807	3,13%

No âmbito da política de rigor e transparência na gestão de ativos financeiros, o exercício de 2025 foi positivamente impactado pela reversão de perdas por imparidade em dívidas de clientes no montante de 570.602 euros. Esta variação decorre essencialmente da regularização de saldos em mora e da anulação de dívidas antigas, após terem sido esgotados todos os mecanismos previstos para a sua recuperação.

Adicionalmente, registou-se a reversão de provisões para processos judiciais findos no valor de 19.967 euros refletindo o desfecho de litígios anteriormente provisionados e a atualização prudente das responsabilidades da empresa perante terceiros.

CUSTOS OPERACIONAIS

Gastos e Perdas Operacionais					
Euros	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024	
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	64 506	55 492	46 926	-8 566	-15,44%
Fornecimentos e serviços externos:	12 394 777	12 963 052	13 505 190	542 138	4,18%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	7 392 188	6 909 679	7 290 239	380 560	5,51%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	809 349	1 269 648	1 299 373	29 726	2,34%
Outros fornecimentos e serviços externos	4 193 240	4 783 725	4 915 577	131 852	2,76%
Gastos com o pessoal	4 741 533	5 019 106	5 413 654	394 548	7,86%
Provisões e perdas por imparidade	64 256	8 602	705 154	696 552	8097,73%
Outros gastos operacionais	242 734	953 741	496 632	-457 109	-47,93%
Amortizações e depreciações	4 559 332	4 624 943	4 438 444	-186 499	-4,03%
Gastos e Perdas Operacionais	22 067 138	23 624 936	24 606 000	981 065	4,15%

A estrutura de custos da Vimágua reflete as especificidades do setor, sendo fortemente influenciada por fatores externos e por componentes estruturais da operação.



Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 13.505.190 euros, destacando-se:

- Tratamento de águas residuais em alta (7,3M€), que permanece como o principal custo operacional, condicionado por variáveis exógenas como a pluviosidade e as afluências indevidas;
- Energia elétrica, com um peso relevante na estrutura de custos (1,4M€), evidenciando a importância estratégica das medidas de eficiência energética;
- Contrapartida pela utilização das infraestruturas dos Municípios (1,3M€);
- Conservação e reparação e trabalhos especializados (1,1M€), essenciais à fiabilidade do sistema.

Em particular, os custos relacionados com o tratamento de águas residuais mantêm um peso significativo na estrutura de custos. Neste contexto, a empresa continua a defender, em articulação com os Municípios e outras entidades gestoras, a necessidade de evolução para um modelo de faturação mais equilibrado e ajustado à realidade dos sistemas de drenagem urbana.

Em 2025, a contrapartida devida aos Municípios de Guimarães e Vizela foi calculada e contabilizada como gasto do exercício, nos termos do contrato de gestão em vigor. Este valor mantém-se como uma componente relevante da estrutura de custos, encontrando-se em curso um processo de revisão que visa assegurar maior alinhamento com o valor económico dos ativos.

Os gastos com pessoal (5,4M€) registaram um crescimento associado à atualização remuneratória e ao reforço da capacidade técnica da empresa, refletindo a necessidade de assegurar competências críticas à operação.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas inclui os gastos com consumos de reagentes para assegurar e reforçar o tratamento e controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentando um decréscimo face aos anos anteriores.

Refletindo uma gestão prudente e rigorosa do risco de crédito, o exercício de 2025 registou a constituição de perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes no montante de 705.154 euros. Este reconhecimento contabilístico baseia-se na antiguidade dos saldos e no perfil de risco dos utilizadores, em estrita conformidade com o critério fiscal de maturidade de dívida aceite em Portugal.

Não obstante a Vimágua manter ativas todas as diligências tendentes à boa cobrança dos seus créditos, estas quantias foram classificadas como de difícil recuperação, um cenário acentuado pelo curto prazo de prescrição de 6 meses aplicável à cobrança de serviços públicos essenciais. De forma a mitigar este impacto e assegurar a sustentabilidade financeira do serviço, a empresa mantém o recurso sistemático ao processo de execução fiscal, operacionalizado através do protocolo estabelecido com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), garantindo assim o esgotamento de todos os mecanismos legais de recuperação de dívida.

Na rubrica de Outros Gastos Operacionais, que totalizou 496.632 euros no exercício de 2025, assumem especial relevância os ajustamentos e correções de períodos anteriores, fundamentais para assegurar a fidedignidade do reporte financeiro.

Entre os principais destaques, aponta-se o reconhecimento como gasto do montante global de 169.527 euros relativo à Taxa de Recursos Hídricos (TRH) do biénio 2024-2025. Esta verba corresponde a montantes de TRH não repercutidos nos utilizadores finais nos serviços de abastecimento e saneamento, que a Vimágua regularizou contabilisticamente.

Adicionalmente, esta rubrica foi impactada pelo acerto tarifário junto da entidade Águas do Norte, no valor de 211.185 euros e pelo desreconhecimento de ativos fixos tangíveis em curso no montante de 29.103 euros.

Estas operações, a par de outros gastos não especificados como franquias de sinistros e perdas extraordinárias, refletem uma política de rigor na prestação de contas, garantindo que o valor dos ativos e passivos reportados à data de encerramento traduz fielmente a realidade operacional da empresa.

RENTABILIDADE OPERACIONAL E RESULTADOS

A performance económica da Vimágua em 2025 reflete uma organização com uma base financeira consolidada e resiliente.

O exercício, assumido como a 'baseline' (ano zero) para o ciclo estratégico 2025-2029, demonstra a capacidade da empresa em transformar a sua estabilidade operacional em valor real para o território, assegurando o financiamento dos investimentos necessários à modernização tecnológica e à resiliência hídrica.

O quadro seguinte sintetiza a evolução dos principais agregados económicos. Os resultados de 2025 confirmam a solidez operacional, permitindo absorver pressões nos custos estruturais e encargos extraordinários.

RESULTADOS					
Euros	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024	
EBITDA	5 795 534	6 243 818	5 938 179	-305 639	-4,90%
Amortizações e depreciações	4 559 332	4 624 943	4 438 444	-186 499	-4,03%
Resultados operacionais	1 236 202	1 618 875	1 499 735	-119 140	-7,36%
Resultados antes de impostos	830 116	1 302 229	1 332 718	30 489	2,34%
Imposto sobre o rendimento	434 666	497 488	349 222	-148 266	-29,80%
Resultado líquido do exercício	395 452	804 741	983 496	178 755	22,21%

O EBITDA fixou-se em 5.938.179 euros. Este indicador é fundamental, pois demonstra a robustez do cash flow operacional necessário para suportar o plano anual de investimentos.

Este indicador assegura:

- o financiamento do investimento;
- a manutenção e renovação de ativos;
- a estabilidade económico-financeira da operação.

Apesar da ligeira redução do EBITDA a evolução dos resultados líquidos evidencia a capacidade da empresa em absorver pressões de custos e manter níveis de rentabilidade positivos, em linha com o enquadramento operacional descrito.

Verificou-se uma redução de 4% nas amortizações e depreciações (4,44 M€), rubrica que mantém um peso significativo (18% dos gastos totais) devido à natureza intensiva em capital das infraestruturas de água e saneamento.

O Resultado Líquido do Exercício fixou-se em 983.496 euros. A Administração propõe a aplicação integral deste lucro em Resultados Transitados, reforçando os capitais próprios e a capacidade de autofinanciamento para o novo ciclo de investimentos.

Para uma leitura qualitativa da rentabilidade, apresentam-se os rácios que monitorizam a eficiência na utilização dos recursos públicos e a sustentabilidade financeira:



Indicadores Económicos	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024
Margem bruta (%)	24,87%	24,73%	22,75%	-1,99%
Rentabilidade operacional (%)	5,30%	6,41%	5,74%	-0,67%
Rentabilidade líquida (%)	1,70%	3,19%	3,77%	0,58%
Rentabilidade do capital próprio (%)	1,74%	3,53%	4,21%	0,67%

A ligeira compressão na margem bruta (22,75%) decorre da pressão estrutural dos custos do Saneamento em Alta e da fatura energética, que ascendeu a 1,4 milhões de euros.

Contudo, a melhoria na Rentabilidade Líquida (3,77%) e na Rentabilidade do Capital Próprio (4,21%) demonstra que a empresa está a gerir o património público com níveis crescentes de eficiência financeira.

Cash Flow líquida e investimento					
Euros	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024	
Resultados antes de impostos	830 118	1 302 229	1 332 718	30 489	2,34%
Amortizações e depreciações	4 559 332	4 624 943	4 438 444	-186 499	-4,03%
Variação das provisões e perdas por imparidade	64 211	-168 534	114 584	283 118	-167,99%
Cash flow bruto	5 453 661	5 758 638	5 885 746	127 108	2,21%
Imposto sobre o rendimento	434 666	497 488	349 222	-148 266	-29,80%
Resultados distribuídos					
Cash flow líquido	5 888 327	6 256 126	6 234 968	-21 158	-0,34
Investimento	2 922 514	5 268 822	5 943 505	674 683	12,81%
Taxa de autofinanciamento	201%	119%	105%	-14%	

A evolução no triénio evidencia consistência na geração de cash-flow, ainda que com ligeira pressão em 2025, refletindo o aumento de custos operacionais.

A capacidade da empresa para gerar resultados operacionais positivos e níveis consistentes de geração de caixa permite sustentar este esforço de investimento sem comprometer o equilíbrio financeiro da Vimágua.



SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A situação financeira e patrimonial da Vimágua em 31 de dezembro de 2025 evidencia uma estrutura sólida e globalmente equilibrada, sustentada na consistência do modelo de negócio e na capacidade de geração de resultados operacionais.

A evolução dos principais agregados patrimoniais encontra-se sintetizada no quadro seguinte:

Euros	POSIÇÃO FINANCEIRA				VARIACÃO 2025/2024
	2023	2024	2025		
Ativo não corrente	45 705 046	46 486 393	48 193 720	1 707 327	3,67%
Ativo corrente	13 752 904	14 284 950	15 210 214	925 264	6,48%
Total do ativo	59 457 950	60 771 343	63 403 934	2 632 591	4,33%
Capital Social	500 000	500 000	500 000	0	0,00%
Reservas e outros ajustamentos	21 868 687	21 468 545	21 896 222	427 677	1,99%
Resultado líquido do exercício	395 452	804 741	983 496	178 755	22,21%
Total do capital próprio	22 764 139	22 773 286	23 379 717	606 431	2,66%
Passivo não corrente	15 619 547	15 514 520	13 239 997	-2 274 523	-14,66%
Passivo corrente	21 074 264	22 483 537	26 784 220	4 300 683	19,13%
Total do passivo	36 693 811	37 998 057	40 024 216	2 026 159	5,33%
Total do passivo e capital próprio	59 457 950	60 771 343	63 403 934	2 632 591	4,33%

Em 2025, o ativo total ascende a 63.403.934 euros, registando um crescimento de 4,33% face ao exercício anterior. Esta evolução é explicada, sobretudo, pelo aumento do ativo não corrente (+3,67%), que atinge 48,19 milhões de euros, refletindo a continuidade do investimento na renovação, modernização e expansão das infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

A estrutura do ativo permanece, assim, fortemente concentrada em ativos fixos tangíveis, característica inerente à natureza infraestrutural e intensiva em capital da atividade desenvolvida. Estes ativos constituem a base da operação e asseguram a prestação de um serviço público essencial às populações de Guimarães e Vizela.

O ativo corrente apresenta igualmente um crescimento de 6,48%, totalizando 15,21 milhões de euros, evidenciando uma posição de liquidez globalmente confortável, suportada por uma gestão prudente dos fluxos financeiros e pela manutenção de níveis relevantes de disponibilidades.

No que respeita à estrutura de financiamento, o capital próprio atinge 23.379.717 euros, registando um crescimento de 2,66% face a 2024. Esta evolução resulta essencialmente do reforço por via dos resultados gerados no exercício, evidenciando a capacidade da empresa em consolidar a sua base patrimonial.



O capital próprio mantém, assim, um peso significativo no financiamento do ativo, assegurando um nível relevante de autonomia financeira e contribuindo para a estabilidade da estrutura de capital.

O passivo totaliza 40.024.216 euros (+5,33%), refletindo dinâmicas distintas entre as suas componentes:

- o passivo não corrente regista uma redução de 14,66%, associada à diminuição do endividamento de médio e longo prazo, em linha com a trajetória de desalavancagem financeira;

- o passivo corrente apresenta um aumento de 19,13%, refletindo essencialmente o crescimento das responsabilidades operacionais e a dinâmica da atividade, designadamente no contexto do aumento do investimento e da utilização das infraestruturas.

Esta evolução traduz uma recomposição da estrutura do passivo, com maior peso relativo das componentes operacionais, característica típica de empresas do setor.

A evolução dos principais indicadores financeiros encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Indicadores Financeiros	2023	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024
Autonomia Financeira (%)	38,29%	37,47%	36,87%	-0,60%
Liquidez Geral (%)	65,26%	63,54%	56,79%	-6,75%
Liquidez Reduzida (%)	59,91%	58,92%	52,72%	-6,20%
Liquidez Imediata (%)	43,67%	44,10%	39,59%	-4,51%
Net Debt/EBITDA	-0,45	-0,83	-1,31	-0,48
Fundo de maneio	-7 321 360	-8 198 587	-11 574 006	-3 375 419
Solvabilidade (%)	62,04%	60%	58%	-1,52%

A análise destes indicadores permite aprofundar a leitura da posição financeira da empresa.

O rácio de autonomia financeira situa-se em 36,87%, registando uma ligeira redução face ao ano anterior (-0,60 p.p.), mas mantendo-se em níveis adequados para o setor, refletindo um equilíbrio entre capitais próprios e alheios.

O rácio de solvabilidade apresenta uma evolução semelhante, fixando-se em 58%, evidenciando a capacidade da empresa em cumprir os seus compromissos de médio e longo prazo.

Os indicadores de liquidez (geral, reduzida e imediata) registam uma diminuição face a 2024, situando-se, respetivamente, em 56,79%, 52,72% e 39,59%. Esta evolução decorre, sobretudo, do aumento do passivo corrente, associado à dinâmica operacional e ao ciclo de investimento.

Apesar desta redução, a análise conjunta dos indicadores e da estrutura de tesouraria evidencia que a empresa mantém uma capacidade adequada para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, suportada pela geração consistente de cash flow operacional.



O fundo de maneo mantém-se negativo (-11,57 milhões de euros), refletindo, em parte, características estruturais do setor, onde uma parcela relevante do financiamento da atividade é assegurada por passivos operacionais de natureza recorrente.

Importa, contudo, salientar que este indicador é também influenciado pelo peso significativo das responsabilidades associadas ao tratamento de águas residuais em alta (6,4M€) e às contrapartidas devidas aos municípios (13M€), que assumem expressão relevante no passivo corrente.

Destaca-se ainda a evolução muito positiva do indicador *Net Debt/EBITDA*, que se fixa em -1,31, evidenciando uma posição líquida de tesouraria favorável e reforçando a capacidade da empresa para financiar a sua atividade sem recurso significativo a endividamento adicional.

Esta robustez financeira é suportada por disponibilidades de caixa e equivalentes que, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam 10,60 milhões de euros.

Contudo, esta posição de liquidez deve ser conjugada com a análise da execução infraestrutural. A empresa não concretizou, no primeiro triénio (2023-2025), a totalidade do plano plurianual de investimentos (PPI) projetado no projeto de contrato de gestão delegada apresentado aos municípios. A execução efetiva situou-se em cerca de 14 milhões de euros, face aos mais de 22 milhões de euros inicialmente previstos.

A concretização plena dos objetivos plasmados nesse projeto e os investimentos projetados como necessários levariam a uma aceleração na redução estrutural da água não faturada e a um reforço imediato da resiliência das infraestruturas críticas.

Este diferencial de execução, herdado do ciclo anterior, justifica o empenho imediato desta Administração na revisão integral do PPI e do Contrato de Gestão Delegada, de forma a assegurar um modelo de investimento que responda com maior eficácia e previsibilidade às necessidades de Guimarães e Vizela no horizonte 2025-2029.

A análise conjugada da estrutura patrimonial e dos indicadores financeiros permite retirar as seguintes conclusões:

- manutenção de uma estrutura de capital sólida, com peso relevante dos capitais próprios;
- redução do endividamento financeiro e reforço da posição líquida de tesouraria;
- aumento do passivo operacional, associado à intensificação da atividade e do investimento;
- níveis de liquidez ajustados à natureza do setor, sustentados pela capacidade de geração de resultados operacionais.



RISCOS, RESILIÊNCIA E FUTURO

A prestação de serviços públicos essenciais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais exige a gestão permanente de um conjunto de riscos de natureza ambiental, operacional, tecnológica e económica. A evolução das condições climáticas, a crescente pressão sobre os recursos hídricos e a complexidade das infraestruturas que suportam estes serviços tornam particularmente relevante o desenvolvimento de estratégias de resiliência que assegurem a continuidade e a sustentabilidade de longo prazo da atividade.

Neste contexto, a Vimágua acompanha de forma sistemática os principais fatores de risco que podem afetar o funcionamento dos sistemas e a qualidade do serviço prestado às populações de Guimarães e Vizela, integrando progressivamente estes desafios no seu modelo de planeamento e gestão. A resposta a estes riscos encontra-se diretamente articulada com os pilares estratégicos definidos pela nova Administração, nomeadamente no que respeita à excelência operacional, à sustentabilidade ambiental e ação climática, à inovação e digitalização e à sustentabilidade financeira da empresa.

Entre os desafios mais relevantes destaca-se o impacto das alterações climáticas sobre os sistemas de abastecimento de água. A maior frequência de períodos de seca, a variabilidade dos regimes de precipitação e a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos podem afetar simultaneamente a disponibilidade de recursos hídricos e o funcionamento das infraestruturas. Estes fatores reforçam a importância de desenvolver estratégias de adaptação que promovam uma utilização mais eficiente da água, a proteção dos recursos naturais e o reforço da resiliência dos sistemas.

Neste contexto, a segurança hídrica assume um papel central na gestão dos serviços de água. Garantir a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas exige uma abordagem integrada que combine investimento em infraestruturas, eficiência operacional e monitorização permanente dos sistemas. A redução de perdas de água, a melhoria da fiabilidade das redes e o reforço da capacidade de armazenamento e controlo operacional constituem instrumentos fundamentais para assegurar a continuidade do serviço, contribuindo simultaneamente para a concretização do pilar de excelência operacional e para a sustentabilidade ambiental dos sistemas.

A continuidade e fiabilidade da operação dependem igualmente do bom funcionamento de um conjunto alargado de infraestruturas críticas, incluindo reservatórios, estações elevatórias, redes de transporte e sistemas de monitorização e controlo. A gestão destes ativos exige níveis elevados de conhecimento técnico e uma abordagem estruturada de planeamento, manutenção e renovação das infraestruturas. Neste contexto, o desenvolvimento de um modelo integrado de gestão de ativos, bem como o reforço da digitalização e da integração dos sistemas de informação, constituem fatores determinantes para melhorar a capacidade de antecipação de riscos e apoiar a tomada de decisão operacional e estratégica.

A transformação digital do setor da água, assente na utilização crescente de dados operacionais, sistemas de monitorização em tempo real e ferramentas de análise avançada, representa igualmente uma oportunidade para reforçar a eficiência e a resiliência dos serviços.



A implementação progressiva de soluções tecnológicas de medição inteligente, telegestão e análise de dados permitirá melhorar o conhecimento sobre o funcionamento das redes e apoiar a otimização da operação e manutenção das infraestruturas, contribuindo para a concretização do pilar de inovação e digitalização.

A gestão destes desafios exige igualmente uma abordagem equilibrada do ponto de vista económico e financeiro. O planeamento do investimento em infraestruturas, a modernização dos sistemas e a adoção de novas tecnologias devem ser compatibilizados com a necessidade de assegurar a sustentabilidade económica dos serviços e a moderação tarifária para os utilizadores. Neste contexto, o reforço da capacidade de planeamento financeiro e a articulação entre investimento, gestão de ativos e eficiência operacional constituem elementos fundamentais para a concretização do pilar de sustentabilidade financeira.

Num setor fortemente dependente da qualidade e fiabilidade das infraestruturas, a capacidade de antecipar riscos, adaptar os sistemas às novas exigências ambientais e incorporar inovação tecnológica será determinante para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público prestado. Neste quadro, a nova Administração da Vimágua assume como prioridade o reforço da resiliência dos sistemas, a modernização da gestão das infraestruturas e o desenvolvimento de uma organização cada vez mais preparada para responder aos desafios futuros do ciclo urbano da água, em estreita articulação com os municípios de Guimarães e Vizela e com as comunidades que serve.

A consolidação de um modelo de gestão orientado para a resiliência, a inovação e a sustentabilidade constitui, assim, um elemento central da estratégia da Vimágua para o novo ciclo de desenvolvimento da empresa.

PILAR 1 Excelência Operacional

- Redução de perdas de água
- Melhoria da continuidade do serviço
- Garantia da qualidade da água
- Otimização da operação e manutenção das infraestruturas

PILAR 2 Sustentabilidade Financeira

- Eficiência económica e controlo de custos
- Equilíbrio entre CAPEX e OPEX
- Moderação tarifária
- Reforço da sustentabilidade financeira da empresa

PILAR 3 Sustentabilidade Ambiental

- Melhoria da eficiência energética
- Aumento da produção e utilização de energia renovável
- Redução da pegada carbónica
- Promoção de práticas de economia circular

PILAR 4 Inovação e Digitalização

- Modernização tecnológica
- Dados para decisão operacional

- Gestão de riscos
- Segurança hídrica
- Adaptação climática
- Resiliência das infraestruturas



PERSPETIVAS FUTURAS

A evolução recente do setor da água, marcada por pressões ambientais crescentes, exigências regulatórias mais rigorosas e necessidades significativas de investimento em infraestruturas, reforça a importância de uma gestão estratégica orientada para o longo prazo.

Neste contexto, a Vimágua estruturará a sua atuação em torno de uma visão integrada que articula desempenho operacional, sustentabilidade financeira, inovação tecnológica e responsabilidade ambiental.

Partindo de uma base operacional sólida, a empresa prepara-se para aprofundar um conjunto de transformações que permitirão reforçar a resiliência dos sistemas e a qualidade do serviço prestado às populações.

Uma das prioridades estruturais da Vimágua consiste na implementação de um modelo integrado de gestão de ativos, alinhado com as melhores práticas internacionais aplicáveis ao setor do ciclo urbano da água. Este modelo assenta na articulação entre o planeamento de investimento, a manutenção preventiva das infraestruturas, a monitorização operacional dos sistemas e a análise sistemática de indicadores de desempenho, permitindo orientar as decisões de investimento com base em critérios técnicos, operacionais e financeiros.

Neste enquadramento, a empresa definiu igualmente como objetivo estratégico, acordado com os Municípios acionistas, a implementação em 2026 de um sistema de contabilidade de gestão, que permitirá reforçar a capacidade de análise económica das diferentes atividades, infraestruturas e processos operacionais.

A introdução desta ferramenta permitirá associar de forma mais rigorosa os custos de exploração, manutenção e investimento aos diversos componentes do sistema, reforçando a qualidade da informação disponível para a gestão e para a tomada de decisão.

A articulação entre gestão de ativos e contabilidade de gestão permitirá, assim, consolidar um modelo de gestão mais orientado por dados, capaz de suportar decisões de investimento mais eficientes, otimizar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar a transparência da gestão.

Este desenvolvimento assume igualmente particular relevância no contexto das exigências regulatórias do setor, contribuindo para uma maior robustez dos processos de planeamento económico-financeiro e para a sustentabilidade tarifária dos serviços prestados, em linha com as orientações da ERSAR e com os princípios de boa gestão dos serviços públicos essenciais.

Desta forma, a Vimágua reforça progressivamente os instrumentos de gestão necessários para assegurar a sustentabilidade técnica, económica e ambiental dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, garantindo que os investimentos realizados continuam a gerar valor duradouro para as populações de Guimarães e Vizela.

Paralelamente, o planeamento estratégico da empresa continuará a privilegiar o investimento na modernização e renovação das infraestruturas, com especial enfoque na redução de perdas de água, na melhoria da eficiência energética das instalações e no reforço da fiabilidade das redes de abastecimento e saneamento.



A sustentabilidade ambiental assume igualmente um papel central na orientação futura da empresa. Neste domínio, destacam-se como prioridades o reforço da eficiência hídrica, a progressiva descarbonização das operações, o aumento da produção própria de energia a partir de fontes renováveis e a promoção de práticas de economia circular associadas à gestão do ciclo urbano da água.

A transformação digital constitui outro vetor estruturante da evolução futura da Vimágua. A implementação progressiva de soluções de medição inteligente, sistemas de monitorização remota e plataformas de análise de dados permitirá melhorar o conhecimento sobre o funcionamento das redes, otimizar a operação das infraestruturas e reforçar a qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 encerra com uma nota de solidez e renovação estratégica para a Vimágua. A empresa demonstrou robustez financeira, alcançando um Resultado Líquido de 983.496 euros.

Este desempenho, que o Conselho de Administração propõe aplicar integralmente em Resultados Transitados para reforçar a capacidade de autofinanciamento e investimento, é o alicerce necessário para garantir a qualidade, segurança e continuidade de um serviço público essencial.

Este relatório constitui o documento fundador de um novo ciclo de liderança.

A concretização destas prioridades será desenvolvida em estreita articulação com os Municípios de Guimarães e Vizela, assegurando que o planeamento e execução dos investimentos continuam alinhados com as necessidades do território e com os objetivos estratégicos definidos para o setor da água em Portugal, designadamente no quadro do PENSAARP 2030.

Desta forma, a Vimágua pretende consolidar um modelo de gestão assente na eficiência, na sustentabilidade e na inovação, garantindo simultaneamente a continuidade de um serviço público essencial e a criação de valor duradouro para as comunidades que serve.



Ao assumirmos funções no final de novembro de 2025, mandatados por um novo ciclo de governação autárquica resultante das eleições de outubro, estabelecemos o compromisso de transitar de uma gestão de continuidade para um modelo de excelência planeada e resiliência hídrica.

Assumimos uma rutura positiva com abordagens de curto prazo, organizando a ação da empresa em torno do Mapa Estratégico 2025-2029.



Agradecemos também às entidades reguladoras e institucionais, nomeadamente à ERSAR, APA - ARH-Norte, CCDR-N e ACES Alto Ave, pelo seu contributo essencial para a melhoria contínua do setor.

Um reconhecimento muito especial é devido à equipa da Vimágua, que queremos tornar mais coesa e alinhada com o cumprimento de objetivos. Os seus trabalhadores são a sua força motriz, queremos valorizá-los e que se orgulhem do seu trabalho.

É graças ao esforço diário de cada colaborador que a Vimágua se afirma como uma organização preparada para os desafios da descarbonização, da digitalização e da proximidade aos utilizadores dos serviços.

Olhamos para o futuro com confiança e determinação. O novo ciclo 2025-2029 que agora iniciamos focar-se-á na criação de valor, garantindo que Guimarães e Vizela disponham de sistemas de água e saneamento resilientes, inovadores e ambientalmente responsáveis.

O Conselho de Administração

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no valor de 983.495,69 euros (novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração:

Daniel André de Sousa Rodrigues

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado



[Handwritten signature]
Daniel André de Sousa Rodrigues



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2025.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

Balanço (Valores em Euros)			
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	48 160 260	46 447 663
Ativos intangíveis	9	1 817	7 088
Outros investimentos financeiros		31 643	31 643
Ativos por impostos diferidos			
Total do Ativo não corrente		48 193 720	46 486 394
Ativo corrente			
Inventários	10	872 854	834 807
Clientes	12	2 335 521	2 005 759
Estado e outros entes públicos	13	585 314	396 969
Outros créditos a receber	14	596 674	929 912
Diferimentos		215 698	202 159
Caixa e depósitos bancários	5	10 604 152	9 915 345
Total do Ativo corrente		15 210 213	14 284 951
TOTAL DO ATIVO		63 403 933	60 771 345

Contabilista Certificado

Ersdy

Conselho de Administração

António H. S. Silva



Balço (Valores em Euros)			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
Capital próprio			
Capital subscrito	19	500 000	500 000
Outros instrumentos de capital próprio		12 240 000	12 240 000
Reservas legais		147 701	147 701
Resultados transitados	20	5 417 944	4 613 203
Ajustamentos/Outras variações	20	4 090 576	4 467 641
Resultado líquido do período		983 496	804 741
Total do Capital Próprio		23 379 717	22 773 286
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	28	316 518	336 486
Financiamentos obtidos	15	818 523	2 832 127
Fornecedores	16	11 105 761	11 105 775
Outras dívidas a pagar (Aj. subsídio)	17	999 195	1 240 131
Total do Passivo não corrente		13 239 997	15 514 520
Passivo corrente			
Fornecedores	16	9 186 793	5 587 864
Estado e outros entes públicos	13	473 312	483 282
Financiamentos obtidos	15	2 011 346	1 917 960
Outras dívidas a pagar	17	7 704 548	6 954 867
Diferimentos	18	7 408 221	7 539 565
Total do Passivo corrente		26 784 220	22 483 537
TOTAL DO PASSIVO		40 024 217	37 998 057
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		63 403 933	60 771 345

Contabilista Certificado

[Assinatura]

Conselho de Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]



Demonstração de Resultados (Valores em Euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	22	23 769 383	23 177 028
Trabalhos própria empresa		54 800	34 394
Subsídios à exploração		8 000	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-46 926	-55 492
Fornecimentos e serviços externos	23	-13 505 190	-12 963 052
Gastos com o pessoal	24	-5 413 654	-5 019 106
Imparidade de dívidas (perdas/reversões)	12	-134 552	177 136
Provisões (aumentos/reduções)	28	19 968	-8 602
Outros rendimentos	25	1 682 982	1 855 253
Outros gastos	26	-496 633	-953 741
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 938 179	6 243 818
Gastos de depreciação e amortização	8 e 9	-4 438 444	-4 624 943
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 499 735	1 618 875
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0
Juros e gastos similares suportados	15	-167 017	-316 646
Resultado antes de impostos		1 332 718	1 302 229
Imposto sobre o rendimento do período	21	-349 222	-497 488
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		983 496	804 741
Resultado por ação básico		1,97	1,61

Contabilista Certificado

[Assinatura]

Conselho de Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]





DESCRIÇÃO	Nota	Capital Próprio								Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital próprio	Ações e quotas de capital próprias	Quotas instrumentais de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamento em ativos financeiros			Evidências de reversão	Outras variações no capital próprio
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2025	1	500.000		12.240.000		1.47.701		4.613.203		4.467.641	804.741	22.773.286	22.773.286
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													
Alterações de saldos contabilísticos													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização da venda de participação de ações nas filiais e subsidiárias													
Exercícios de reversão de ativos (custo angélico e intangíveis) e respectivo ajustamento por impendentes diferenças													
Quota alterações reconhecidas na capital própria	2							804.741		-377.064	-804.741	-377.064	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										983.496	983.496	
RESULTADO INTEGRAL	4-2+3										178.754	608.431	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital													
Subscrições de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Quota operações	5												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2025	4=1+2+3+5	500.000		12.240.000		1.47.701		5.417.944		4.090.576	983.496	23.379.717	23.379.717

Conselho de Administração

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS CAIXA EM 31/12/2025

	EXERCÍCIO 31/12/2025	EXERCÍCIO 31/12/2024
Actividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	24 992 067	24 609 189
Pagamentos a fornecedores	-11 403 330	11 825 265
Pagamentos ao pessoal	-5 329 118	4 994 675
Caixa gerada pelas operações	8 259 619	7 789 249
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	-558 529	-242 102
Outros recebimentos/pagamentos	726 023	669 715
Caixa gerada pelas operações	167 493	427 612
Fluxo caixa das actividades operacionais	8 427 112	8 216 861
Actividades de Investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros activos		
Subsídios de investimento	302 465	30 929
Juros e proveitos similares		
Dividendos		
	302 465	30 929
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	5 921 345	5 356 083
Activos intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros activos	5 921 345	5 356 083
Fluxos caixa das actividades de investimento	-5 610 880	-5 325 154
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e outros instrumentos capital p		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	1 920 219	1 831 076
Juros e gastos similares	199 205	349 077
Dividendos		
Reduções de capital e outros instrumentos capital p		
Outras operações de financiamento	2 119 425	2 180 153
Fluxo das actividades de financiamento	-2 119 425	-2 180 153
Variação de caixa e seus equivalentes	688 807	711 554
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 915 345	9 203 791
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10 604 152	9 915 345

Contabilista Certificado

[Assinatura]

Conselho de Administração

[Assinatura]



[Handwritten signature]

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top, 'WLS' in the middle, and 'R. Rake' at the bottom.

2025-10-20

James Wilson

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA - NÃO APLICÁVEL.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10, 12, 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	1 a 25
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.



(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outros Créditos a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.



As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método se equiparou à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.



(h) Subsídios

Os subsídios públicos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acréscimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".



(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 49,37%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios			
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida			2 632 090,98
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor			49,37%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães - Valor c/IVA	90%	1 169 436,03	1 438 406,32
Contrapartida devida ao Município de Vizela - Valor c/IVA	10%	129 937,34	159 822,92
Contrapartida devida ao Município de Guimarães e Vizela - Valor c/IVA		1 299 373,37	1 598 229,25



Cálculo da Proporção

DA _m - Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	616,99
DA _v - Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimãgua	748,32
AR _m - Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	457,76
AR _v - Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimãgua	354,01
P = P _{DA+AR} - Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{DA+AR}$	49,37%

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.



b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
11	Caixa	11.657,22	18.493,59
121	Depósitos à ordem C.G.D.	575.961,80	110.349,46
122	Depósitos à ordem BPI	100.034,29	40.399,53
123	Depósitos à ordem C.G.D. 2040035720130	676.791,71	412.027,06
124001	BPI/002 Conta Receitas	5.623.445,46	5.655.895,77
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.625.668,30	2.632.339,09
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	871.971,04	871.971,04
125	Banco Santander Totta, S.A.	76.005,04	131.252,25
131	Depósitos a Prazo - BPI	42.617,24	42.617,24
		10.604.152,10	9.915.345,03

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.



7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e os Municípios traduzem-se nos seguintes:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- Faturação dos Municípios à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- Entrega aos Municípios do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta destes.

Transações efetuadas durante o ano de 2025 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dívidas a receber	Saldos Comerciais Dívidas a Pagar
Município Guimarães	1 405 901,96	1 013 642,50	173.465,46	11 749.647,31
Município Vizela	164.655,33	287 620,85	111 659,84	1 300.738,18

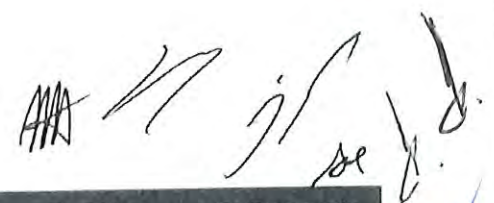
No âmbito da delegação de competências dos Municípios relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no ano de 2025, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Município de Guimarães, o montante de 1.356.883,28 €;
- Município de Vizela, o montante de 998.097,67 €.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	1 270 454,25	4 056 657,52	101 905 092,66	1 638 629,57
Depreciações Acumuladas Iniciais		1 038 513,38	63 287 081,31	1 573 476,88
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00





Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia líquida escriturada inicial	1 270 454,25	3 018 144,14	38 618 011,35	65 152,69
Movimentos do período	30 334,69	-83 540,96	1 429 826,57	126 167
Adições	30 334,69	9 992,47	5 689 359,32	168 433,30
Aquisições 1ª mão	30 334,69	9 992,47	5 689 359,38	168 433,30
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento AFT em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições	0,00	93 533,43	4 259 532,75	42 265,75
Depreciações	0,00	93 533,43	4 259 532,75	42 265,75
Alienações /Abate valor aquisição			1 773,00	10 321,37
Alienações /Abate depreciações acumuladas			-1 773,00	-10 321,37
Reclassificação Dep. Acumuladas				
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	1 300 788,94	2 934 603,18	40 047 837,92	191 320,24



Descrição	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
Quantia Bruta escriturada inicial	1 025 504,33	225 035,28	3 352 469,76	113 473 843,31
Depreciações Acumuladas Iniciais	947 707,15	179 401,95		67 026 180,67
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada inicial	77 797,18	45 633,33	3 352 469,76	46 447 662,64
Movimentos do período	-3 905,30	-3 963,07	216 853,31	1 712 597,25
Adições	19 626,10	11 172,28	216 853,31	6 145 771,47
Aquisições 1ª mão	19 626,10	11 172,28	3 266 337,86	9 195 256,08
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	-3 020 381,73	-3 020 381,73
Desreconhecimento AFT em curso	0,00	0,00	-29 102,82	-29 102,82
Diminuições	23 531,40	14 310,89	0,00	4 433 174,22
Depreciações	23 531,40			4 433 174,22
Alienações/abate valor aquisição	90 614,80			102 709,17
Alienações/Abate depreciações acumuladas	90 614,80			102 709,17
Reclassificação Dep. Acumuladas				0,00
Transferências AFT em Curso				0,00
Quantia líquida escriturada final	73 891,88	42 494,72	3 569 323,07	48 160 259,95




- CP 01/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Prazins (Santa Eufémia), São Torcato, U.F. de Briteiros Santo Estevão e Donim e U.F. De Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Concelho de Guimarães;
- CP 15/2023 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Lordelo – Guimarães;
- CP 03/2024 – Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Infias, Freguesia de Santa Eulália, U.F. de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) e U.F. de Tagilde e Vizela (São Paio) - Concelho de Vizela;
- CP 08/2024 – Fornecimento e Montagem/Substituição de Membranas no Sistema de Ultrafiltração da ETA de Sta Eufémia de Prazins - Concelho de Guimarães;
- CP 25/2024 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água Na UF De Arosa E Castelões;
- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;
- Extensão de redes nas freguesias.

Dos ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 02/2024 -Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água nas U.F. de Serzedo e Calvos U.F. de Tabuadelo e S. Faustino - Concelho de Guimarães;
- CP 19/2024 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Pinheiro e Nas UF de Abação e Gémeos e UF de Serzedo e Calvos;
- CP 20/2024 -Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Gonça e na UF de Atães e Rendufe;
- CP 22/2024- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Mesão Frio, Freguesia de Prazins (Santa Eufémia) e na UF de Souto São Salvador, Souto Santa Maria e Gondomar;
- CP 32/2024 - Execução de Ligações Domiciliárias e não Domiciliárias de Abastecimento De Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela;
- CP 27/2024 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia;
- CP 29/2024- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Infias e na Freguesia de Santa Eulália;
- CP 30/2024 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Brito e Na UF de Sande Vila Nova e Sande São Clemente;
- Substituição e Reabilitação de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Redes de Drenagem de Águas Pluviais e Beneficiação de Pavimentos na Rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres na Freguesia de Ponte;
- CP 01/2025 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Fermentões, Ponte, Silvares e UF de Prazins St.º Tirso e Corvite;



- Miguel*
- CP 02/2025- Substituição de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Santa Eulália e nas UF de Tagilde e Vizela (São Paio) e UF de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) no Concelho de Vizela;
 - CP 03/2025 -Instalação de um Sistema Fotovoltaico para Autoconsumo (UPAC) Com Injeção na Rede, na ETA das Taipas (Fase II), Rua Central, Prazins Santa Eufémia;
 - CP 05/2025 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na UF de Briteiros Santo Estevão e Donim e UF de Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Concelho de Guimarães;
- See*
NL
R
Rute
AD

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	277 982,80	0,00	277 982,80
Amortizações Acumuladas	270 895,15	0,00	270 895,15
Quantia Escriturada Líquida Inicial	7 087,65	0,00	7 087,65
Adições	0,00	0,00	0,00
Transferências de AFI Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	5 270,16	0,00	5 270,16
Total das Diminuições	5 270,16	0,00	5 270,16
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	1 817,49	0,00	1 817,49

S

10. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Matérias-primas sub. e consumo	872.854,36	834.806,56
Total	872.854,36	834.806,56

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.



O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Inventários iniciais	834.806,56	900.847,28
Compras	665.791,19	607.322,86
Regularização de Inventários	585.510,73	621.919,97
Variação EPIs	4.693,30	4.048,68
Inventários finais	872.854,36	834.806,56
CMVMC	46.925,96	55.492,29

As regularizações de Inventários dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede (421.366,64€), colocação de contadores (16.080,43€), para fardamento de pessoal (18.908,09€) e aumento dos AFT da empresa (129.155,57€).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumulada	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	10.604.152,10		10.604.152,10	9.915.345,03		9.915.345,03
Estado e Outros Entes Públicos	585.314,48		585.314,48	396.968,79		396.968,79
Dívidas de Clientes	4.390.479,56	2.054.958,43	2.335.521,13	4.631.320,11	2.625.560,71	2.005.759,40
Outros créditos a receber	596.673,54		596.673,54	929.911,62		929.911,62
Ativos financeiros Totais	16.176.619,68	2.054.958,43	14.121.661,25	15.873.545,55	2.625.560,71	13.247.984,84
Dívidas a Fornecedores corrente	9.186.793,39		9.186.793,39	5.587.863,56		5.587.863,56
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	473.311,56		473.311,56	483.281,60		483.281,60
Outras dívidas a pagar corrente	7.704.547,72		7.704.547,72	6.954.866,68		6.954.866,68
Fornecedores não corrente	11.105.761,25		11.105.761,25	11.105.774,94		11.105.774,94
Outras dívidas a pagar não corrente	999.194,62		999.194,62	1.240.131,43		1.240.131,43
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	29.469.608,54		29.469.608,54	25.371.918,21		25.371.918,21
Financiamentos obtidos Corrente	2.011.345,83		2.011.345,83	1.917.960,32		1.917.960,32
Financiamentos obtidos não Corrente	818.522,66		818.522,66	2.832.127,45		2.832.127,45
Financiamentos obtidos Subtotais	2.829.868,49		2.829.868,49	4.750.087,77		4.750.087,77
Passivos financeiros Totais	32.299.477,03		32.299.477,03	30.122.005,98		30.122.005,98



A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2025 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Clientes Conta Corrente	2.055.174,77	1.737.718,84
Clientes Cobrança Duvidosa	2.334.804,79	2.893.601,27
Imparidade de clientes	-2.054.958,43	-2.625.560,71
Total	2.335.521,13	2.005.759,40

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

No ano de 2025 os movimentos ocorridos na rubrica clientes cobrança duvidosa e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Descrição	Perdas por Imparidades Acumuladas	Cobrança Duvidosa
Saldo em 01/01/2025	-2.625.560,71	2.893.601,27
Abate direto (219/217)	705.154,28	-705.154,28
Aumento	-134.552,00	146.357,80
Saldo em 31/12/2025	-2.054.958,43	2.334.804,79

No exercício de 2025 foi deliberada a anulação de dívida no montante de 705.154,28 euros para o qual se encontravam integralmente constituídas perdas por imparidade. Tal deliberação teve por base quer a antiguidade da mesma quer pelo facto de se ter esgotados os mecanismos para a sua recuperação.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 dezembro 2025 saldo devedor	31 dezembro 2025 saldo credor	31 de dezembro 2024 saldo devedor	31 de dezembro 2024 saldo credor
Imposto sobre rendimento	76.686,34			140.236,69
Imposto sobre valor acrescentado	508.628,14		396.968,79	
Retenção na Fonte		24.607,19		22.036,90
Contribuições seg social/cga		99.994,13		91.202,22
Outras contribuições		348.710,24		229.805,79
TOTAL	585.314,48	473.311,56	396.968,79	483.281,60



Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

A rubrica "Outras contribuições" respeita à Taxa de Recursos Hídricos (TRH) faturada aos clientes e a entregar, quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE), quer às "Águas do Norte". A administração da Vimagua deliberou que os montantes de Taxa de Recursos Hídricos não repercutidos nos utilizadores finais, relativos aos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, no biénio 2024-2025, sejam reconhecidos como gasto da entidade, no valor global de 169.526,52€.

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	40,74	13.227,03
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores - Comparticipação de ramais	360.538,78	533.272,72
278103	Devedores - Acordos	157.326,20	291.139,51
278105	Devedores Coimas a cobrar	3.419,66	6.694,48
278106	Devedores estragos causados	378,17	725,78
278108	Devedores - lixo		
278109	Outros Devedores	62.064,44	58.072,84
278+225+228+23	Outros	12.905,55	26.779,26
TOTAL		596.673,54	929.911,62

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	687.500,00	1.794.423,19	2.481.923,20	1.712.119,00
Locação Financeira	131.022,66	216.922,64	350.204,25	205.841,32
TOTAL	818.522,66	2.011.345,83	2.832.127,45	1.917.960,32

O valor referente à rubrica "Empréstimos Bancários" diz respeito a:

- Contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000€, cujo vencimento seria março de 2029.
- Contrato de Financiamento 1.250.000€ referente ao financiamento da caixa geral de depósitos celebrado em 25 de maio de 2022, cujo vencimento é para 25 de maio de 2032.



Quanto ao primeiro, e decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415€.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

A Vimágua outorgou, a 5 de fevereiro de 2016, o 3.º Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito o qual contratualizou as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral da Vimágua na reunião de 17 de dezembro de 2015.

A revisão das condições de financiamento resultou de uma consulta ao mercado financeiro e são, no essencial, as seguintes:

- Redução do Spread da Linha de Longo Prazo de 2,50% para 1,70%;
- Redução do Spread da Linha de Apoio à Tesouraria de 2,50% para 1,25%;
- Redução da Comissão de Imobilização da Linha de Apoio à Tesouraria de 1,00% para 0,25%;
- Redução do montante da Linha de Apoio à Tesouraria de 1.200.000€ para 500.000€.

A rubrica de "financiamentos obtidos" contempla ainda o valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor total dos juros suportados com financiamentos obtidos nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Juros Suportados	165.743,18	315.085,81
Outros gastos financiamentos	1.273,74	1.560,02
TOTAL	167.016,92	316.645,83

16. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	11.105.761,25	9.186.793,39	11.105.774,94	5.587.863,56
TOTAL	11.105.761,25	9.186.793,39	11.105.774,94	5.587.863,56



A rubrica fornecedores não corrente inclui o montante referente à contrapartida faturada pelos Municípios de Guimarães e Vizela. Os anos em "aberto" correspondem à contrapartida devida de 2016 a 2023. O pagamento desta dívida foi acordado em 30 anos, conforme decisão dos Municípios, refletindo uma estratégia de regularização faseada da contrapartida. A atual administração entende ser necessário rever a metodologia de faturação da contrapartida, incluindo efeitos retroativos e cálculo com base no valor líquido das infraestruturas dos Municípios.

A rubrica fornecedores correntes inclui, essencialmente, o valor devido à entidade Águas do Norte, S.A. (6.361.314,15€). A Vimágua não está a liquidar integralmente os montantes por esta entidade faturados, por não concordar com a metodologia aplicada. A atual administração já iniciou contactos formais com a entidade para rever a metodologia de faturação, incluindo efeitos retroativos, com vista à resolução do diferendo durante o exercício de 2026.

Esta rubrica inclui ainda, a título de contrapartida, a dívida aos municípios do ano de 2024 por estes faturada em 2025, não contemplada no acordo acima referido, que no total ascende a 1.561.666,50 €

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Outras dívidas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
231	Remunerações a pagar		1729,82
271	Fornecedores de investimentos	1 032 420,69	618 238,98
2722	Devedores e Credores por acréscimos	3 032 317,35	2 730 480,88
278	Credores - Credores Diversos	3 639 809,68	3 404 417,00
Total Corrente		7 704 547,72	6 954 866,68
2788	Ajustamentos em subsídios	999 194,62	1 240 131,43
Total Não Corrente		999 194,62	1 240 131,43

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica "Credores Diversos" é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 1.315.063,04€ e Cauções de clientes no valor de 1.384.392,11€.

Relativamente ao ajustamento em subsídios relevado no passivo não corrente foi atualizada o montante em conformidade com a taxa de irc prevista para o ano de 2026

18. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, a rubrica de "Diferimentos" apresentava seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7 408 221,03	7 539 565,27
Gastos a Reconhecer	2 15 697,99	202 158,58



A rubrica de "Diferimentos", no passivo corrente, corresponde aos valores faturados a clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento em Rendimentos é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

Quanto a diferimentos, ativo corrente, essencialmente, é composto por gastos com seguros e EPIS

19. CAPITAL E RESERVAS

19.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2025 o capital social da empresa, no valor de 500.000€ encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10%
	500.000	100%	500.000	100%

19.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultados transitados	-5.417.944,15	-4.613.202,72
Ajustamento de transição		
Ajustamento da transição SNC-Reserva de Derivado		
TOTAL	-5.417.944,15	-4.613.202,72

A variação ocorrida em 2025, na rubrica resultados transitados, respeita à aplicação do resultado líquido do ano 2024 no montante de 804.741,43€

19.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 esta rubrica apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	4.874.116,22	5.511.755,03
Ajustamento em subsídio investimento	-999.194,62	-1.240.131,43
Doações	215.654,80	196.017,00
TOTAL	4.090.576,40	4.467.640,60

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Subsídios - Empreitadas	890.099,47	1.066.294,29

A rubrica Doações refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado líquido do período	983.495,69	804.741,43
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	1,96	1,61

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2024, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.332.717,61	1.302.228,97
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	315.721,04	439.661,24
Tributação autónoma	7.013,65	8.184,61
Derrama Municipal	23.829,08	31.547,23
Derrama Estadual	2.658,15	18.094,46
Imposto sobre o rendimento do período	349.221,92	497.487,54
Taxa efetiva	26%	38%

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
711	Mercadorias	2.365,61	13.749,99
712	Produtos acabados e intermédios-Venda de água	7.633.525,43	7.429.253,36
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	11.955.272,46	11.549.200,89
722	Serviços de exploração Sector Água	4.000.509,03	3.964.050,55
723	Outros serviços	35.840,60	38.862,13
725	Serviços secundários	141.870,24	136.911,02
TOTAL		23.769.383,37	23.177.027,94

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
621	Subcontratos	7.290.238,82	6.909.678,84
6221	Trabalhos Especializados	1.170.741,44	1.232.613,02
6226	Conservação e reparação	1.102.032,63	1.127.010,79
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	213.297,80	199.265,38
623	Materiais	73.462,56	73.571,40
6241	Electricidade	1.363.349,66	1.204.650,26
6242	Combustíveis	193.222,75	185.269,69
625	Deslocações estadas e transportes	2.247,05	4.203,11
6261	Rendas e alugueres	1.363.755,91	1.321.051,02
6262	Comunicação	449.232,96	454.131,82
6263	Seguros	262.079,95	246.935,28
626	Outras	21.527,99	4.671,25
TOTAL		13.505.189,52	12.963.051,86



A rubrica de "Outros rendimentos" inclui o montante de 890.099,47€, referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de 695.994,66€ referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de 69.847,79€.

26. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
681	Impostos	37.258,15	44.449,47
683	Dívidas Incobráveis	0	207.119,54
688	Outros	459.374,61	702.171,96
TOTAL		496.632,76	953.740,97

A rubrica de outros gastos reflete essencialmente o desreconhecimento de ativos fixos tangíveis em curso, no montante de 29.102,82 €. Inclui, ainda, o acerto tarifário da Águas do Norte, no valor de 211.185,16 €, bem como o montante de 169.526,52 €, relativo à taxa de recursos hídricos não repercutida nos utilizadores finais nos exercícios de 2024 e 2025.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- Prevenção da poluição;
- Cumprimento da legislação;
- Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- Formação e sensibilização dos trabalhadores;
- Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa.

28. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

28.1 PROVISÕES

Em dezembro de 2025 a Vimágua tem processos judiciais em curso que, de acordo com opinião de advogados da Empresa, poderá implicar um dispêndio futuro de recursos financeiros



24. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos 31 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
631	Remunerações órgãos sociais	65.183,38	53.862,14
632	Remunerações do Pessoal	4.275.067,08	3.952.843,38
633	Benefícios pós Emprego	1.053,08	2.473,98
635	Encargos Sobre Remunerações	924.405,40	856.921,92
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	116.236,86	114.921,96
638	Outros gastos com o pessoal	31.708,07	38.082,46
TOTAL		5.413.653,87	5.019.105,84

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Vimãgua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano de 2025, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 65.183,38 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número de trabalhadores no ano de 2025 e ano de 2024 foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Número de trabalhadores no final do período	225	222

25. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
788	Outros	1.682.982,28	1.855.252,71
TOTAL		1.682.982,28	1.855.252,71



28.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2025, a Empresa não tem mais processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

28.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor	Número	Valor
Garantia n.º 9015003405793	50.000,00	1 garantia de 11.655,00 euros	11.655,00
8 garantias a 5.000 euros cada	40.000,00	1 garantia de 79.270,00 euros	79.270,00
30 garantias a 1.000 euros cada	30.000,00	1 garantia de 4.500,00 euros	4.500,00
4 garantias a 3.000 euros	12.000,00	1 garantia de 21.060,00 euros	21.060,00
1 garantia a 4.200 euros cada	4.200,00	1 garantia de 14.360,00 euros	14.360,00
1 garantia a 2.430 euros	2.430,00	1 garantia de 68.400,00 euros	68.400,00
3 garantias a 3.300 euros	9.900,00	2 garantias de 3.600,00 euros	7.200,00
1 garantia a 1.800 euros	1.800,00	1 garantia de 18.450,00 euros	18.450,00
1 garantia a 7.500 euros	7.500,00	1 garantia de 30.300,00 euros	30.300,00
1 garantia a 2.100 euros	2.100,00	1 garantia de 8.400,00 euros	8.400,00
1 garantia a 2.970 euros	2.970,00	1 garantia de 5.100,00 euros	5.100,00
1 garantia a 3.150 euros	3.150,00	1 garantia de 56.700,00 euros	56.700,00
1 garantia a 17.675 euros	17.675,00	1 garantia de 6.000,00 euros	6.000,00
1 garantia a 48.190 euros	48.190,00	1 garantia de 27.300,00 euros	27.300,00
1 garantia de 51.245,00 euros	51.245,00	1 garantia de 14.400,00 euros	14.400,00
1 garantia de 22.145,00 euros	22.145,00	1 garantia de 9.900,00 euros	9.900,00
1 garantia de 7.300,00 euros	7.300,00	1 garantia de 22.740,00	22.740,00

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor	Número	Valor
9015007146793	1.000	2503009889693	25.000



29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2025, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2026, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2025 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no ano de 2025 foram de 12.000€ e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

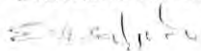
Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do ano de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026.

Contabilista Certificado:

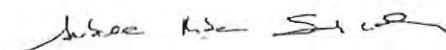
- Eva Maria Ferreira Salgado



Conselho de Administração:

- Daniel André Sousa Rodrigues

- Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira



- Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado





ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório sobre a actividade por nós desenvolvida, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

No decorrer do exercício, acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento do exercício, apreciámos o Relatório de Gestão bem como as Demonstrações Financeiras da Empresa e procedemos, nesta data, à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, que consideramos reproduzida neste documento.

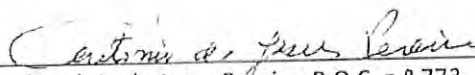
Nestes termos, somos de parecer que poderão ser aprovados:

- 1) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2025, apresentados pela Administração;
- 2) a proposta da Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Vila Nova de Gaia, 24 de Março de 2026

O Fiscal Único

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773
registado na CMVM com o n.º 20160406)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 63.403.934 euros e um capital próprio de 23.379.717 euros, incluindo um resultado líquido de 983.496 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data e o anexo que incluiu um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa, razoavelmente, esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

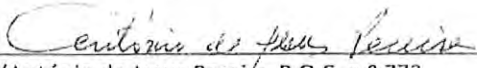
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Vila Nova de Gaia, 24 de Março de 2026

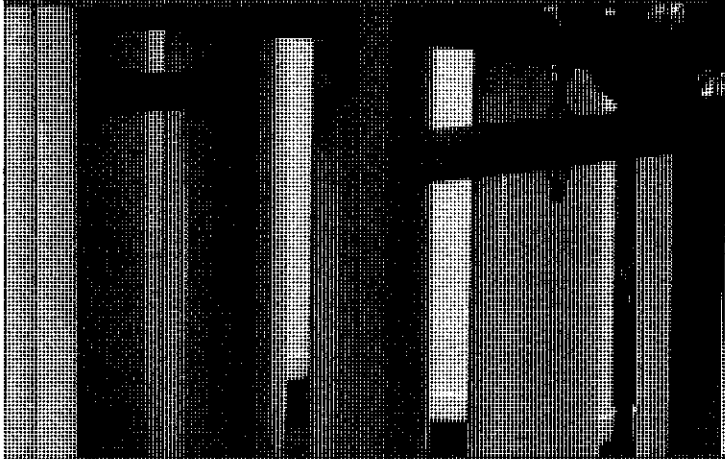
ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773
registado na CMVM com o n.º 20160406)



2025

OBRIGADO!

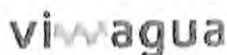


vimagua

Vimagua – Empresa de Água e
Saneamento de Guimarães e Vizela,
E.M. S.A.

WEBSITE :
vimagua.pt

Um novo ciclo estratégico
para o futuro da água



Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela LTM, S.A.

ASSEMBLEIA GERAL

___ Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e vinte e seis reuniram em Assembleia geral, na sede social da empresa sita na Rua Rei do Pegú, n.º 172, em Guimarães, os acionistas da **VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.**, sendo o Município de Guimarães representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo José Machado Pereira Silva Araújo, e o Município de Vizela representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Victor Hugo Salgado, os quais representam a totalidade do capital social. _____

___ Assistiu, para colaboração, o Conselho de Administração da empresa, os quais prestaram as informações e esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia geral, no decorrer da análise da ordem de trabalhos. A reunião foi secretariada pela respetiva secretária e Diretora Administrativa e Financeira da empresa, Paula Alexandrina Coelho Fernandes. _____

___ Pelas dezanove horas o Presidente da Mesa da Assembleia geral declarou aberta a reunião, acrescentando que tendo auscultado todos os acionistas, os mesmos se pronunciaram pela constituição da Assembleia geral da empresa, o que o Presidente logo após declarou. _____

___ De seguida, o Presidente da Mesa convidou a Assembleia a deliberar sobre a fixação da ordem de trabalhos, propondo a seguinte: _____

___ **PONTO ÚNICO – RELATÓRIO E CONTAS 2025.** _____

___ **PONTO ÚNICO - RELATÓRIO E CONTAS 2025** – Foi presente, para apreciação e votação, o “Relatório e Contas de 2025” (**Anexo 1**), aprovado em reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2026, o qual compreende o Balanço em 31 de dezembro de 2025, que evidencia um total de 63.403.933 Euros (sessenta e três milhões quatrocentos e três mil novecentos e trinta e três euros) e um total de capital próprio de 23.379.717 Euros (vinte três milhões trezentos e setenta e nove mil setecentos e dezassete euros), incluindo um resultado líquido no valor de 983.496 Euros (novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e noventa e seis euros). _____

ASSEMBLEIA GERAL

Propôs-se, ainda, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a proposta do Conselho de Administração de que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no valor de 983.495,69 euros (novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

___ Foram apreciados o Relatório e Parecer do Fiscal Único (**Anexo 2**), sobre o documento de prestação de contas e relatório apresentado pelo Conselho de Administração, e o documento de certificação das contas emitido pelo Fiscal Único (**Anexo 3**). _____

___ Os documentos aprovados serão remetidos aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, em cumprimento dos Estatutos e do regime do setor empresarial local. _____

___ **Postas à votação foram as propostas aprovadas por unanimidade.**

___ **E nada mais havendo a tratar, pelas dezanove horas e cinquenta minutos foi encerrada a Assembleia-geral, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser por todos assinada.**

